

ISSN 1516-3085

**ANPOCS** **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais

**48**

**Neste número:**

Entrevista: Roberto Cardoso de Oliveira  
Pequenos Negócios e Industrialização Local  
Autonomia Política Local  
Honra e Família  
Antropologia e Filme Etnográfico

RELUME  DUMARÁ

**BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

*Editor*

Charles Pessanha

*Comissão Editorial*

Charles Pessanha (IUPERJ e UFRJ)

Eli Diniz (UFRJ)

Maria Alice R. Carvalho (IUPERJ)

Roberto Kant de Lima (UFF)

*Conselho Editorial*

Breno A. Souto Maior Fontes (UFPe)

Carlos Alberto Caroso Soares (UFBa)

Cecília Loreto Mariz (UERJ)

Dulce Pandolfi (FGV-RJ)

Ilza Araújo Leão de Andrade (UFRN)

Leandro Piquet Carneiro (USP)

Leila Maria da Silva Blass (PUC-SP)

Maria Lúcia Maciel (UnB)

Raymundo Heraldo Maués (UFPA)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116

05508.900 – São Paulo, SP

Tel.: (011)818-4664 – Fax: (011)818-5043

Direitos reservados para esta edição

RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

*Publicação e Comercialização*

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Travessa Juraci, 37 – Penha Circular

21020-220 – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 564-6869 Fax: (21) 590-0135

*Editoração*

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

### **Sumário**

<b>Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira</b>	<b>3</b>
Priscila Faulhaber	
<b>Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica</b>	<b>15</b>
Fernanda Wanderley	
<b>Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura</b>	<b>51</b>
Celina Souza Márcia Blumm	
<b>Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional</b>	<b>69</b>
Fabíola Rohden	
<b>Antropologia e Filme Etnográfico: Um <i>Travelling</i> no Cenário Literário da Antropologia Visual</b>	<b>91</b>
Clarice Ehlers Peixoto	
<b>Teses e Dissertações em Ciências Sociais</b>	<b>117</b>

**Colaboram neste número:**

*Celina Souza* é professora adjunta do Departamento de Finanças e Políticas Públicas e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia.

*Clarice Ehlers Peixoto* é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*Fabíola Rohden* é pesquisadora do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da UERJ.

*Fernanda Wanderley* é candidata à doutora em sociologia pela Columbia University e professora do Programa de Mestrado da Universidade Católica Boliviana.

*Márcia Blumm* é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Instituições Políticas e Descentralização da Universidade Federal da Bahia.

*Priscila Faulhaber* é pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

**Copidesque**

*Beth Cobra*

*Patricia Campos de Souza*

*Tema Pechman*

*Vera Feitosa*

**Versão dos Resumos**

*Diane Groszklaus*

**Revisão**

*Márcia Borges*

*Marina Fonte Pessanha*

**Digitação**

*Claudia Boccia*

**Entrevista com  
Roberto Cardoso de Oliveira\***

*Realizada por  
Priscila Faulhaber*

O movimentado itinerário intelectual e profissional de Roberto Cardoso de Oliveira, resumido a seguir, é uma valiosa fonte de informação para a história da Antropologia no Brasil. Graduado em Filosofia na USP em 1953, Cardoso de Oliveira trabalhou, a convite de Darcy Ribeiro, na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) de 1954 a 1958, período em que conviveu também com Eduardo Galvão. Em 1960 criou o Curso de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional, que resultaria na fundação, em 1968, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social daquela instituição. Doutor pela Universidade de São Paulo em 1966, idealizou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), criado em 1972, e contribuiu na criação do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1985, além de participar, como professor visitante, de programas de mestrado e doutorado de outros países, como México e Argentina. Desde os anos 60 tem atuado em associações profissionais e de política científica em nível nacional e internacional. Foi também pesquisador na Universidade de Harvard (1971) e na Maison des Sciences de l'Homme de Paris (1981). Além de monografias sobre os índios Terêna e Tükúna, produziu livros e artigos

sobre contato interétnico, identidade étnica e estrutura social, história da Antropologia, teoria antropológica e epistemologia das ciências humanas. Atualmente coordena o Programa de Pesquisa sobre Antropologia em Fronteiras no Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre a América Latina e o Caribe (Ceppac) da UnB, onde é professor visitante. Dentre outros títulos e distinções, é detentor do International Award for the Promotion of Human Understanding, concedido pela International Organization for the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (1979), membro honorário do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland (1989), doutor *honoris causa* da UFRJ (1989) e professor emérito da Unicamp (1998).

\* \* \* \* \*

*Qual a sua visão sobre a especificidade da Antropologia em relação às ciências sociais hoje?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Essa pergunta certamente teria diferentes respostas conforme o entrevistado. Eu entendo que pelo menos dois aspectos do problema poderão ser destacados. Primeiro, o que se refere ao

\* Realizada em Brasília em 3 de novembro de 1999.

*corpus* teórico da Antropologia diante das demais disciplinas consideradas, *stricto sensu*, como integrando as ciências sociais. Refiro-me à Sociologia e à Ciência Política, na medida em que se diferenciam entre si e também da Antropologia Social e Cultural. O outro aspecto seria aquele que envolve a pesquisa propriamente dita, particularmente a pesquisa de campo. Com relação ao quadro teórico — incluindo aí a dimensão meta-teórica da disciplina —, eu diria que a Antropologia pode ser definida pelo conjunto de paradigmas que a constitui, a saber — e para ficarmos na modernidade da disciplina, isto é, quando a Antropologia se consolida como uma atividade profissional —, o paradigma racionalista, o estrutural-funcionalista, o culturalista e, a partir dos anos 60, o hermenêutico (termo que prefiro a interpretativista, utilizado na Antropologia estadunidense).

Essa minha visão da disciplina e toda argumentação desenvolvida para justificá-la estão no meu livro *Sobre o Pensamento Antropológico*, de 1988, 2.<sup>a</sup> edição de 1997, nos seus quatro primeiros capítulos. A articulação desses paradigmas entre si gerou o que chamei de “matriz disciplinar”, inspirado em Thomas Kuhn, ainda que sem me preocupar em segui-lo ortodoxalmente. No livro, procurei apresentar as razões que me levaram a selecionar aqueles paradigmas e não outros. Todavia, o que me parece importante agora, para responder à sua pergunta, é mostrar que esses paradigmas, no relacionamento que mantêm entre si, transcendem-se mutuamente, gerando inúmeras variáveis que podem passar a valer, a seu modo, como “quase-paradigmas” exercitados na prática da disciplina. Essa prática nos conduz ao segundo aspecto, isto é, à pesquisa. Esta, por sua parte, geradora de teorias, ou seja, de explicações para as diversas realidades sobre as quais a Antropologia se debruça; claro que amparadas, naturalmente, em tais ou quais paradigmas, além de se inspirarem

em outras teorias construídas anteriormente sobre os mesmos objetos, teorias estas disponíveis na literatura antropológica. E para diferenciar teoria de metateoria, pelo menos como eu entendo, eu diria que enquanto esta se expressa em paradigmas, aquela se constitui na explicação dos objetos concretos, empíricos, da disciplina, tal como a elucidação, por exemplo, de instituições (seja o parentesco, a organização social ou a mitologia, entre outras) de uma determinada sociedade, ou mesmo uma monografia escrita sobre uma cultura que venha a ter o peso de uma “teoria de médio alcance”, em seu sentido mertoniano. Mas vejo que, na construção dessas teorias voltadas à empiria, o antropólogo recorre à etnografia, o que significa dizer que realiza a chamada pesquisa de campo que, para dizer com Geertz, não é senão um “corpo a corpo” com a realidade investigada. Talvez esteja aí uma das marcas mais profundas da disciplina, juntamente com a especificidade de sua “matriz disciplinar” ou seu conjunto de paradigmas devidamente articulados.

*Qual a importância, para a Antropologia no Brasil, dos estudos de campo entre populações urbanas, indígenas e rurais?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que embora a pesquisa de campo marque bem o estilo da Antropologia em geral — e no Brasil não é muito diferente —, o campo não é a única forma de se fazer Antropologia. Não podemos nos esquecer de um ramo da disciplina como a Etno-História, hoje em pleno desenvolvimento no Brasil (como revelam as pesquisas incentivadas por Manuela Carneiro da Cunha), ainda que não tenha o mesmo peso em nosso meio como se pode observar em países como o México — valha o exemplo. Mas embora a Etno-História não trabalhe no campo da mesma maneira como nele trabalha o pesquisador que vai fazer uma et-

nografia, é de se supor que o etno-historiador pense a partir do horizonte paradigmático da Antropologia e com a problemática que surge no interior de teorias antropológicas específicas que ele domine, como antropólogo que é. Esse etno-historiador, apoiado no *corpus* teórico da Antropologia, vai procurar fazer falar os dados colhidos em documentos inscritos em diferentes fontes.

A propósito, recebi recentemente um livro interessante intitulado *Transformando os Deuses: Os Múltiplos Sentidos da Conversão entre os Povos Indígenas do Brasil*, organizado por meu colega da Unicamp, o antropólogo Robin M. Wright (1999). O conjunto da coletânea é muito bom, mas eu gostaria de destacar o seu próprio trabalho, “O Tempo de Sophie: História e Cosmologia Baniwa”. É um bonito texto e para escrevê-lo Robin baseou-se em várias fontes históricas, entre documentos e livros, no “diário de campo” de Eduardo Galvão e, ainda, na história oral que colheu na própria região Baniwa, lá no rio Negro. Mas o que fez suas fontes “falarem” foi o seu conhecimento sobre antropologia da religião, como a problemática da conversão, por exemplo. Ao mesmo tempo ele pensa como um antropólogo quando — se você me permite citar um pequeno trecho de seu trabalho — escreve: “Por meio da comparação dos discursos uns com os outros esperávamos chegar não à ‘verdade’ ou à ‘história real’, mas a como cada ator entendeu e ‘filtrou’ através de suas percepções culturais os eventos dessa época complexa” (Wright, 1999, p. 210). Essa sua ida ao campo, que não é exatamente o que chamamos de *fieldwork*, não deixa de ser Antropologia também. As variações no fazer Antropologia não seguem necessariamente o que poderíamos classificar como o caminho clássico da pesquisa antropológica e da formação do antropólogo, inclusive no Brasil. Mas dois aspectos do fazer antropológico entre nós parecem ser hegemônicos: a observação direta e a vivência da

situação observada — esta última graças ao recurso à “observação participante”. Por outro lado, não importa que os sujeitos de investigação sejam índios, concidadãos urbanos ou segmentos da sociedade rural.

*Seria possível esclarecer um pouco mais sobre os paradigmas e a matriz disciplinar, especialmente para quem não teve a oportunidade de ler o seu livro?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Eu gostaria mesmo de esclarecer melhor esse ponto. Se nós apoiamos o nosso pensamento na leitura e na reflexão ao mesmo tempo que o exercitamos na pesquisa, entendo que a disciplina passe por opções teóricas e metodológicas diferentes. Há de se reconhecer que na formação do antropólogo no Brasil tem sido fundamental o trabalho de campo, ainda que não exclusivamente, pois muita investigação bibliográfica tem sido realizada pelo aluno. A pesquisa de campo, como forma quase canônica de formação profissional, de fato tem o maior prestígio, sendo hoje difícil você encontrar antropólogos que não tenham passado pela experiência da pesquisa de campo, que não é só ritual, como se costuma dizer na academia — muito mais que um ritual, é tida ainda como uma modalidade privilegiada de conhecimento. Em regra, somente por razões externas à dinâmica do ensino da disciplina, como a falta de recursos financeiros, é que a experiência de campo — particularmente na área da pesquisa em etnologia indígena — é posta de lado. Mas qualquer que seja a modalidade de pesquisa, o antropólogo sempre estará situado no horizonte da disciplina a partir do qual ele se encaminhará para o estudo de tal ou qual realidade. E esse horizonte pode ser descrito por meio de um modelo que, para mim, está expresso na “matriz disciplinar”, há pouco mencionada. Essa matriz é, assim, a articulação dinâmica daqueles paradigmas de que falei. E se quiséssemos definir nossa disciplina, diria

que ela não seria senão a articulação do conjunto de paradigmas que constitui a matriz. Nenhum deles efetivamente autônomo, porque nenhum deles dispensa, hoje em dia, sua conjunção com outro ou com outros. Vivendo em tensão com outros, os paradigmas abrem o horizonte da investigação. Se consideramos que a história da teoria antropológica moderna não se caracteriza pela sucessão dos paradigmas, mas pela coexistência deles, a Antropologia no Brasil também não pode ser identificada exclusivamente com qualquer um dos paradigmas inerentes à matriz.

É assim que, quando falamos naqueles paradigmas mais significativos para a investigação antropológica — e aqui retorno ao que dizia no início de nossa conversa —, referimo-nos ao *paradigma racionalista*, que vem desde a Escola Francesa de Sociologia e que, na sua forma moderna, manifesta-se através do estruturalismo de Lévi-Strauss. Teríamos também o *paradigma estrutural-funcionalista* da Escola Britânica de Antropologia Social, que sofreu muitas mutações, com influências inclusive do paradigma racionalista, através de um Leach, influenciado pelo estruturalismo francês, que, por seu turno, recebeu forte influência da Lingüística e do *paradigma culturalista*, cuja raiz encontramos na Escola Histórico-Cultural boasiana etc. etc. Nesse sentido, poderíamos sempre identificar os nossos autores favoritos, herdeiros dos “pais fundadores” da disciplina, situados freqüentemente nas fronteiras de um ou outro paradigma, mais próximos ou mais afastados daquele que com mais força estaria presente na prática de suas próprias concepções de Antropologia. Porque mesmo os paradigmas que entendemos como constitutivos da modernidade da disciplina já não possuem a mesma autonomia das primeiras décadas do século XX, antes da consolidação da disciplina como nós a entendemos hoje. A rigor, já estão bastante mesclados, inclusive o nosso quarto paradigma, o *hermenêutico*, fruto

da influência da hermenêutica filosófica (de Dilthey a Gadamer) somada à sociologia compreensiva weberiana e submetida às explorações teóricas de antropólogos modernos como Geertz no espaço acadêmico estadunidense.

Pois bem, esses quatro paradigmas, que elegi como suscetíveis de melhor exprimirem a base da matriz disciplinar (a despeito de que nossos colegas sempre poderão nomear outros, não importa, pois não afeta o argumento que sustenta a idéia de matriz disciplinar), permitem-nos pôr uma certa ordem no caos que muitas vezes se afigura a história da disciplina, estudada tradicionalmente como uma sucessão de “escolas” e de teorias. Eu tenho mostrado esses três primeiros paradigmas como estando ainda muito presos ao modelo das ciências naturais, no qual a objetividade fica muitas vezes subvertida por um certo objetivismo que não nos conduz senão à ilusão da objetividade absoluta. Tais paradigmas recebem hoje a influência do paradigma hermenêutico, voltado preponderantemente para os fenômenos da intersubjetividade e para a questão do significado. Parafraseando Paul Ricoeur, eu diria que este último paradigma é *la greffe* ou o enxerto hermenêutico na matriz disciplinar. Porém, se reduzo a quatro os paradigmas da matriz, e excluo outros, é por não ver nesses outros o mesmo peso na constituição da Antropologia moderna. Como seria o caso da *Etno-Science*, que já teve o seu curto período de glória, do *“cultural materialism”* de meu amigo Marvin Harris, ou do paradigma neomarxista de um Claude Meillassoux, ou mesmo do primeiro Godelier e de mais alguns colegas e amigos, considerando-se que nenhum desses paradigmas, no meu modo de ver, chegou a produzir monografias importantes, salvo uma ou outra reflexão interessante sobre a disciplina. O que tem marcado os melhores resultados do exercício desses paradigmas na construção da disciplina é realmente a produção de monografias, de

monografias exemplares. Tais monografias são, para mim, os verdadeiros tijolos que pavimentaram o caminho da Antropologia.

*Eu penso que, do ponto de vista intelectual, acadêmico, da produção científica antropológica, a tensão entre os paradigmas e códigos disciplinares é criativa, no sentido da construção de um objeto original. Mas a minha pergunta é a seguinte: quando o estudante está produzindo uma tese, ele deve optar por um paradigma, ou trabalhar na linha de tensão entre esses diferentes paradigmas?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Penso e tenho procurado mostrar que nenhum dos paradigmas inscritos na matriz disciplinar é intrinsecamente melhor do que o outro. Nenhum tem autoridade epistêmica para anular o outro. Portanto, só lhes resta interagir entre si. E se essa interação é tensa é porque envolve um certo conflito, melhor dizendo, uma controvérsia, mas também envolve uma certa complementaridade entre paradigmas coexistentes na mesma matriz disciplinar. Onde um aponta para as representações de consenso, outro aponta para o dissenso; onde um aponta para as relações de equilíbrio, outro para as de desequilíbrio e conflito; onde um busca equacionar as “categorias do entendimento” (como na tradição maussiana), outro nos encaminha para as categorias sociais ou para a organização social; onde um nos dirige para a apreensão de regras, ou para a descoberta de “leis sociais”, outro nos conduz para a significação das coisas socioculturais; finalmente, quando um nos orienta para a formulação de proposições empírico-analíticas voltadas para a objetividade de nossas observações, outro nos convida a descrever os fenômenos de intersubjetividade e a perseguir as conexões de sentido. Em vista disso, pode-se dizer que os paradigmas estão, a rigor, em diálogo entre si, e o pesquisador tem que saber ouvir

esse diálogo e acompanhá-lo. E se esse diálogo ecoa em nossa cabeça através do crivo da crítica, isso gera novas possibilidades cognitivas. Contrastar os paradigmas é contrastar posições ou perspectivas na construção do objeto de conhecimento. O que alimenta o nosso empenho em desenvolver estratégias de investigação. Entendo, assim, que não se trata de escolher este ou aquele paradigma dentre os inscritos na matriz; trata-se, sim, de trabalhar no nível das fronteiras entre eles — portanto, em cima das relações tensas que eles guardam entre si. Se eu tivesse que reescrever o que escrevi sobre a matriz disciplinar, acrescentaria hoje a afirmação de que essa matriz é, em verdade, o próprio paradigma da Antropologia dos nossos dias. E se pensarmos os quatro paradigmas articulados na dinâmica da matriz, imaginada tal como um círculo, visualizaríamos esse círculo em seu movimento centrípeto, criando um núcleo onde os diferentes paradigmas se fundiriam num único. Vejo hoje que a dificuldade que a identificação de quatro paradigmas cria, sobretudo para o estudante, deve-se ao fato de que eu, ao desconstruir a matriz disciplinar em seus paradigmas históricos constitutivos, teria com isso obscurecido a complementaridade entre eles. Mas, tomada a matriz *qua* paradigma (como, por sinal, faz o próprio Kuhn quando interpreta a história das ciências), creio que o estudante se movimentará melhor no domínio metadisciplinar da Antropologia. Ao mesmo tempo — e ainda para responder à sua pergunta — eu diria (e ainda seguindo Kuhn) que os paradigmas são construções não sujeitas aos critérios de verdade, uma vez que são tradições intelectuais, perspectivas sujeitas, isso sim, ao crivo de sua capacidade de gerar teorias — estas, sim, sujeitas a critérios de veracidade. E por *veracidade* — que prefiro em lugar de *verdade* — entendo os acordos surgidos no interior de uma “comunidade de comunicação” e de “argumentação”, para me valer aqui

desses providenciais conceitos de Karl-Otto Apel. E se essa comunidade pode começar a se formar em uma sala de aula, certamente ela pode terminar em reuniões interpares em nível internacional e/ou na comunidade virtual da comunicação eletrônica planetária. Mas, insistindo ainda na dimensão complementar dos paradigmas históricos, o que procuro mostrar é que a tensão por eles “vívida” acaba por proporcionar as condições de possibilidade dessa mesma complementaridade.

*Essa complementaridade não pode significar uma postura de ecletismo, que é criticável?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Concordo que o ecletismo é sempre uma ameaça. Mas não creio que ela seja inerente à matriz disciplinar. Além de reafirmar os argumentos que acabo de apresentar a propósito da complementaridade dos paradigmas constitutivos da matriz disciplinar, gostaria de propor uma outra questão: a utilização, pelo pesquisador, de um conjunto de autores com posições bem diferenciadas o leva, necessariamente, ao ecletismo? Claro que não! Mesmo porque todos nós aprendemos a ler nossos autores, clássicos ou modernos, sem perdermos o senso crítico, a saber, sem deixarmos de pôr à prova seus argumentos, bem como a lógica de suas argumentações, cujo teste final é a aplicação daquilo que com eles aprendemos à realidade que queremos investigar. Em nossa formação e, depois, no exercício de nossa profissão, não lemos autores para segui-los literalmente, mas para pô-los em contato uns com outros, criando um diálogo imaginário porém extremamente fecundo para nossas reflexões. E é com essa perspectiva que sempre lemos uma pletera de livros e artigos. Por quê? Para ampliarmos o nosso horizonte intelectual, para sofisticarmos nossa sensibilidade e aprimorarmos a observação do mundo sociocultural, objeto primeiro da Antropologia. Somente uma leitura dogmática e ten-

denciosa desses autores poderia nos levar ao ecletismo, tanto quanto somente uma leitura igualmente dogmática dos paradigmas poderia conduzir a esse resultado.

*Em seu último livro, O Trabalho do Antropólogo (1998), há uma preocupação em discutir os limites do método diante do exercício da compreensão hermenêutica. Poderia comentar isso?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Claro! Talvez seja uma boa oportunidade para esclarecer melhor alguns pontos. Um autor que já mencionei nesta entrevista, Paul Ricoeur, embora seja um filósofo, foi muito importante para mim no sentido de iluminar a relação entre interpretação, compreensão e explicação. Em poucas palavras, eu diria que toda e qualquer descrição, por mais neutra que queira ser, é uma interpretação, feita por alguém situado sempre no interior de um horizonte determinado: o sujeito cognoscente jamais fala de um lugar neutro. Daí ser a descrição sempre uma interpretação. Isso é sabido há muito tempo pelos antropólogos. O interessante aqui é mostrar, de conformidade com Ricoeur, que essa interpretação pode ser tanto explicativa quanto compreensiva! Enquanto a interpretação explicativa é metódica, alcançada mediante o uso de métodos que nos conduzem à formulação de proposições empírico-analíticas, a interpretação compreensiva não é metódica, isto é, não se apóia em métodos. Ela é o momento não-metódico da investigação, o seu momento hermenêutico. Ricoeur usa uma boa expressão para indicar esse momento: “*surcroît de sens*” ou excedente de sentido, em português. Isso significa, em termos antropológicos, que se trata daquela dimensão da realidade que escapa dos métodos correntes em nossa disciplina, tais como o método genealógico, o de redes (*networks*), o de drama (*drama analysis*), os métodos formais da “*Etno-Science*”, os métodos formalizantes do estruturalismo

como os devotados à análise de mitos, e muitos outros, todos voltados para assegurar a objetividade de nossas investigações, o caráter científico do trabalho antropológico. Métodos inventados para dar conta de determinadas dimensões da realidade socio-cultural e não, obviamente, de todas. Pelo menos desde Descartes o método passou a ser a condição indispensável para o conhecimento. E esse cartesianismo ainda marca tudo o que pode receber a chancela de científico! Ocorre, entretanto, que nas nossas monografias — como mencionei há pouco — o ato mais importante para a confecção do texto antropológico tem sido o da compreensão, isto é, da interpretação compreensiva. As monografias, desde nossos pais fundadores como Malinowski — e, entre nós, Nimuendajú, nosso etnólogo mais clássico —, foram elaboradas tendo por base aquele corpo a corpo com os dados, graças à observação direta e participante. Evidentemente, isso não os impediu — e muito menos impedirá os antropólogos de hoje — de se utilizarem de qualquer método ou métodos que considerassem adequados à estratégia de suas pesquisas. Quanto aos dados que escapam aos métodos disponíveis, o que fazer com eles? Deixá-los no limbo, em lugar nenhum? Ora, para recuperá-los é que nos servimos da interpretação compreensiva. E nesse sentido é ela que nos permite redigir nossas monografias. Portanto, é bom não deixar dúvidas sobre o fato de que o exercício da compreensão, não é de hoje, é um ato fundador de nossa disciplina.

*Os estudos chamados pós-modernos têm sido criticados como sendo o desenvolvimento de um culturalismo endêmico na universidade norte-americana, que termina por privilegiar a interpretação, deixando de lado a explicação e a compreensão. Como o senhor vê esses estudos?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Eu acho que há certos equívocos no que se chama Antropologia pós-moderna, desde que se separa radicalmente o binômio explicação/compreensão, cujos termos, a meu ver, deveriam estar sempre que possível articulados no processo de conhecimento, como me referi há pouco relativamente à elaboração das monografias antropológicas. É verdade que nas monografias produzidas no âmbito desse movimento pós-moderno (pois não chega a ser uma escola, é apenas um movimento, por sinal marcado por muita discordância interna) observa-se uma insistente presença do autor, do pesquisador, conferindo muitas vezes a elas um caráter excessivamente intimista — fato, aliás, já comentado por vários críticos. Mas o interessante dessas monografias é o *status* que seus autores pretendem dar a elas: o de mero experimento, certamente temerosos de estar caindo num cientificismo que rejeitam. Mas seriam por isso más monografias? Creio que não. A seu modo elas dão o seu recado e nos revelam, juntamente com a realidade etnográfica, o autor, o horizonte cognitivo em que ele se movimenta, além de nos proporcionar, algumas vezes, um certo sabor literário.

*O que o senhor diria sobre o desenvolvimento perverso da hermenêutica? A que problemas leva a apologia da interpretação?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Entendo que o paradigma hermenêutico, como eu o concebo, não veio para substituir os demais. Ele veio para enriquecer o trabalho antropológico como um todo, na medida em que a hermenêutica se constituiu naquele enxerto, de que falei, em uma matriz disciplinar formada majoritariamente pelos paradigmas da ordem. O caráter perverso que tenho mencionado em meus trabalhos relaciona-se mais com o movimento interpretativista estadunidense do que com a hermenêutica propriamente dita,

a saber, aquela tradição filosófica que nos legou o Romantismo em sua crítica ao pensamento iluminista. O que eu digo é que quando, no âmbito do movimento interpretativista, nos anos 60, teve lugar um certo exorcismo do objetivismo, foi possível observar que também se abriu mão do ideal de objetividade, que deveria ser preservado. Como os anglos gostam de dizer, “jogou-se fora a criança com a água do banho”! Como não reter a objetividade como meta, pelo menos como uma “idéia organizadora”, desde que saibamos nos descartar daquela ilusão da objetividade absoluta que caracteriza o objetivismo? É, portanto, essa ideologia científica que se deve exorcizar.

*Os paradigmas da ordem têm sido alvo de crítica de outras perspectivas da Antropologia. O que o senhor diria sobre a questão (seguindo a trilha de Merleau-Ponty) da anulação da interpretação compreensiva do ponto de vista formalizante? O senhor não veria aí um desenvolvimento perverso do paradigma estrutural?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Estou certo que não. Mesmo porque o estruturalismo de Lévi-Strauss não é anti-histórico, é a-histórico, pelo fato de haver sido inventado no caldo da cultura científica do racionalismo da Escola Sociológica Francesa, onde a história nunca foi o forte. Seu grande interesse estava nas categorias do entendimento, constituídas como representações coletivas observáveis especialmente em sociedades ágrafas. A tal “*société sans histoire*”, a rigor uma sociedade a cuja história o pesquisador simplesmente não tem acesso, e quando tem, graças à história oral, ela se mostra insuficiente para tal ou qual problema que se queira investigar. Lévi-Strauss desenvolveu, assim, toda uma metodologia (e com ela uma metateoria ou um paradigma)

formalizante — se bem que nunca verdadeiramente formal, pois nem lógica, nem matemática — para dar conta de fenômenos socioculturais incapazes de serem apreendidos historicamente. Portanto, o estruturalismo não veio anular a história; ele simplesmente veio se oferecer como uma alternativa para lograr uma interpretação explicativa por meio da qual sempre se pode dispensar a cooperação da história. Eu veria um desenvolvimento perverso do paradigma estruturalista francês somente se os seus mais impenitentes adeptos (que praticamente já não são encontrados hoje, nessa nossa época pós-estruturalista) se colocassem dogmaticamente contra qualquer conhecimento de caráter histórico em nossa disciplina, mesmo que um tal conhecimento se mostrasse viável.

*Como vê as críticas a estes modelos formalizantes?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Todos os modelos são passíveis de crítica, sobretudo quando não são levados em conta os limites de sua potencialidade cognitiva. Modelo é sempre uma redução que visa favorecer a análise. É sempre uma simplificação da complexidade do real. Quanto aos modelos formalizantes, depende do ponto de vista a partir do qual essa crítica é feita, como você sabe muito bem. No caso desses modelos, como os elaborados por Lévi-Strauss, é importante saber qual o seu objetivo. Se tomarmos as mitológicas, suas análises de mitos, por exemplo, verificaremos que o interesse do antropólogo está em descobrir os códigos contidos no pensamento mítico. Lévi-Strauss busca explicá-los mediante a construção de uma certa “gramática”, com suas regras e princípios. Procura trabalhar no nível da sintaxe dos discursos míticos. E ao descobrir o universo das regras de uma mitologia, o que lhe permite decodificá-la, o antropólogo se dá por satisfeito. Ele conse-

guiu, a seu modo — digo eu —, alcançar uma interpretação explicativa de um determinado mito ou conjunto de mitos.

*E como o senhor vê hoje o debate sobre o lugar da história e da estrutura na Antropologia brasileira?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Vejo essa oposição de uma maneira muito menos radical do que alguns colegas talvez a veriam. Gostaria de ilustrar o meu ponto de vista tomando por referência certas interpretações sobre o meu livro *O Índio e o Mundo dos Brancos*, publicado em 1964 e já em sua quarta edição, ainda que feitas entre as quatro paredes de ambientes acadêmicos. O foco dessas interpretações tendia a se concentrar com certa frequência na dimensão estruturalista do livro. Mas se estou mencionando isso é que talvez possa servir para esclarecer — ao menos do meu ponto de vista — a oposição entre História e Estrutura, colocada muitas vezes como a oposição entre Deus e o Diabo! A observação envolvia a própria idéia da “fricção interétnica”, nuclear em minha análise, como estando comprometida com a idéia parsoniana de sistema, portanto com um alto grau de envolvimento funcionalista, tão comprometedor quanto estaria o estruturalismo diante do tribunal da História! Num período como o que estamos vivendo já há pelo menos três décadas, e que vem sendo chamado de período do *pós* (do pós-estruturalismo, do pós-marxismo, do pós-funcionalismo, etc., etc.), a tendência tem sido aquela mesma articulação complementar entre opostos históricos que eu defendi há pouco quando falava sobre os paradigmas e a matriz disciplinar. Em minha pesquisa de então, realizada entre 1959 e 1962, eu procurei, como estratégia de investigação, articular o tratamento histórico da integração dos Tükúna no regime servil dos seringaais amazônicos com a problemática de sua organização clânica (um tema de tradicional

interesse da Antropologia), seu sistema de parentesco (para cuja análise me vali dos recursos formais da *Etno-Science*), seu totemismo (em sua concepção lévi-straussiana) e, como a minha principal questão, a construção da identidade étnica, que examinei em termos fenomenológicos, como a identidade do caboclo e a ideologia do “caboclisimo”. Ideologia essa que levava o índio submetido ao processo alienador da fricção interétnica a dividir a sua consciência identitária em duas: uma comprometida com sua etnia, outra que o levava a se ver com os olhos do branco, estigmatizado como indolente e inferior. Como vê, estou exemplificando com o meu trabalho tudo aquilo que eu já entendia então como necessário à realização da pesquisa etnológica: articular as perspectivas que a literatura antropológica mais moderna nos oferecia na época.

A meu ver há dois equívocos quando se procura encontrar em meu livro desvios teóricos. O primeiro seria crer que o sistema de fricção interétnica estaria comprometido com a sociologia sistêmica. A essa crítica sempre respondi que a noção de sistema como eu a empreguei implicava a constatação de relações de contradição entre índios e não-índios, contradição esta responsável pela formação do sistema interétnico — portanto, nada mais contrário à concepção funcionalista de sistema social, baseada na idéia de equilíbrio e de consenso, enquanto eu procurava observar o conflito e o dissenso. O segundo equívoco é considerar que os modelos estruturais são antagônicos à perspectiva histórica. No caso de meu estudo sobre as relações interétnicas no alto Solimões, se a história ocupou um lugar menor na investigação, ainda que dela não estivesse ausente, foi exclusivamente pela estratégia adotada na etnografia — mas isso em nada comprometeu a possibilidade de articulação da estrutura e da história, ou, como escreveria Lévi-Strauss, entre *structure* e *événement*.

*Ainda sobre o debate entre estruturalismo e história, o senhor acha que o estudo das estruturas de longa duração, do ponto de vista de uma etnologia, sobrepõe-se ao estudo das rupturas históricas, ou existe uma complementaridade entre eles?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Acho que eles se complementam. As estruturas de curta duração são uma instância que você pode recortar. Analiticamente, apresentam muitas vantagens. E como eu as entendo, essas vantagens estão no fato de os processos contidos nessa estruturas poderem ser de certa forma observáveis pelo etnólogo, especialmente quando ele se dedica a idas e vindas prolongadas ao campo. Veja, por exemplo, o trabalho de Raymond Firth sobre os Tikopia ou os de Evon Vogt entre os Maya de Chiapas. São pesquisas que envolvem pelo menos uma geração, às vezes mais, se considerarmos o espaço temporal que medeia as permanências no campo. Na *longue durée*, como diria Braudel, sujeita ao olhar do historiador ou mesmo da arqueologia histórica, essa longa duração mexe com o movimento da cultura realizado a passos largos mas que, de certo modo, pode ser percebido pelas visitas periódicas do antropólogo — embora nossa percepção sobre a dinâmica das instituições culturais constitua sempre um desafio ao talento do pesquisador. Em nossa experiência de etnólogos, dada a realidade do contato interétnico, as rupturas estruturais são tão freqüentes que podem ser observadas durante a curta vida de uma única pesquisa de campo. Só o processo de depopulação, por exemplo, devido a epidemias pode levar uma etnia, juntamente com sua estrutura social, a se extinguir em pouco tempo.

*O senhor acha possível fazer um estudo comparativo de longa duração levando em conta a compreensão de aspectos não totalmente evidentes nos depoimentos atuais? Qual seria o instrumento para analisar a*

*linguagem não escrita? A seu ver, a perspectiva de reconstrução permite avaliar os processos de longa duração?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Eu tendo a diferenciar a pesquisa etnológica daquela realizada pelo historiador. Como mencionei a respeito do trabalho de um etno-historiador como o Robin Wright, o que nos interessa mais não é a verdade histórica, geralmente inacessível, mas as versões, os pontos de vista, as perspectivas dos sujeitos de investigação. Nesse sentido é que eu considero relevante a história oral, uma vez que ela nos informa sobre a percepção dos agentes sociais, seus valores, sua ótica cultural. Quando estudamos povos ágrafos, a história pode estar sinalizada nos diferentes lugares que esses povos ocuparam no lapso de um período histórico. Em minha etnografia dos Terêna eu pude observar isso durante o Oheokoti, a principal cerimônia desses índios do Mato Grosso do Sul, quando o chefe da aldeia de Bookoti, também conhecida por Cachoeirinha, em seu discurso ritual, apontava para diferentes lugares da reserva indígena recordando episódios históricos vividos pela comunidade terêna; quando incluía lugares sagrados uns, profanos outros, mas todos ligados à experiência terêna na Guerra do Paraguai: “aqui matamos um paraguaio”, “lá enterramos nosso parente”, etc., etc. Levá-los a lerem os sinais topográficos também é uma forma de recuperação da memória tribal e das versões que de sua história esse povos podem nos passar. Não que se trate, em casos como esses, de reconstruir a cultura ou a sociedade, porém sempre se pode apreender as categorias por meio das quais os nossos informantes ou interlocutores pensam a sua sociedade, o seu passado e as suas condições atuais de existência. E como essas categorias estão na linguagem do grupo, é importante, nas pesquisas antropológicas, você dominar a língua. Mas nem sempre isto ocorre.

*E nem sempre é possível...*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: E nem sempre é possível! Eu mesmo, quando fiz a pesquisa com os Tükúna, em nenhum momento cheguei a dominar a língua. Eu fiz o que era possível, mas se alguém conseguir dominar o idioma indígena poderá fazer uma investigação com mais profundidade do que a que eu pude fazer, se bem que quando o foco da investigação recai sobre o sistema interétnico o antropólogo tem de estar também preparado para investigar com igual empenho os mecanismos opressores da sociedade regional, não-indígena. O que significa que ele deve estar versado não só na etnologia indígena, como também naquilo que uma abordagem sociológica pode ensiná-lo na investigação da sociedade regional. Porém, vejo com muita satisfação que em nossa etnologia indígena o domínio da língua já passa a ser exercido por muitos jovens pesquisadores. Examinei recentemente uma tese de doutorado escrita por uma jovem antropóloga, Elsjé Maria Lagrou, sobre os Kaxinawá e fiquei surpreso pelo domínio que ela demonstrou ter da língua, o que lhe permitiu realizar um trabalho excelente, muito bom mesmo. A Antropologia brasileira ficou anos realizando suas pesquisas sem dominar os idiomas indígenas. Talvez o primeiro a utilizar-se da língua indígena foi Curt Nimuendajú. Já a minha geração e as anteriores se habituaram aos intérpretes, no caso de índios monolíngües, ou a se satisfazerem com a língua portuguesa falada por grupos bilíngües. Eu acho que sempre que for possível dominar o idioma é melhor. O Herbert Baldus nunca dominou língua indígena alguma, o mesmo ocorrendo com o Egon Schaden, Galvão, Darcy, enfim, todos nós, para me limitar à minha geração para trás. Imediatamente depois de minha geração, só conheço como exemplo de domínio da língua a pesquisa de Alcida Ramos, realizada durante mais de dois anos de campo entre os Sanumá!

*É possível buscar o domínio da língua quando os grupos ainda falam a língua nativa e o antropólogo tem meios de entendê-la?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA — Quando os índios falam o seu idioma, como os Terêna e os Tükúna, para ficarmos com minha própria experiência etnográfica, é claro que o etnólogo deve aprender a língua nativa, pois fazendo-o pode entrar melhor nos meandros da cultura indígena. Se, no caso dos Terêna, cheguei a identificar ao menos os assuntos de que tratavam em sua língua txané, porém sem jamais poder acompanhar realmente uma conversa, já no caso dos Tükúna, por se tratar de uma língua tonal e pelo fato de minha permanência entre eles não ter sido maior que um semestre — contando minhas duas idas ao campo que antecederam a redação de minha monografia —, nunca consegui entendê-los quando não estavam falando português. Porém, a estratégia de minha pesquisa estava feita para dar conta do contato interétnico e a condição era que os índios fossem bilíngües. Mas sempre fica aquela limitação...

Ocorre-me, aliás, que já foi apontada uma oposição entre duas vertentes na Antropologia brasileira: a vertente dos estudos de relações interétnicas e a vertente denominada “antropologia clássica”. Claro que não penso que essa última seja uma antropologia antiquada, ultrapassada. Evidente que não. Antropologia clássica pode ser também moderna. Por quê? Porque se beneficia do desenvolvimento da teoria antropológica, sobretudo a que trabalha com populações indígenas em escala planetária e mantém uma interlocução sistemática com pesquisadores de diferentes partes do mundo. Já temos exemplos disso no Brasil.

*O senhor considera estas duas perspectivas excludentes?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: Não, eu não

acho que sejam. Se um ou outro as colocam como tal eu lamento. Considero que as duas linhas bem podem ser consideradas como duas opções legítimas no exercício do fazer antropológico.

*O desenvolvimento de cada investigação pode implicar também convergências, baseadas em pontos consensuais?*

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA: O consenso é construído graças ao estabelecimento de relações dialógicas. As nossas comunidades acadêmicas deveriam se dedicar mais à construção de consensos, buscar convergências, ainda que mantendo diferenças. Por que não? Pois as diferenças acabam sendo fundamentais para a riqueza da vida acadêmica. Sem posições contrárias a própria vida

intelectual pode ser um fastio. Mas isso não significa que nós devamos entrar em conflitos pessoais ou institucionais, quando podemos manter polêmicas em clima civilizado de busca de entendimento, ainda que seja para concordarmos em mantermos um saudável desacordo... Apenas que não sejamos, quanto à possibilidade de consenso, nem céticos (o que tornaria o debate inócuo), nem cínicos (pois seríamos eticamente desrespeitosos), nem dogmáticos (pois não admitiríamos arredar o pé de nossas verdades). Ungidos de boa-fé, deveríamos aceitar o debate como troca de idéias, como a oportunidade de cotejarmos argumentos, uma forma de aprendermos um pouco mais uns com outros.

*(Recebido para publicação em dezembro de 1999)*

## Resumo

*Roberto Cardoso de Oliveira: Entrevista*

Entrevista com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira realizada em novembro de 1999 por Priscila Faulhaber versando sobre a especificidade da Antropologia perante as demais ciências sociais, os paradigmas constitutivos de sua matriz disciplinar, o trabalho de campo e a importância do conhecimento da língua nativa e sobre o lugar da história e da estrutura na Antropologia no Brasil. O entrevistado tece ainda comentários sobre o paradigma hermenêutico e o trabalho dos antropólogos pós-modernos.

**Palavras-chave:** antropologia; Brasil; história da antropologia

## Abstract

*Roberto Cardoso de Oliveira: Interview*

Interview with the anthropologist Roberto Cardoso de Oliveira, held in November 1999 and conducted by Priscila Faulhaber. Prof. Cardoso de Oliveira comments on anthropology vis-à-vis the other social sciences; anthropological paradigms and fieldwork; the importance of knowing the native language; and the role of history and structure in Brazilian anthropology. He also talks about the hermeneutic paradigm and the work of post-modern anthropologists.

**Keywords:** anthropology; Brazil; history of anthropology

## Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica\*

*Fernanda Wanderley*

Nas últimas três décadas, os cientistas sociais forjaram os conceitos de “economia tradicional”, “economia informal”, “distrito industrial” e “especialização flexível” para explicar a persistência de uma ampla variedade de formas de organização econômica tanto no nível das empresas como no das economias regionais e nacionais. Entre as características mais importantes na classificação das organizações se destacam o número de trabalhadores, o tipo de relação de trabalho, a escala da produção, o grau de standardização dos produtos, o montante de capital e a tecnologia empregada. Tipicamente, as interpretações oscilaram entre, por um lado, a perspectiva dos pequenos negócios como modelos de produção ultrapassados, fadados a desaparecer com a inevitável chegada da produção em larga escala, e, por outro, a visão dessas formas de produção como funcionais e dependentes da dinâmica da acumulação capitalista moderna. Mais recentemente, uma nova interpretação sugere que o sucesso econômico não está relacionado de maneira direta a características específicas, como tamanho da produção, nem a uma lógica macroeconômica de longo prazo, mas às rotinas organizacionais de produ-

ção, que são função de redes de relações simbólicas e sociais as quais, por sua vez, refletem um contexto político e institucional mais amplo.

Este texto reconstrói criticamente este debate e analisa as tentativas de explicação dos princípios organizacionais através dos quais indivíduos e famílias definem e controlam seus bens, forjam meios e mobilizam recursos para criar e expandir suas atividades econômicas. O principal objetivo deste ensaio é avaliar até que ponto existe uma interpretação adequada da diversidade dos processos organizacionais e dos resultados econômicos da produção em pequena escala.

No processo de revisão da literatura sobre o tema, verificou-se que a discussão sobre a produção em pequena escala apresenta uma ruptura importante, associada a diferentes noções de mudança social e desenvolvimento econômico. A primeira seção deste texto analisa criticamente o modo como as teorias sobre mudança social, modernização e desenvolvimento econômico fundamentam diferentes interpretações da capacidade de crescimento e expansão da produção em pequena escala. A segunda seção discute as razões por que os estudos dentro do mar-

---

\* Agradeço os comentários e sugestões dos professores Elisa Pereira Reis, Guenther Roth, David Stark, Harrison White e Patrick Heller, bem como os dos amigos e colegas Carlos Antonio Costa Ribeiro e John Krinsky. Desnecessário dizer que sou a única responsável pelos eventuais equívocos.

co da informalidade não são capazes de superar uma visão dualista que limita a compreensão e a explicação da diversidade dos processos de organização produtiva. A terceira seção analisa o redirecionamento dos estudos sobre os pequenos negócios proposto pelos enfoques da escolha racional, dos custos de transação e da sociologia econômica. A questão central do debate deixa de ser se as pequenas empresas têm capacidade de crescer e de gerar emprego: o que se busca indagar são as condições que possibilitam o crescimento e a geração de emprego. Apesar das diferenças entre essas perspectivas, todas compartilham a visão de que, além de os pequenos negócios estarem organizados, suas formas organizacionais merecem atenção. Os estudos apresentados na terceira seção buscam explicar as condições sociais e econômicas da produção em pequena escala e as maneiras como as diferentes economias resolvem problemas equivalentes, dependendo dos nexos dinâmicos entre as empresas e o contexto institucional, político e tecnológico em que se encontram. Na conclusão do ensaio, são sugeridas novas linhas de pesquisa.

#### **As Teorias sobre Mudança Social, Modernização e Desenvolvimento Econômico — Lógica Única e Inevitável de Mudança Social ou Processos Contínuos de Reconfigurações?**

Entre as idéias mais importantes e duradouras nas Ciências Sociais estão as de mudança social, modernização e desenvolvimento econômico construídas sobre a associação causal entre os conceitos de divisão do trabalho, eficiência e riqueza, formulada por Adam Smith há mais de dois séculos. Segundo esse pensador, melhoras na produtividade (*output per unit input*) dependem de maior divisão do trabalho: quanto mais específicos forem os trabalhos manuais, mais os trabalhadores podem melhorar suas

habilidades e economizar tempo para passar de uma atividade a outra. Por outro lado, a divisão do trabalho depende da extensão do mercado: somente quando a demanda por produtos é grande, é possível ativar a dinâmica auto-sustentável do incremento constante da eficiência através da divisão do trabalho, que retroalimenta a expansão do mercado. Em suma, quanto maior o mercado, maior a divisão do trabalho e maior a eficiência da indústria e, portanto, maior a *Riqueza das Nações*.

Karl Marx (1990), nessa mesma linha de pensamento de Adam Smith (1976), desenvolveu o seguinte argumento: o processo contínuo de desenvolvimento das necessidades humanas e a capacidade para satisfazê-las constitui o motor central da tendência de longo prazo do desenvolvimento tecnológico. A divisão do trabalho em um conjunto de atividades separadas é o princípio do desenvolvimento econômico, que dirige o processo de competição contínua para aumentar a eficiência e o lucro. Para Marx, a especialização do trabalho manual e a concentração de capital são características centrais da produção capitalista, que define posições e influencia outras formas de produção e a própria direção do desenvolvimento das forças produtivas.

A idéia da inevitabilidade do progresso através da especialização foi um dos grandes temas dos escritores clássicos. Enquanto Adam Smith argumentou sobre a propensão humana inata para "*truck and barter for advantage*", Karl Marx falou sobre a emancipação do homem e a realização completa de suas potencialidades através do domínio sobre as forças da natureza. Para ambos, o "motor da história" é a luta inevitável para incrementar a eficiência produtiva através da lógica rigorosa da subdivisão do trabalho. Apesar de ambos argumentos concordarem com a convergência entre as estruturas econômicas e o progresso da industrialização, eles discordam em relação ao tipo de organi-

zação social que esse progresso impulsiona. Enquanto, para Smith, a sociedade moderna tende à integração progressiva, para Marx, ela tende a criar formas de diferenciação e polarização conflituosa.

Tipicamente, na construção teórica de Smith e de Marx, a produção em massa – a combinação de máquinas especializadas e mão-de-obra não especializada na produção de bens padronizados – constitui a forma de organização industrial mais produtiva nas sociedades capitalistas, ou seja, o ótimo econômico em termos de eficiência industrial. Qualquer forma de organização econômica de produção e troca que desvie do mercado eficiente – definido como sistema de propriedade privada dos meios de produção em larga escala – está fadada a ser superada pelas mais próximas ao modelo. Segundo essa perspectiva, produção em pequena escala não pode criar a dinâmica de especialização; logo, também não gera o incremento da produtividade nem, finalmente, a acumulação.

Esse quadro permanece desde então como a matriz central de interpretação da industrialização e do desenvolvimento. Por volta de 1950, os economistas pertencentes à corrente dominante das teorias do desenvolvimento<sup>1</sup> estavam de acordo em relação à idéia de que o caminho da industrialização era estreito. Portanto, a rápida modernização e a decolagem do crescimento auto-sustentável passavam necessariamente por uma estratégia de industrialização acelerada com base na produção em larga escala, capital intensivo e tecnologia moderna. Essas estratégias de desenvolvimento, que ignoraram o potencial das pequenas empresas, tinham as grandes empresas como a base do crescimento econômico, uma vez que elas garantiriam a necessária economia de escala, alta produtividade e eficiência. Nessa perspectiva, as pequenas empresas estavam, na melhor das hipóteses, desempenhando um papel transitório nos países que ainda não haviam alcançado a fase mais avançada de

desenvolvimento. Esperava-se que, com o desenvolvimento econômico, o número de pequenas empresas diminuísse.

Esse paradigma clássico está também presente nos estudos correntes de desenvolvimento.<sup>2</sup> Tipicamente, um paralelo é traçado entre, por um lado, a transição da sociedade agrária da pequena propriedade camponesa para o capitalismo industrial experimentada pela Inglaterra e, por outro, o processo de desenvolvimento atual dos países em desenvolvimento. Ambos são interpretados como a história do progresso da autarquia (pré-capitalismo) em direção à especialização (capitalismo), especialização essa que mostraria a necessidade de reformular as instituições políticas de acordo com os requisitos do aumento da produtividade. Nesse sentido, a criação das condições de crescimento econômico sob o modelo capitalista, definido como o crescimento da produtividade com base na especialização, passa necessariamente pela dissolução das estruturas sociais pré-capitalistas que restringem o mercado para os insumos produtivos – terra, trabalho e capital – e pela construção de um contexto institucional adequado. No vocabulário marxista, *the commodification* dos fatores de produção é a condição necessária para o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, define-se um certo tipo de contexto institucional e de organização econômica que é universalmente necessário para aumentar a produtividade e a riqueza.

Nos estudos de organização industrial, a explicação de Alfred D. Chandler (1990) para o sucesso industrial das corporações modernas é um dos exemplos mais influentes desse paradigma. Segundo Chandler, existe uma lógica dinâmica de crescimento e competição que dirige o capitalismo industrial moderno, lógica essa que foi entendida e promovida pelos gerentes e executivos das organizações dominantes no processo de crescimento econômico e de transformação social nas nações industrializadas. A lógica

da empresa dirigida por gerentes é assim definida:

“as vantagens de custo que as economias de escala e de âmbito obtêm nas indústrias intensivas em capital e tecnologicamente avançadas. Nessas indústrias, as fábricas grandes podem produzir produtos com custos mais reduzidos que as pequenas, porque o custo por unidade diminui proporcionalmente ao incremento do volume dos produtos (economia de escala). Além disso, as unidades industriais grandes podem utilizar, para produzir diferentes produtos, as mesmas matérias-primas, os mesmos materiais semiacabados e processos produtivos intermediários (economia de âmbito).” (Chandler, 1990, p. 132).

Essas vantagens potenciais de custo são somente possíveis quando algumas condições são estabelecidas. Uma delas é o fluxo constante de recursos que assegurem a utilização da capacidade instalada, o que depende do desenvolvimento do sistema de transporte e comunicação (estradas, telégrafo, navio a vapor). A outra condição é a criação de um sistema de distribuição e marketing nacional e internacional que garanta o fluxo de produtos desde a produção até a distribuição. A competição depende, portanto, de inovação e de estratégias para criar novos mercados assim como de investimentos em pesquisa e tecnologia para melhorar a qualidade e baixar custos. Os gerentes selecionam melhores matérias-primas e organizam serviços de marketing mais efetivos. Eles também procuram a diferenciação dos seus produtos e a entrada em mercados com maior potencial de crescimento. Valendo-se dessas estratégias, as empresas crescem horizontalmente (com a compra de empresas competidoras) e verticalmente (com o controle das matérias-primas e das atividades de colocação dos produtos no mercado). Essa competição oligopólica “oferece a dinâmica de crescimento contínuo – das empresas, das indústrias que participam e das economias nacionais nas quais operam”. (Chandler, 1990, p. 132)

A teoria de Adam Smith dos mercados que se autogovernam e a visão marxista da tendência a longo prazo do desenvolvimento das forças produtivas não só obscurecem a nossa compreensão de como os mercados funcionam concretamente como estruturas sociais,<sup>3</sup> mas também fortalecem a idéia de que a ação econômica precisa necessariamente estar desconectada de quaisquer tipos de relações não econômicas para constituir uma “economia capitalista moderna”. A pressuposição, vastamente aceita nas Ciências Sociais, de que, quanto mais diferenciadas forem as esferas sociais, mais moderna será a economia – com mercados que funcionam mais eficientemente – pode ser enganosa, uma vez que leva à naturalização de um contexto institucional específico como condição necessária para o desenvolvimento econômico. Todas as economias que não se adequam ao modelo da “economia de mercado” são, em consequência, automaticamente classificadas como “atrasadas”, e menos esforços sistemáticos são dedicados a compreender e explicar como e por que outros contextos institucionais permitem que diferentes organizações econômicas operem. Uma vez que as produções em pequena escala são tipicamente organizadas com laços de parentesco ou de amizade, os estudos tendem a interpretá-los como obstáculos à modernização, como legados do passado que devem e vão desaparecer. Esse tipo de perspectiva não explica as diferenças entre as formas organizacionais e o papel dos contextos institucionais específicos para o sucesso ou fracasso dos pequenos negócios.

Essa perspectiva também apóia a formulação de políticas públicas nos “países em desenvolvimento”, gerando problemas tais como “a síndrome do economista visitante” descrita por Albert Hirschman (1986): o hábito dos economistas de darem conselhos peremptórios, prescrevendo, para economias heterogêneas na América Latina, receitas segundo princípios econômicos e remédios

com suposta validade universal. Na mesma linha, Biggart e Hamilton (1992) criticam a explicação neoclássica do capitalismo asiático e argumentam que o próprio sucesso da experiência asiática questiona as bases da teoria geral do capitalismo e a idéia de que determinadas formas de organização como a empresa familiar e os aglomerados industriais são “aberrações de economias em desenvolvimento”. Mostram que as empresas familiares e os aglomerados industriais não apresentam tendências de desaparecimento ou de diminuição nos “países desenvolvidos” como previsto por essa teoria.

Perspectivas alternativas à visão de uma lógica profunda de modernização e industrialização definem mudança social e desenvolvimento econômico como processos contínuos de transformação, menos coesos, mais contingentes e diversos. Essas interpretações do desenvolvimento como produto de estruturas institucionais, políticas e culturais mais localizadas redirecionam a atenção para as práticas de organização produtiva e abrem novas alternativas para a compreensão das condições sociais de formação e operação da produção em pequena escala. Estas novas perspectivas podem ser extraídas de várias construções teóricas, tais como a idéia weberiana de história e o novo conceito de evolução da biologia contemporânea.

Max Weber (1978) entendeu a história como um fluxo infinito e caótico, em que as diferentes dimensões da vida social estão contínua e simultaneamente mudando, reforçando-se e bloqueando-se umas às outras. A realidade social não é um sistema estruturado, e as mudanças sociais não são resultado de um último fator localizado em uma das esferas sociais (por exemplo, as forças produtivas na estrutura econômica). Para Weber, não existe uma lógica inevitável e única de mudança social. O conceito de “afinidade eletiva” postula um tipo especial de associação e relação causal entre as diferentes dimensões sociais. Essa associação pode ser

mais adequada ou inadequada; pode influenciar, excluir ou reforçar as diversas dimensões sociais e pode, também, carregar diferentes graus de afinidade. A direção da causalidade e o relativo peso dos fatores sociais não podem ser definidos *a priori*, eles precisam ser definidos pela análise histórica.

Por exemplo, Weber explicou que a modernização do Estado e a modernização da economia na Europa tiveram algumas características similares e significativas: a concentração dos meios de produção e a construção de um aparato burocrático (sistemas legal e administrativo). Esses fatores ocorreram simultaneamente, reforçando-se um ao outro, mas nenhum originou o outro, nem tiveram necessariamente as mesmas causas. Compartilharam, sim, as mesmas circunstâncias históricas, tais como o surgimento de uma instituição legal previsível – leis gerais racionais e juízes atuando sob o marco da lei –, condição necessária mas não suficiente para o surgimento de um Estado moderno e de um capitalismo moderno. A questão típica que guia as explicações históricas de Weber é: por que esses fenômenos são o que são (em sua particularidade) e não algo diferente? Sua análise sempre deixa claro que poderiam ser diferentes.

De acordo com a visão weberiana da história, as condições que foram importantes para o surgimento de um tipo de organização econômica não são parte de uma “Teoria Geral do Capitalismo” no sentido de que constituem “As Condições” que devem ser encontradas em qualquer lugar e em qualquer momento onde exista “Capitalismo”. Como Weber diria, determinadas condições foram importantes em um momento específico, mas, em outro, poderiam não ser. Por isso, os estudos que tentam aplicar as condições encontradas por Weber como se elas fossem parte de uma Teoria Geral não estão no “espírito” da sociologia weberiana.

Como explicitou Guenther Roth (1996), distintas formas de capitalismo coexistem e

os componentes tradicionais e modernos persistem no capitalismo contemporâneo. David Stark e Lazlo Bruszt também defenderam a idéia de que “capitalismo como conceito só é analiticamente interessante em plural”. (Stark e Bruszt, 1998, p. 3). Charles Sabel e Jonathan Zeitlin (1996) argumentam que a produção artesanal e a produção em massa coexistiram, e que esta última não deve ser considerada a única via de progresso tecnológico, assim como não se deve entender a produção artesanal como uma atividade econômica subordinada e típica do estágio tradicional do desenvolvimento econômico. Mark Granovetter (1984, 1995) também apontou para a estabilidade e predominância de unidades econômicas pequenas, demonstrando que a importância das estruturas sociais das atividades empresariais de pequena escala não depende do fracasso ou da ausência de instituições modernas. Ele mostra que laços sociais de migração e etnia ou qualquer outro laço de comunidade pode, sob certas condições, fornecer os recursos necessários para as firmas prosperarem num contexto moderno. Biggart e Hamilton (1992) mostraram que as atividades econômicas na Ásia se desenvolvem em um contexto institucional e em organizações econômicas radicalmente diferentes do contexto ocidental e, apesar disso, são economias competitivas que encontraram um nicho no mercado internacional.

Uma corrente da teoria evolucionária da mudança econômica se baseia na pressuposição de que “mudança ocorre através de processos análogos à evolução biológica: a variável ou sistema em estudo estão sujeitos a variação ou perturbação aleatória; e mecanismos crivam esta variação” (Nelson, 1994, p. 109). A atenção se volta para os processos dinâmicos: para o movimento de algo no tempo, para a maneira como algo muda de um momento para outro. Como Richard Nelson explica, “aprendizagem ou adaptação podem ser modelados em termos de mudan-

ça na distribuição das probabilidades das possíveis ações dos atores em qualquer momento, como resultado da retroalimentação de algo que eles tentaram antes e de suas conseqüências”. (Idem, p. 115) Desenvolvendo esta visão, Stark e Grabher (1997) argumentam que o que dá vantagem não é absoluto ou invariante. Depende do entorno, e uma vez que este muda com o processo de seleção, o que dá vantagem hoje, pode não dar amanhã. Mais ainda: o que é o mais ajustado em um dado contexto econômico, político e cultural, pode não ser em outro.

Stark e Bruszt enfatizam a noção de mudança social como um processo contínuo de transformação – “rearranjos, reconfigurações, e recombinações das múltiplas lógicas sociais que são a sociedade moderna” (Stark e Bruszt, 1998, p. 7). Essa perspectiva foi desenvolvida em diferentes estudos sobre o desenvolvimento científico, inovação tecnológica, funcionamento de organizações econômicas, transformações políticas e de propriedade, entre outros eventos históricos. Por exemplo, Stark e Grabher (1997) discutem a importância da diversidade organizacional e das múltiplas vias de desenvolvimento, notando que os legados institucionais não são simples resíduos do passado, mas podem servir de valiosos recursos para o futuro. Eles criticaram a idéia de que existe um tipo de contexto institucional, um tipo de organização econômica e relações sociais que são as mais apropriadas para alcançar eficiência e, portanto, crescimento econômico. Tomando emprestada aos biólogos contemporâneos a noção de evolução, eles argumentam que não existe um processo unidimensional de otimização, uma única trajetória de formas mais primitivas a mais avançadas de organização, que seria a mais ajustada de todas. Só podemos falar de um ajuste comparativo e tolerante. Em suas palavras:

“evolução se dá ao longo de diversas vias, as quais não necessariamente levam a mudanças ótimas. O fato de que algumas das vias de de-

envolvimento produzam soluções ineficientes e resultados subótimos não é indicação de fracasso evolutivo, mas condição de seleção evolutiva: sem variedade, não existe evolução” (Stark e Grabher, 1997, p. 4).

Em função disso, os autores afirmam que, em mercados livres, a competição “não favorece necessariamente a forma organizacional mais ajustada e mais eficiente: competição de mercado não é um otimizador” (*Idem*, p. 4).

Charles Sabel e Jonathan Zeitlin propõem uma alternativa de explicação para o sucesso da produção capitalista em massa na Europa ocidental. Em oposição às perspectivas históricas da produção em massa como única forma de mecanização possível sob condições históricas favoráveis, ele argumenta que esse sucesso foi “o resultado de escolhas coletivas implícitas, que resultou de incontáveis pequenos conflitos, que favoreceram essa forma de mecanização, e não outras tecnologicamente também viáveis” (Sabel e Zeitlin, 1996, p. 134). Em vez de uma visão de organização industrial como resultado de lógica imanente da mudança tecnológica, ele adere a uma visão de organização industrial como resultado de lutas sociais. Mas lutas sociais que também não respondem a uma lógica imanente. Demonstra que existiram alternativas para a produção em massa, como a especialização flexível (economias baseadas em máquinas não especializadas e trabalhadores altamente capacitados) no século XVIII. O surgimento da produção em massa e as mudanças tecnológicas são explicados pela distribuição de poder e por idéias visionárias de desenho de máquinas, e não por um critério intrínseco de eficiência que leve a decidir entre possíveis soluções para os problemas industriais. Como ele argumenta, a noção de um caminho estreito de desenvolvimento industrial não explica a organização econômica de muitas regiões industriais famosas do século XIX. Pequenas empresas nessas regiões

desenvolveram e exploraram novas tecnologias sem se tornarem grandes; e grandes empresas que empregaram tecnologias sofisticadas e caras desde o início não se concentraram na produção de produtos estandardizados.

A produção artesanal é, então, sugerida como um modelo alternativo de desenvolvimento tecnológico. A interrupção dessa linha de progresso tecnológico não foi resultado de problemas internos ao modelo, mas de um entorno não favorável – político, institucional e econômico – no qual o modelo teve de funcionar. Como Sabel argumenta,

“para entender a vitalidade das regiões industriais, devemos abandonar a idéia de leis históricas de progresso e imaginar um mundo teórico no qual a tecnologia poderia, em princípio, desenvolver-se de diferentes maneiras: um mundo que poderia ter sido distinto e, portanto, um mundo com alternativas abandonadas, mas potencialmente viáveis.” (*Idem*, p. 161).

Nesse mundo, qualquer conhecimento sobre a manipulação da natureza pode ser elaborado, a realização das possibilidades tecnológicas depende da distribuição de poder e riqueza na sociedade e as escolhas tecnológicas, uma vez realizadas, implicam investimentos substanciais em equipamentos e conhecimentos, limitando escolhas futuras.

### Dualismo, Segmentação e Setor Informal

Sob o paradigma de uma lógica única e inevitável de modernização, uma nova explicação do papel das pequenas empresas no desenvolvimento econômico surgiu no início dos anos 1970. Os estudos abordaram o seguinte paradoxo: em meio a contextos institucionais nada favoráveis e a expectativas acadêmicas e políticas adversas,<sup>4</sup> a produção em pequena escala persistiu e absorveu parte importante do emprego industrial. As análises demonstraram que, apesar de as

grandes empresas absorverem a maior parte do investimento total, elas geraram apenas pequena parte do emprego industrial.<sup>5</sup> Paralelamente, estudos dirigidos para o problema de desemprego e pobreza nos países em desenvolvimento<sup>6</sup> também concluíram que parte considerável da população nas áreas urbanas trabalhava em atividades de pequena escala ou por conta própria. Esses estudos concluíram que a qualidade do emprego era mais importante que o nível de desemprego, uma vez que a ausência de benefícios sociais como o seguro de desemprego cria a necessidade de geração de renda mesmo baixa e em condições de trabalho precárias.

Foi nesse contexto que o conceito de setor informal surgiu para explicar a persistência da produção em pequena escala e da importância do auto-emprego. Apesar das diferentes definições e explicações, os termos setor informal, economia informal, informalidade e informais incluem algumas ou todas da seguintes características:

“empresas em pequena escala, pequenas oficinas, e microempresas com pouco capital e com níveis de produção que dependem do uso intensivo de mão-de-obra; trabalhadores autônomos com pouca instrução, trabalhadores subcontratados, trabalhadores não protegidos ou parcialmente protegidos, relações de trabalho não reguladas ou atividades que operam à margem da lei; atividades que não contam com mecanismos fiscais e de contabilidade standardizados; serviço doméstico, atividades de cooperativas ou de associação com pouca ou nenhuma separação entre trabalho e capital: comércio eventual ou vendedores de rua, independente da fonte dos bens; produção de subsistência direta” (Rakowski, 1994).

Como podemos ver, a definição é muito ampla, e muito tempo foi dedicado a discutir o conceito de informalidade com poucos resultados significativos. A seguir reconstruirei o debate, enfatizando as implicações metodológicas e analíticas das três principais perspectivas: (1) os estudos desenvolvidos dentro do Programa de Emprego da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Programa Regional de Emprego da América Latina (PREALC); (2) a Economia não regulada de Hernando De Soto (1989); e (3) a articulação estrutural de Alejandro Portes (1994).

### *Os Primeiros Estudos do Setor Informal*

O primeiro trabalho que apresentou uma clara definição do setor informal, servindo de referência para a discussão posterior foi o estudo sobre o emprego e renda desenvolvido no Quênia pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1972). O setor informal foi originalmente definido sob a ótica da produção como composto por estabelecimentos econômicos organizados com capital limitado e intensivos em trabalho, contando com um pequeno número de trabalhadores, principalmente não-assalariados.<sup>7</sup> Os critérios para a classificação dos estabelecimentos em formais e informais foram assim definidos:

- estabelecimentos econômicos formais: barreiras à entrada, dependência de recursos externos, propriedade anônima, produção em larga escala, processos produtivos intensivos em capital e com tecnologia importada, mão-de-obra com qualificações adquiridas por meio do sistema formal de ensino e mercados protegidos por meio de tarifas ou quotas;
- estabelecimentos econômicos informais: facilidade de entrada, recursos de origem doméstica, propriedade familiar ou individual, produção em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho e tecnologia adaptada, mão-de-obra qualificada fora do sistema formal de ensino, mercados competitivos e não regulados.

As atividades informais foram interpretadas como o resultado de desequilíbrios oriundos do próprio desenvolvimento

econômico como, por exemplo, um descompasso entre crescimento demográfico, urbanização e criação de novos empregos. Os estudos específicos da OIT para a América Latina, feitos pelo Programa Regional (PRE-ALC) compartilharam essa visão e definiram o setor informal como um setor composto pelas atividades com baixo nível de produtividade e desenvolvidas por trabalhadores autônomos em empresas pequenas ou não organizadas. Esse setor seria resultado do tipo de desenvolvimento capitalista na região que gera pouco emprego para uma população urbana em crescimento acelerado.<sup>8</sup>

Pequenas empresas eram tidas como alternativa ao desemprego em que os trabalhadores estariam presos a uma situação de pobreza e estagnação, uma vez que essas organizações econômicas eram vistas como incapazes de acumulação e lucro, em função da falta de mecanismos modernos de organização e administração. Essa visão estabelece uma associação direta entre pobreza e setor informal, e está muito próxima do conceito de marginalidade.<sup>9</sup> A orientação predominante dos atores econômicos nesse setor se contituiria em estratégias de sobrevivência, em oposição à orientação capitalista, de geração de lucro e de acumulação de capital. Essa outra “racionalidade” – sobrevivência em vez de lucro – era explicada como intimamente relacionada às características estruturais da produção: pouco capital, uso intensivo de mão-de-obra familiar e ausência de regulação.

De acordo com essa perspectiva, os contextos institucionais e as políticas econômicas não constituem variáveis importantes para explicar os resultados econômicos das empresas, os quais dependem, “em última instância”, do tamanho das empresas entre outras características organizacionais. Essa explicação convencional do setor informal assume que a modernização econômica deve conduzir a espaços econômicos

homogêneos compostos por empresas grandes organizadas segundo as normas jurídicas formais e o trabalho assalariado. A heterogeneidade do espaço econômico é explicada não só por condições conjunturais tais como ciclos de recessão e crescimento como também por políticas macroeconômicas (ajuste estrutural, subsídios de bem-estar, etc.).

Esses trabalhos não foram capazes de explicar nem a persistência dos níveis de informalidade em períodos de crescimento da demanda de trabalhadores pelo setor moderno, nem as histórias de expansão das pequenas empresas. Apesar das evidências de que auto-emprego e desemprego estão associados, verificou-se que as pequenas e micro-empresas são mais do que um fenômeno transitório ou cíclico, uma vez que o número de pequenas e micro-empresas não diminui em períodos de expansão econômica.<sup>10</sup>

A literatura sobre o tema tampouco é capaz de explicar a capacidade das coletividades humanas para a iniciativa empresarial e o auto-emprego em períodos de crescimento e recessão, uma vez que assume essa capacidade como dada. A experiência de várias comunidades que não foram capazes de criar atividades econômicas alternativas, apesar de experimentarem altas taxas de desemprego, questiona a pressuposição de que o desemprego é condição suficiente para o auto-emprego. Um exemplo disto ocorreu com os trabalhadores ingleses que não responderam com auto-emprego à situação de desemprego nos períodos de crise no final dos anos setenta e início dos oitenta.<sup>11</sup> Tais experiências demonstram que não devemos tomar como dada a capacidade de auto-emprego e de criação de unidades econômicas familiares e contentar-nos com apontar a migração acelerada campo-cidade e a criação de mão-de-obra excedente nas cidades como causas para o surgimento dessas atividades econômicas. É necessário explicar as condições sociais para sua formação.

### *A Economia Não Regulada*

Em *The Other Path*, Hernando De Soto (1989) propôs outra teoria para explicar o setor informal. Apesar de concordar com a explicação de que a causa principal da informalidade é a migração campo-cidade, De Soto não interpretou as atividades informais como estratégias de sobrevivência com uma incapacidade intrínseca de gerar crescimento. Ao contrário, De Soto descreveu as atividades informais produtivas e de comércio como atividades competitivas, apesar de organizadas à margem da economia regulada pelo Estado. A explicação de De Soto está ainda baseada em uma perspectiva dualista, mas entre grupos de interesses econômicos poderosos e empresas não privilegiadas que carecem de direitos de propriedade e acesso ao crédito. Como ele explica, a função real da regulação do Estado é a exclusão legal dos grupos que não são parte da elite local da competição justa na economia.

A informalidade é, então, a resposta dos grupos marginalizados que, por causa das barreiras legais e econômicas construídas pelas políticas mercantilistas, criam atividades econômicas não reguladas. Essa definição se aproxima do conceito de economia subterrânea nos “países desenvolvidos”, conceito que inclui as atividades que se encontram à margem do marco legal. A contribuição mais importante desse enfoque é a atenção prestada ao papel do poder e da política na definição das potencialidades econômicas das empresas e a ênfase na capacidade que têm as pequenas empresas de gerar e acumular renda e, portanto, de gerar riqueza.

Mas estas contribuições não são totalmente exploradas em virtude da visão de que a economia é uma esfera homogênea que, se não é regulada, pode funcionar bem. Segundo De Soto, os “informais” podem promover crescimento econômico se o Estado deixar de interferir nos mecanismos de mercado e

se os custos de legalização das atividades econômicas forem eliminados. Essa teoria não explica a similaridade dos problemas que as pequenas empresas enfrentam em sociedades com diferentes níveis de controle estatal. Também simplifica o problema, uma vez que não considera os impactos positivos e negativos dos diferentes tipos de regras políticas e legais sobre a capacidade competitiva das pequenas empresas. Estudos recentes mostram que políticas macroeconômicas – tais como as políticas monetárias, políticas fiscais e de impostos, mercados de capitais – têm diferentes efeitos nas pequenas e grandes empresas.<sup>12</sup> Outros estudos também enfatizam que as pequenas empresas podem tirar vantagens da evasão das regulações do trabalho e dos impostos.<sup>13</sup> Mais ainda, como vamos explorar mais adiante, a estrutura do mercado, a associação das pequenas empresas, o contexto institucional tanto formal como informal são tão importantes quanto as políticas macroeconômicas para a definição dos níveis de competitividade das pequenas empresas.<sup>14</sup>

### *A Articulação Estrutural*

“Articulação estrutural” é a terceira perspectiva que caracteriza o fenômeno da informalidade como “atividades de geração de renda que não são reguladas pelo Estado em contextos onde outras atividades são reguladas” (Portes e Castells, 1989). Nas palavras de Portes, “essa perspectiva é similar à de De Soto na ênfase no papel do Estado para o surgimento e crescimento da economia informal. Mas se diferencia da explicação de De Soto na medida em que não vê o setor informal separado do setor formal e composto exclusivamente de pequenas empresas” (Portes e Schauffler, 1993, p. 48). A articulação estrutural descreve “sistemas unificados compostos por redes de relações densas entre as empresas formais e informais” (*Idem*, p. 48). A natureza da articula-

ção entre formal e informal é definida pela "abrangência da regulação estatal, os requerimentos das empresas modernas e o tamanho e características da força de trabalho". Ainda segundo Portes e Schauffler, "essa análise começa pela proposição de que o excesso de mão-de-obra criado pela migração campo-cidade teve conseqüências mais complexas que a sobrevivência dos pobres às margens da economia urbana" (*Idem*, p. 48). Entre essas conseqüências complexas estão (1) as funções de suporte das empresas informais à acumulação capitalista moderna<sup>15</sup> e (2) a criação, no mercado de trabalho, de novos espaços correspondentes a novas posições na estrutura de classe. A heterogeneidade do setor informal é explicada pelo tipo de articulação entre as atividades reguladas e não reguladas. Quanto mais dependentes as atividades não reguladas, mais "baixa" sua posição na pirâmide do setor informal.

Apesar da incorporação da perspectiva das redes de relações sociais na formação dos espaços econômicos, a insistência na dicotomia informal e formal impossibilitou a compreensão da diversidade de inter-relações, de formas organizacionais e de grupos que não são passíveis de serem encaixados nessa distinção. Como resultado, essa perspectiva não se diferencia muito da dos primeiros estudos. Os mecanismos que explicam o setor informal são ainda encontrados numa dinâmica macrocapitalista, cujo centro está localizado no setor moderno, que dita o surgimento, a forma, o tamanho e a dinâmica do setor dependente.<sup>16</sup> O tipo de redes de relações que melhor se ajusta a esse modelo é o que conecta as pequenas e grandes empresas num sistema verticalmente integrado dominado pelas grandes empresas. De fato, a evidência empírica na qual se baseia a "alternativa da articulação estrutural" vem de um tipo específico de subcontratação para baratear os custos da mão-de-obra através da evasão de impostos e da regulação do

trabalho.<sup>17</sup> Apesar de esse tipo de relação econômica existir, seria incorreto generalizá-lo como se fosse o único ou o mais importante.<sup>18</sup> Essa generalização ofusca outros espaços econômicos em que as conexões entre empresas de distintos tamanhos respondem a outras lógicas ou em que o processo produtivo é mais autônomo em relação às grandes empresas e coordenado entre várias empresas familiares independentes.

Como conseqüência, a capacidade econômica das pequenas empresas na alternativa da articulação estrutural é muito limitada. Como Portes e Schauffler explicam, "essas empresas existem precisamente em função das vantagens dos espaços abertos pela economia regulada. A única vantagem de mercado consiste na habilidade de evadir impostos e os códigos do trabalho" (Portes e Schauffler, 1993, p. 55). Se esse setor perde essa única vantagem, "o prognóstico mais provável será a desapareição dessas micro-empresas" (*Idem*). A perspectiva desses autores dirige a atenção para longe não só de outros tipos de relações e interações, mas também das dinâmicas reais de trabalho e dos padrões emergentes de organização. Apesar de os pequenos negócios não estarem organizados de acordo com os cânones burocráticos, não é correto concluir que eles não estão organizados<sup>19</sup> ou que eles não são social e legalmente regulados.<sup>20</sup> Tal interpretação não presta suficiente atenção aos arranjos sociais, tais como as convenções culturais de família, parentesco, etnia entre outros, que regulam as atividades econômicas.

Lauren Benton oferece uma crítica muito acurada da perspectiva da articulação estrutural. Ela analisa os limites analíticos decorrentes da divisão da economia em dois setores com base na "relação entre os atores sociais e o Estado e, especialmente, o grau em que os atores se amoldam às expectativas descritas pela lei" (Benton, 1994, p. 227). A identificação das regras legais como a for-

ça mais importante na estruturação das ações nos dois setores pode ser equivocada, uma vez que:

“a influência da lei é filtrada pelos resultados organizacionais das relações sociais. Redes de pequenos produtores, padrões de autoridade familiar, tensões entre gênero e gerações são exemplos dos arranjos culturais que ordenam as transações e relações de produção nos dois setores, e fazem com que as leis sejam interpretadas pelos indivíduos de maneiras particulares” (*Idem*, p. 225).

Como explica a autora:

“outros tipos de associações políticas também formam a estrutura de regulação para a ação econômica, que é muito mais ampla que a rede de regulações oficiais e regras legais. A matriz institucional (incluindo os padrões de relações culturais) não pode ser mapeada com base nas distinções entre informal e formal” (*Idem*, p. 226).

#### *Comentários sobre as Três Perspectivas*

A pergunta central que surge dessas críticas versa sobre a validade e a utilidade de se dividir a economia em dois segmentos para explicar as diferentes formas organizacionais das empresas capitalistas, incluindo as diferenças no nível de capital, na capacidade tecnológica, na produtividade e organização do trabalho e nos sistemas de remuneração. Algumas das questões que precisam ser respondidas para avaliar corretamente a validade da perspectiva da informalidade são estas: o quadro da economia dividida em dois setores explica satisfatoriamente o fenômeno do auto-emprego e dos pequenos negócios, considerando as evidências da heterogeneidade dentro de cada setor? Como essa heterogeneidade é definida em termos de dinâmica organizacional e de contexto institucional? Existem outras relações sociais e econômicas definindo diferentes formas organizacionais de pequenos negócios na América Latina? É correto afir-

mar que essas formas de organização econômica desapareceriam sem as vantagens da evasão de impostos e das leis trabalhistas, ou existem outras vantagens associadas à redução de custos e à geração de valores econômicos e sociais que não estão associados à ausência de regulação legal?

Concordo com Lisa Peattie (1987) na crítica de que o conceito de economia informal em todas as suas versões deveria ser relegado a “um item na história e sociologia das idéias”. Esse conceito, apesar de ter contribuído para a identificação dos problemas e da variedade de atividades econômicas que provavelmente permaneceriam ignorados no desenho de políticas públicas, obscurece mais do que ajuda quando se trata de explicar a variedade de organizações econômicas. Isso ocorre porque ele carrega uma narrativa de modernização e industrialização que impossibilita a consideração das dinâmicas reais das organizações econômicas e as diferentes interações que formam as economias urbanas. Por essas razões, também é problemática a sugestão de adotar o conceito sem muita discussão,<sup>21</sup> uma vez que é impossível neutralizar as implicações teóricas e metodológicas para a interpretação e explicação do fenômeno do auto-emprego e da produção em pequena escala.

#### **Práticas Organizacionais na Produção em Pequena Escala**

Como se viu até agora, a perspectiva da informalidade deixa aberta a importante questão de como os indivíduos e famílias definem os meios e mobilizam os recursos para criar e expandir suas atividades econômicas. Essa seção, que analisa as contribuições e limitações dos estudos que buscaram explicar os processos organizacionais das pequenas empresas, apresenta três perspectivas: o custo de transação, a escolha racional e a sociologia econômica.

### *A Perspectiva do Custo de Transação*

Na teoria econômica moderna, custo de transação e escolha racional são as duas perspectivas predominantes nos estudos acadêmicos sobre a produção em pequena escala e a formulação de políticas públicas e privadas. As duas perspectivas partem da pressuposição de indivíduos racionais-instrumentais, cujas escolhas em transações são vistas como a causa principal dos arranjos sociais. Arranjos sociais tais como os partidos políticos, a família, a firma são resultado da racionalidade de indivíduos que buscam maximizar suas utilidades através do intercâmbio de recursos escassos, principalmente materiais.<sup>22</sup>

Com a nova economia institucional, surge uma linha de estudos empíricos para interpretar as instituições e organizações econômicas como resultado da busca de eficiência na solução de problemas econômicos.<sup>23</sup> Para Williamson, essa perspectiva estaria orientada principalmente para responder à pergunta de Ronald Coase (1952: por que algumas atividades econômicas são organizadas via mercado e outras dentro de empresas? Ainda segundo Williamson,

“o tipo de sistema que organiza as transações correntes varia da seguinte maneira: o mercado clássico de contratação será eficaz com bens não específicos; os contratos de mercado bilaterais ou obrigados serão eficazes com bens semiespecíficos, e a organização interna substituirá os mercados com bens altamente específicos” (Williamson, 1981, p. 559).

Em outras palavras, o mercado será mais eficiente em casos de transações não repetidas, com produtos estandardizados e não complexos, com poucas barreiras de entrada e tecnologia produtiva bem conhecida. Do contrário, a organização hierárquica (empresa) será mais eficiente que o mercado porque os contratos de longo prazo, os produtos específicos e complexos tornam o comprador mais dependente do vendedor, que pode atuar de maneira oportunista.

De acordo com essa perspectiva, a presença combinada de pequenas e grandes empresas é explicada como reflexo da eficiência comparativa entre hierarquias e mercados na redução dos custos de transação. As formas organizacionais (hierarquia/mercado, transações formais/informais, empresas pequenas/grandes) são criadas com a intenção de aumentar a eficiência e dependem das oportunidades e limitações de um determinado contexto. J. Douglas Uzzel ofereceu um exemplo da aplicação do enfoque dos custos de transação para o estudo dos pequenos negócios. Ele enfatizou a importância dos “tipos de processos institucionais que geram a preponderância de soluções informais para os problemas econômicos” (Uzzel, 1994, p. 251). Segundo Uzzel, a análise dos custos de transação no sistema e da maneira como eles variam com as ações formais e informais pode explicar as decisões dos atores. Brian Levy (1991) ofereceu uma interpretação similar. Comparou a indústria de sapatos da Coreia e de Taiwan e argumentou que as diferenças na distribuição do tamanho das firmas podem ser explicadas como resultado das decisões organizacionais em busca de eficiência dada às condições econômicas divergentes no início do crescimento para a exportação.

Os pequenos negócios, antes vistos como legados do passado pré-moderno, passaram a significar soluções para diminuir os custos de transação e estimular as atividades econômicas em contextos econômicos específicos, normalmente caracterizados pelo subdesenvolvimento de instituições modernas.<sup>24</sup> Um dos problemas desse enfoque é assumir que a diminuição dos custos de transação é a causa do surgimento das distintas formas organizacionais, quando em muitas situações ela deve ser considerada como o resultado desse surgimento. Com ele também se perde de vista a importância da associação entre os contextos sociais e econômicos e a habilidade dos indivíduos em relações inter-

dependentes para organizar a produção e enfrentar mudanças no contexto externo.<sup>25</sup> Esses problemas surgem de pressuposições teóricas e metodológicas tais como (1) atenção centrada em pares de indivíduos, como se os seus comportamentos não fossem estruturados por outros atores e pela história de suas relações; (2) atenção dirigida para os atos isolados de intercâmbio, como se os companheiros de troca começassem do zero a cada novo intercâmbio e não de entendimentos acumulados; (3) a visão de mercado e hierarquia como completamente separados e não como justapostos, (4) a noção de fronteiras fixas separando o exterior e o interior das empresas; (5) a idéia de que é possível definir a melhor combinação entre compra externa e produção interna.

Mark Lazerson (1988) oferece outra crítica interessante da perspectiva dos custos de transação baseada no estudo empírico da produção em pequena escala. O sucesso das pequenas empresas de manufatura na região da Emilia Romagna no centro norte da Itália é explicado pela habilidade dessas empresas em desenvolver estratégias organizacionais alternativas de expansão, através de integração vertical e horizontal. Como o autor explica:

“essa estratégia preserva as vantagens das pequenas empresas italianas em termos de apoio do Estado, flexibilidade do mercado de trabalho e eficiência organizacional. Essa forma organizacional, apesar de ter substituído relações de mercado por relações burocráticas, apresenta pouca semelhança com a teoria do mercado *versus* hierarquia de Oliver Williamson. Pequenas empresas se integram vertical e horizontalmente para se protegerem mais da competição do que das práticas oportunistas dos vendedores e compradores” (Lazerson, 1988, p. 330).

#### *A Perspectiva da Escolha Racional*

Um estudo interessante sobre ação coletiva entre pequenas empresas na América Latina, partindo da perspectiva da escolha

racional, é apresentado na tese de Doutorado *A ação coletiva no setor informal nos países em desenvolvimento: um enfoque da escolha racional*.<sup>26</sup> Segundo o autor, “a tese examina o tema da cooperação em situações de anarquia através do estudo da ação coletiva entre indivíduos no setor informal<sup>27</sup> de um país em desenvolvimento”. O setor informal enfrenta problemas organizacionais muito sérios, tais como a falta de acesso à infra-estrutura física e institucional, importantes para a atividade econômica, que garantem legalmente a propriedade privada e o cumprimento dos contratos. Essa infra-estrutura legal, normalmente garantida pelo Estado, é obtida no setor informal através de arranjos privados ou de atividades de *lobbying*, duas alternativas que requerem ação coletiva.

A questão que guiou o estudo empírico de Franks (1993) foi a seguinte: “serão as organizações de base um produto da escolha racional?” Para responder a essa pergunta e eventualmente provar a hipótese central – de resposta positiva –, o estudo buscou demonstrar que (1) os atores participam mais por auferirem benefícios de grupo do que por alguma motivação altruísta,<sup>28</sup> e (2) as organizações têm uma estrutura institucional que a teoria da escolha racional propõe como essencial para superar o problema do *free rider*. O estudo conclui que a evidência coletada em La Paz (Bolívia) mostra que as organizações econômicas no setor informal tanto estão povoadas de indivíduos egoístas orientados exclusivamente para o lucro quanto são organizações de base estável com as características institucionais previstas pelo modelo.

Apesar da ênfase do autor sobre a vantagem do individualismo metodológico<sup>29</sup> para analisar a ação coletiva entre as pequenas empresas, os arranjos institucionais tais como incentivos seletivos, controle interno, mecanismos de reforço e interações repetidas, apontados como fundamentais para o

estudo, podem ser melhor entendidos e explicados através de uma perspectiva relacional, com enfoque nas redes de interação, nas similaridades sociais e nos significados compartilhados. Nesse caso, em vez de um quadro de atores individuais isolados tomando decisões com base em análises de custo e benefício, teríamos atores profundamente envolvidos em interações cujas práticas e decisões são construídas por padrões de relações.

De fato, o estudo aponta as limitações da perspectiva da escolha racional e indica as questões que esse enfoque não pode responder, bem como os temas que poderiam ser melhor explorados através de um enfoque mais sociológico:

“a teoria da escolha racional não diz nada sobre por que os indivíduos escolhem um determinado grupo e não outro. E claramente os indivíduos não escolhem um grupo entre outros de maneira aleatória – as decisões estão circunscritas por redes sociais e laços de parentesco ou culturais. A teoria tampouco explica a formação das organizações em primeira instância”<sup>30</sup> (Franks, 1993, p. 227).

Como conclusão, o estudo da ação coletiva a partir da perspectiva da escolha racional propõe hipóteses interessantes sobre os arranjos institucionais que criam condições propícias para a ação coletiva. Entretanto, temas importantes, tais como as condições sociais que propiciaram a evolução das instituições e organizações em primeiro lugar, não podem ser abordados por um modelo que não situa a ação econômica em um contexto social. Uma vez mais, a perspectiva sociológica das atividades econômicas se faz necessária, e é precisamente aqui que devemos apreciar as contribuições que as diferentes perspectivas oferecem ao debate atual.

#### *O Enfoque da Nova Sociologia Econômica*

Uma das maneiras de pensar a diferença

entre economia e sociologia foi proposta por Max Weber (1978) há quase um século. Esse autor caracterizou a teoria econômica como a disciplina interessada somente no cálculo das conseqüências da ação econômica e não na constituição social dessa ação. A perspectiva sociológica, ao contrário, está preocupada com a constituição das atividades econômicas, com a compreensão das motivações e da construção histórica e social das instituições econômicas – como o mercado e a propriedade – e com as bases da ordem econômica, entendida como a estabilidade e regularidade da ação econômica (padrões de ação). Mais recentemente, Stinchcombe (1986) precisou essa diferença indicando que o que é uma pressuposição na teoria econômica – comportamento racional instrumental –, é uma variável em sociologia. Granovetter (1992) também enfatizou a diferença entre as duas disciplinas, chamando a atenção para o princípio psicológico não realista do conceito de racionalidade na teoria econômica, e para a pressuposição dos processos decisórios atomizados, que não incorporam nenhuma estrutura social na análise.

A nova sociologia econômica surge com o conceito de *embeddedness*, que Granovetter explica da seguinte maneira: “a ação econômica, os resultados e as instituições são afetados pelas relações pessoais dos atores, e pela estrutura de todas as redes de relações” (Granovetter, 1990, p. 99). Segundo esse mesmo autor, a *embeddedness* relacional se refere às relações diretas e pessoais dos indivíduos, que são, em grande medida, determinadas pela *embeddedness* estrutural, constituída pela história das interações que consolidam significados, sentimentos e expectativas comuns. A análise a seguir apresentada neste artigo está organizada em três temas: (1) identidade, lucro e instituições econômicas; (2) confiança, cooperação e lucro e (3) organizações em redes, distritos industriais e especialização flexível.

*Identidade, lucros e instituições econômicas*

As diferenças entre os paradigmas econômico e sociológico nos levam a indagar se o conceito de comportamento estratégico deve ser definido como categoria geral aplicável em qualquer lugar e em qualquer tempo ou como categoria constituída por estruturas específicas de interação social e, ao mesmo tempo, constitutiva dessas estruturas. Essa questão teórica é central para a definição da relação entre competição e cooperação. Por exemplo, a partir da perspectiva da escolha racional, a ação social é redutível ao ajuste racional às condições econômicas. Os indivíduos cooperam num sentido contratual, e a ação coletiva é explicada como o alinhamento dos interesses egoístas dos atores sociais. A imagem que essa perspectiva traz é a de atores previamente formados que trocam promessas e controlam suas atuações mútuas, sem um processo de redefinição de identidades e de compreensão da vida. O problema da cooperação é definido como uma questão de decisão individual – cooperar ou defraudar; de motivação – altruísmo ou egoísmo; de orientação – expressão ou lucro; questões dadas e mutuamente excludentes.

Por outro lado, a nova sociologia econômica entende competição e cooperação como associadas aos relacionamentos pessoais e sociais, dentro dos quais os indivíduos tomam decisões, chegam a acordos ou pelo menos aceitam a divisão do trabalho e a distribuição de benefícios entre e dentro das empresas. “Orientações”, “preferências” e “interesses” não são vistos como anteriormente existentes nem como contraditórios ou mutuamente excludentes. Eles são formados e mantidos dentro de um contexto social. Identidades e expectativas mútuas são criadas e recriadas em um processo contínuo que inclui incentivos, recompensas e controles sociais forjados em e através de redes de relações pessoais e sociais. Como

Harrison White coloca, “atores de todos os portes chegam a existir nos mesmos processos sociais que eles ajudam a criar” (White, 1995, p. 67). Identidade é o conceito que capta a natureza dupla do ator em relação ao contexto social do qual participa, não só como dependente mas também como criador.

“As características mais importantes do ator surgem na interação com o contexto e, nesse sentido, o ator é formado, assim como ajuda a formar outros atores nas redes de interação (...) Identidades sociais – a reprodução dos atores – não deve ser tomada como dada. Se as condições não são realizadas, estas não serão sustentadas” (Lindenberg, 1995, p. 81).

A perspectiva da sociologia econômica distingue duas dimensões dos contextos institucionalizados: (1) os princípios *informais ou sociais* que governam as regularidades dos atores interdependentes e que sustentam os arranjos sociais mútuos<sup>31</sup> e (2) o conjunto de regras *formais* políticas, sociais e legais. Os dois tipos de princípios estabelecem a base da produção, troca e distribuição. Além disso, as instituições econômicas apresentam outra dualidade estrutural: elas são simultaneamente simbólicas e materiais. Como Duquenne Mohr explica:

“as bases institucionais das identidades individuais e organizacionais, interesses, e ações consistem em um conjunto de práticas materiais e de construções simbólicas que provêm os princípios que governam o espaço da atividade organizacional”. (Mohr, 1997, p. 306).

Essas duas dimensões se constituem mutuamente: “Cultura está estruturada através de suas relações com a prática, e esse relacionamento é dual no sentido de que essas práticas são elas mesmas diferenciadas segundo as distinções culturais” (*Idem*).

Na mesma direção, Margaret Somers (1994) explica que “as experiências dos indivíduos como trabalhadores estão intrinsecamente conectadas a uma matriz mais ampla

de relações que formam suas vidas – localização regional, funcionamento do sistema legal, padrões familiares –, assim como às histórias particulares (sobre honra, etnia, gênero, comunidade local, etc.) narradas para descrever os acontecimentos que eles experimentam” (Somers, 1994, p. 625). Esse tipo de perspectiva assume que a ação social só pode ser entendida se reconhecermos que os indivíduos são orientados em suas ações pelas relações estruturais e culturais às quais pertencem e pelas histórias através das quais constituem suas identidades. Mais ainda:

“enquanto a perspectiva do interesse egoísta assume que as pessoas atuam com base em preferências racionais instrumentais ou na internalização de um conjunto de valores, a perspectiva da identidade narrativa assume que as pessoas atuam de maneiras particulares porque, do contrário, violariam fundamentalmente o seu próprio sentido de ser”. (*Idem*, p. 624)

Os significados das ações sociais tanto instrumentais como expressivos estão intrinsecamente relacionados. Até mesmo recompensas materiais – dinheiro, salários – não podem ser interpretadas como objetivos instrumentais por natureza, em contraste com objetivos culturais, tais como afiliação a grupos e manutenção de prestígio social.<sup>32</sup>

Empresários, ao mesmo tempo que se preocupam com considerações de mercado como as recompensas monetárias, também competem por reconhecimento, reputação e legitimidade. Mais ainda, estes últimos valores são muitas vezes alcançados e representados por meios monetários. No estudo sobre os negócios familiares em Hong Kong, Wong Siu-lun (1996) concluiu que o dinheiro é usado como meio de expressão emocional tanto como meio de intercâmbio econômico; considerações instrumentais e expressivas estão inter-relacionadas e indiferenciadas para os atores sociais. O autor explica que isto é consequência da relação entre utilitarismo e iniciativa empresarial familiar: “a família é a unidade básica da competição econômica; a

família provê o impulso para inovar e suportar os riscos econômicos” (Siu-lun, 1996, p. 20).

#### *Confiança, Cooperação e Ação Coletiva*

A capacidade das comunidades para mobilizar recursos e pessoas e organizar as atividades econômicas está baseada na ordenação e na ação coletiva entre indivíduos. As organizações econômicas estão formadas por indivíduos que trabalham de maneira interdependente para produzir bens e serviços; e as interdependências requerem coordenação para assegurar que atividades como a mobilização de capital e trabalho, a divisão de tarefas e a distribuição dos ganhos sejam desenvolvidas recorrentemente.

Granovetter (1992) discute três tipos de explicações para a ação coletiva: (1) o enfoque cultural, que ele define como visão supersocializada dos indivíduos; (2) o enfoque da teoria dos jogos, definido como visão subsocializada dos indivíduos; e (3) o enfoque das redes de interação que oferece uma visão mais equilibrada dos indivíduos. Sabel (1994) também define três alternativas de explicação para as ações cooperativas: (1) o enfoque que enfatiza a tradição e a cultura da confiança, em que o controle não é necessário; (2) a perspectiva da teoria dos jogos, em que a expectativa de continuar o jogo é o mecanismo principal; e (3) sua proposta de instituições que combinam aprendizagem e controle. Stark e Grabher (1997) também propõem uma terceira alternativa para explicar a ação coletiva e as interações cooperativas que não partem de uma visão supersocializada ou subsocializada dos indivíduos. Propõem pensar as localidades não como o *locus* de significados compartilhados, mas como “lugares de interdependências entre os diferentes grupos e princípios sociais que podem contribuir para a inovação e o desenvolvimento de estratégias cooperativas”.

Finalmente, Putnam (1993) também propõe conceitos como capital social e redes de participação cívica para explicar a ação coletiva e os resultados institucionais.

Zucker (1986), por sua vez, define três diferentes processos como possibilidades de criação de confiança: (1) confiança que surge de transações recorrentes; (2) confiança baseada em similaridade social; e (3) confiança sustentada por instituições e estruturas sociais formais. Essas alternativas podem ser pensadas como variáveis a serem estudadas empiricamente. A primeira poderia estar relacionada aos laços sociais diretos, geográficos e de vizinhança. A segunda poderia estar relacionada às similaridades ou características sociais tais como etnia, raça, gênero, geração e classe de que provêm reconhecimento e fronteiras sociais entre os grupos. A terceira estaria associada a estruturas e incentivos formais tanto econômicos quanto legais e políticos.

Em um nível diferente, mas não menos interessante de ser analisado, está o conceito weberiano de “poder de disposição”, que define a capacidade de mobilização e canalização de recursos nas organizações econômicas. Para Weber, as definições de ação econômica<sup>33</sup> e ordem econômica<sup>34</sup> incluem a idéia de disputa de interesses para controlar bens e serviços; eventualmente chega-se a uma solução de consenso. Nesse momento, a distribuição de bens e serviços é estável, uma vez que as pessoas podem usar esses bens e serviços segundo sua vontade sem a interferência dos outros. Elas têm poder de disposição. Em outras palavras, a ordem econômica é constituída por conflito (disputa de interesses), acordos ou consensos (distribuição pacífica de bens) e pela aceitação da idéia dos direitos sobre bens e serviços (poder de disposição). Essa aceitação pressupõe uma relação estreita com outros ordens sociais, tais como costumes, convenções e leis.

Outra maneira interessante de colocar o

problema da confiança nas relações econômicas foi proposta por Wong Siu-lun (1996) no estudo de caso de empresários em Hong Kong. Com base na tipologia – sistema formais de confiança e confiança pessoal<sup>35</sup> – proposta por Luhman (*apud* Siu-lun, 1996), ele coloca a seguinte pergunta: qual é, para os empresários, a importância do sistema de confiança, baseado na lei, na condução de seus negócios? Argumenta que, apesar de o sistema de confiança estar solidamente estabelecido, a confiança pessoal permanece muito importante na condução dos negócios. Mostra como os laços pessoais ainda definem o estilo chinês de negócios em Hong Kong. Esse estilo tem quatro principais características: a importância depositada na dedicação e diligência, o significado da amizade na formação das redes de negócios, a sensibilidade nas relações interpessoais e a natureza não exclusiva da cooperação nos negócios. Siu-lun conclui que confiança pessoal e sistema de confiança, particularismo e universalismo, tradição e modernidade não devem ser tratados como conceitos dicotômicos.

#### *Organizações em Redes, Distrito Industrial e Especialização Flexível*

Uma nova linha de estudos sobre a produção em pequena escala foi aberta durante os anos setenta com a descoberta, na Europa – nos setores de ferramenta de máquinas, roupas de malha, cerâmica, sapatos, motocicletas, eletrônica, têxteis e maquinaria especializada –, de aglomerados de empresas pequenas e médias competindo com êxito. Conceitos tais como distrito industrial e especialização flexível foram criados para explicar as condições que possibilitaram o sucesso dessas empresas, setores e regiões. Estes conceitos são parte de um debate mais amplo sobre as mudanças experimentadas pelas organizações industriais nos países desenvolvidos. O argumento principal des-

se debate é que a competição internacional está transformando mercados estáveis e homogêneos em economias incertas, frágeis e voláteis, que se reorientam para estruturas organizacionais menos rígidas e mais adaptáveis. Como Charles Sabel e Jonathan Zeitlin (1996) explicam:

“Quanto mais estável é a economia, mais alto o retorno econômico das empresas grandes, verticalmente integradas, nas quais os produtos de cada departamento ou unidade são a matéria-prima do próximo. Economias de escala reduzem os custos de produção e, portanto, estendem o mercado o suficiente para justificar os riscos de investir somas altas em equipamentos rígidos que não podem ser convertidos para outros usos. Quanto mais volátil a economia, maiores serão os retornos das empresas que organizam cada etapa do processo produtivo como um negócio independente. Sob essas condições, cada negócio é incentivado a proteger-se de mudanças na demanda através do conhecimento contínuo de como usar seus recursos de maneira flexível. Desse modo, o risco associado à incapacidade de adaptação dos bens muito especializados às mudanças no entorno é reduzido ao mínimo. Os proprietários desses negócios especializados com capacidades gerais podem estabelecer contratos mútuos para a produção de qualquer produto que o mercado solicite” (Sabel e Zeitlin, p. 20, 21).

Sabel e Piori (1986) identificaram duas novas estratégias organizacionais: (1) o *kanban*, ou a produção japonesa em massa,<sup>36</sup> e (2) a competição com base na definição do produto.<sup>37</sup> A fusão destas duas estratégias levou à aplicação de um novo modelo de produção que o autor denominou de “especialização flexível”. Como ele explica, esse modelo é o oposto da produção em massa em termos de organização interna das fábricas e em sua relação com o sistema econômico mais amplo:

“Produção em massa é a manufatura de produtos estandardizados com recursos especializados (trabalhadores com pouca capacitação e máquinas especializadas); especialização flexível é a produção de produtos especializados

com recursos não especializados (trabalhadores com formação não especializada e maquinaria reprogramável). A produção em massa depende da separação crescente entre concepção e execução, enquanto que a especialização flexível depende da integração da concepção e execução. A produção em massa é, então, um sistema de baixa confiança – espera-se dos subordinados que realizem somente o que é solicitado –, e a especialização flexível é um sistema de alta confiança, em que se espera que os empregados de uma organização superem as expectativas da direção e trabalhem por iniciativa própria. Precisamente porque não existe tempo para decompor a produção de novos produtos em tarefas simples, os superiores dependem dos subordinados para elaborar diretrizes gerais” (Sabel e Piori, 1986, p. 40).

São apresentadas três principais variantes desse modelo básico: (1) a empresa pequena, característica principal de muitos distritos industriais; (2) a descentralização interna de grandes empresas, adotada para lograr maior flexibilidade; e (3) o sistema *kanban* de colaboração íntima com uma rede extensiva de provedores locais, na maioria das vezes liderado por uma empresa grande. Este ensaio se concentra na primeira versão.

O conceito de distrito industrial e a idéia de que a concentração de pequenas empresas especializadas em uma mesma região geográfica oferece vantagens podem ser encontrados pela primeira vez nos estudos de Alfred Marshall (1986) sobre distritos industriais na Inglaterra.<sup>38</sup> Marshall observou que essas concentrações de pequenos negócios especializados podem criar vantagens de eficiência e competitividade mediante benefícios produzidos pelo desenvolvimento geral da indústria (economias externas). Ele não só enfatizou as vantagens da divisão do trabalho entre vários produtores dentro de um mesmo setor econômico, como também apontou os benefícios de uma “atmosfera industrial” que possibilita o intercâmbio fluido de idéias, informação e bens; a acumulação de habilidades e capacidade inovativas; e o desenvolvimento de uma cultura que fa-

cilita cooperação, confiança e consenso entre empregadores, entre trabalhadores e entre ambos grupos.

Como Sengenberger e Pyke (1991) observaram, o sucesso econômico dos distritos industriais europeus está baseado não só nos baixos custos dos fatores de produção – mão-de-obra barata, terra e capital –, mas principalmente em um tipo particularmente efetivo de organização social e econômica formada por pequenas empresas. Tal organização inclui: (1) aglomeração de pequenas e médias empresas especializadas em um mesmo espaço geográfico; (2) redes fortes de pequenas empresas que dividem o trabalho através da especialização e subcontratação, estando conectadas por intercâmbios de bens, informação e trabalhadores; (3) interação intensiva, criando padrões recíprocos de comunicação e intercâmbio que facilitam a cooperação e um processo contínuo de aprendizagem; (4) instituições locais públicas e privadas que dão suporte ao aglomerado.<sup>39</sup>

O conceito de distrito industrial estimulou o debate sobre desenvolvimento econômico, chamando a atenção para a importância da organização social e de fatores tais como organização não hierárquica, autonomia, cooperação, redes regionais e locais, iniciativas empresariais e estruturas industriais diferenciadas.<sup>40</sup> Uma importante característica desse modelo é a idéia de que a pequena empresa nos distritos industriais não existe sozinha: sua sobrevivência e sucesso dependem do conjunto de redes de firmas do qual faz parte. Para as redes de firmas regionais e locais, essa perspectiva reorientou a análise, antes centrada na empresa.

Um problema importante mas não satisfatoriamente abordado pela literatura é o da enorme variação entre os resultados econômicos das pequenas empresas. Para explicar essa variação, Sengenberger e Pyke (1991) propõem os conceitos de “via de alto valor” (*high road*) e “via de baixo valor” (*low road*)

como dois tipos de estratégias competitivas para enfrentar as novas condições de competição internacional. A “via de baixo valor” consiste em buscar competitividade através de mão-de-obra barata em um mercado de trabalho não regulado. A “via de alto valor” se baseia no aumento da eficiência e na inovação. O argumento é que as duas vias estão associadas a dois tipos de flexibilidade: “versatilidade ativa” e “maleabilidade passiva”. A primeira consiste na habilidade de explorar os nichos de mercado e responder rapidamente às ordens, com uma força de trabalho preparada e polivalente. A segunda responde aos requerimentos de flexibilidade do mercado de trabalho de maneira coercitiva.

A perspectiva metodológica proposta por eles é analisar a posição das pequenas empresas dentro do contexto econômico e institucional e considerar a expansão das pequenas unidades como parte de um processo mais amplo de reestruturação industrial, cuja análise inclui pequenas e grandes empresas. Uma vez que empresas grandes estão mudando suas estruturas organizacionais em direção à descentralização e desintegração desde os anos setenta, a produção e o emprego também estão se concentrando em unidades pequenas. Mas essa nova tendência não significa necessariamente que as grandes corporações estejam perdendo controle e poder sobre o processo produtivo, ou que todas as pequenas unidades de produção estejam associadas e controladas pelas grandes empresas. Existem situações nas quais as pequenas empresas logram competir com as grandes em um mesmo mercado e existem outras que favorecem as grandes empresas.

A lição a tirar desses ensinamentos é que a competição não precisa estar baseada em condições de trabalho e de pagamento inferiores. As empresas, quando estão organizadas em redes de firmas que competem e cooperam simultaneamente, podem transformar as desvantagens associadas ao tama-

nho reduzido em vantagens para alcançar os desafios de mercados crescentemente incertos. Isto é, a combinação de competição (no preço, na qualidade e na entrega) e cooperação (através de subcontratação, colaboração para capacitação dos trabalhadores, provisão de matéria-prima, transferência de informação e solução de problemas produtivos) permite às pequenas empresas lograr economias de escala e de âmbito e incrementar as capacidades competitivas através de inovação em tecnologia e produto. Mais ainda, a formação de associações horizontais permite que as empresas desenvolvam ações concertadas para representar, influir e formar seus mercados.

A literatura sobre os distritos industriais abre novas maneiras de abordar as mudanças organizacionais perseguidas pelos países em desenvolvimento. A relevância dos distritos industriais europeus para os países menos desenvolvidos vem do fato de que essas experiências ocorreram em regiões cuja economia está centrada na agricultura de pequena escala e com uma industrialização relativamente tardia, características compartilhadas com os países em desenvolvimento. As semelhanças não param por aí: os setores que mais prosperaram nos distritos industriais europeus são os mesmos setores que, nos países em desenvolvimento, apresentam vantagens comparativas.<sup>41</sup> Apesar das dificuldades de se usar a experiência européia como guia dos estudos em outras regiões, essas análises levaram a um interessante câmbio de perspectiva para abordar o potencial de crescimento das pequenas e médias empresas, bem como a novas pistas para explicar as condições que definem a competitividade dos pequenos negócios.

A atenção desses estudos<sup>42</sup> esteve orientada principalmente (1) para as novas formas de organização produtiva dentro das empresas, (2) para as conexões entre empresas e (3) para o entorno institucional no qual essas empresas operam. O princípio meto-

dológico é que, para uma explicação adequada das vantagens competitivas de qualquer economia, faz-se necessário analisar a associação entre os entornos institucionais e as redes de relações entre as firmas nos processos de organização da produção. Somente a partir dessa perspectiva, pode-se alcançar melhor explicação para a enorme variação da viabilidade econômica e das características sociais exibidas pelas pequenas empresas de cada setor, região e país.

Uma das conclusões mais comuns desses estudos é que a produção em pequena escala opera em um entorno político que privilegia as grandes empresas nos países em desenvolvimento. Na América Latina, o modelo de substituição de importação orientou os recursos e esforços para setores tais como metalurgia, maquinaria elétrica, equipamento de comunicação, equipamento de transporte, químicos, borracha e farmacêuticos, em que a produção em larga escala é muito importante. Outros setores tais como as indústrias de consumo com alta participação de pequenas empresas não foram em geral tomados em conta na formação de políticas macro-econômicas e apresentaram um crescimento mais lento. Os principais obstáculos para melhorar o entorno político para a produção em pequena escala são (1) a falta de capacidade política e profissional dessas empresas para pressionar e representar seus interesses econômicos, (2) o posicionamento dos interesses e decisões relativas à produção em pequena escala fora do centro das políticas econômicas do governo central, (3) a falta de conhecimento e a dificuldade de transferência de informação sobre as políticas adequadas para melhorar sua atuação econômica.

Esses estudos, apesar de reconhecerem a importância das intervenções públicas e privadas para criar uma infra-estrutura adequada e serviços ao produtor, também demonstram que a experiência típica dos países da América Latina foi de intervenções

isoladas com impactos limitados. As instituições que mais êxito tiveram em seus esforços foram as do setor privado ou do setor público em associação com instituições do setor privado. Mais ainda, observou-se que as instituições locais e regionais têm mais vantagens que as centrais, demonstram menos ideologia e maior transparência e “responsabilidade” (*accountability*) – resultado da proximidade das necessidades locais – bem como a possibilidade de rápida retroalimentação entre desenho e execução através de canais menos formalizados.<sup>43</sup> As políticas orientadas para a demanda de produtos também foram apontadas como oferecendo melhores resultados que os esforços orientados para oferta de produtos.<sup>44</sup>

Apesar de vários estudos<sup>45</sup> mostrarem evidências de que os aglomerados de empresas (*clusters*) são comuns em vários países e setores da África, América Latina e Ásia, o conhecimento dos aglomerados industriais em países em desenvolvimento é ainda inconcluso e incompleto. Entretanto, os poucos estudos empíricos sobre essas aglomerações mostram que existe uma vasta diversidade de experiências e resultados. Como Humphrey resume: “Relações verticais variam desde arranjos dominados por empresas grandes até arranjos entre empresas pequenas, e a densidade e natureza dessas associações variam muito” (Humphrey, 1995, p. 3). Mais ainda, ao mesmo tempo que alguns aglomerados de empresas permanecem estancados em uma trajetória de poucas habilidades e baixa qualidade, outros mostram competitividade sustentada em mercados nacionais e internacionais. Essa é a razão pela qual esses estudos preferem usar os conceitos de aglomerados em vez do de distritos industriais. Também existe evidência indicando que a experiência de crescimento dentro de um aglomerado não é homogênea: nele convivem empresas com capacidade de inovação e avanço tecnológico com outras que permanecem na via de baixo valor. Esses

estudos também mostram que a maioria desses aglomerados nos países em desenvolvimento operam em contextos de mão-de-obra abundante. Mas não se pode afirmar que esse seja o principal fator que define a via de baixo valor, uma vez que vários aglomerados foram capazes de inovação e avanço tecnológico apesar da abundância de mão-de-obra.<sup>46</sup>

Muitas experiências indicam a importância do acesso aos mercados de exportação como fator que gera dinamismo aos aglomerados. Por exemplo, o caso do Vale dos Sinos no Sul do Brasil mostra que, no final dos anos sessenta, o aglomerado estava composto sobretudo por pequenas empresas, mas muitas dessas se converteram em grandes, nos anos setenta e oitenta, como resultado do sucesso no mercado externo. Essa experiência difere das três variantes da especialização flexível definidas por Sabel e Piore (1986). Atualmente, o aglomerado do Vale dos Sinos está mais uma vez se redefinindo. As empresas grandes começam a descentralizar e a estabelecer laços fortes com os provedores, com o objetivo de alcançar os segmentos de qualidade mais alta do mercado de sapatos e de ir ao encontro dos requisitos de maior exatidão na entrega.<sup>47</sup>

Muitos dos aglomerados mostram estar associados a alguma forma de identidade sociocultural. Os laços entre empresas não são somente econômicos. As relações étnicas, de parentesco e de vizinhança desempenham um papel ativo na criação de confiança e reciprocidade, pressionando para o estabelecimento de limites sobre os comportamentos competitivos aceitáveis. Mas, como Humphrey enfatiza:

“nossa compreensão de como as redes de relações sociais realmente funcionam e influenciam relações econômicas dentro dos aglomerados continua muito incompleta e inadequada. Existem indicações de que, quando as redes de relações são fracas, a cooperação entre as firmas é limitada. Entretanto, existem sinais

de que as identidades sociais podem ter influência negativa nas relações entre empresas” (*Idem*, p. 541).

### Últimos Estudos e Comentários Finais

Outro grupo de estudos sobre as redes de relações sociais na vida econômica esteve centrado nas economias da Ásia. Como os empresários chineses ganham acesso aos bancos locais e às possibilidades de negócios? Como as empresas se organizam internamente? Como as transações entre as firmas são reguladas? Para responder a essas perguntas, Kao Cheng-shu (1996) propõe a perspectiva institucional como a única capaz de revelar a estrutura da vida cotidiana e dos mecanismos que a sustentam. Uma vez que os negócios não operam num vácuo, a estrutura institucional forma os padrões básicos dos negócios. Por isso, uma interpretação adequada do capitalismo na Ásia deve surgir de estudos sobre as características organizacionais e os fundamentos institucionais da economia asiática.

Nesta mesma linha, Gary Hamilton argumenta que as redes de negócios nas economias asiáticas são um meio institucional das atividades econômicas no sentido de constituir as práticas materiais e as construções simbólicas que estão disponíveis para que as organizações e os indivíduos trabalhem sobre elas. “As economias asiáticas atualmente se desenvolvem e funcionam dependendo das dinâmicas e da efetividade das redes de relações entre as firmas, mais do que das ações de apoio dos governos e dos esforços empresariais de indivíduos ambiciosos, apesar de os dois níveis de ações serem importantes e contribuírem para o crescimento” (Hamilton, 1996, p. 284). Em contraste com o significado das redes de relações nos contextos institucionais ocidentais – que assumem indivíduos autônomos e firmas com direito a propriedade privada e a contratos individuais –, as redes de relações

asiáticas são normativas, relacionais, hierárquicas e substantivas. A pergunta é a seguinte: “Como as redes de relações interpessoais que se desenvolvem dentro de contextos institucionais específicos influenciam as organizações econômicas e os resultados econômicos? Parece-me interessante a sugestão de que

“a compreensão de como as famílias se estendem em redes de parentesco e comunidade e de como elas definem e controlam os seus recursos oferece uma perspectiva privilegiada para examinar os espaços econômicos formados em grande parte por empresas familiares” (*Idem*, p. 291).

Com base na discussão sobre a importância da confiança para a habilidade de delegar autoridade e recursos a terceiros, coloca-se uma questão para estudos futuros: até que ponto solidariedade constitui condição necessária para o sucesso econômico? Clifford Geertz (1992) e Mark Granovetter (1990) apontam que confiança facilita a criação de firmas, mas também pode limitar a capacidade de expansão e acumulação:

“Eles começam fácil, porque confiança não é problemática; mas eles não podem expandir além de um certo patamar de eficiência, porque os amigos e parentes reclamam os recursos gerados pelos negócios, que não podem ser facilmente negados. O bem-estar da comunidade local ganha prioridade sobre o negócio em si” (Granovetter, 1990, p. 103).

Então, por que existem outros grupos que construíram com êxito firmas eficientes, tais como as do sul da Ásia? A sociologia econômica defende a posição de que as respostas devem ser encontradas nas características das estruturas sociais:

“As atividades empresariais de sucesso dependem de algum tipo de combinação entre coesão social suficiente para reforçar padrões de negócio justos e uma atmosfera de confiança, com circunstâncias que limitam as demandas não econômicas sobre os negócios que dificultam sua racionalização” (Granovetter, 1995, p. 145).

Seguindo a perspectiva da sociologia econômica, sugiro que as variadas formas organizacionais e os níveis de sucesso das pequenas empresas podem ser melhor analisados com o estudo dos padrões distintivos das relações interpessoais que elas implicam e do equilíbrio entre “*coupling and decoupling*” (White, 1992).

Alguns estudos empíricos<sup>48</sup> apontam problemas na divisão do trabalho nos distritos industriais. Sabel, por exemplo, afirma que

“muitas das estruturas que conectam a aquisição e a aplicação das habilidades artesanais que permitem aos distritos responder com rapidez aos mercados cambiantes são também as que bloqueiam o uso efetivo das informações sobre as possibilidades de crescimento e inovação que a produção sob condições de estoque zero trazem a luz” (Bagnasco e Sabel, 1995, p. 135).

A maioria das respostas críticas que as análises dos distritos industriais suscitaram vem de perspectivas distintas à sociologia econômica, mas que não esgotam as possibilidades e limites das idéias e hipóteses que essa disciplina propõe. Uma visão crítica mais profunda das redes de organizações econômicas a partir da perspectiva da sociologia econômica ainda está por se desenvolver. Pesquisas empíricas futuras e reflexões mais teóricas sobre as similaridades e diferenças entre os distintos aglomerados nos diferentes países, regiões e setores iluminarão as potencialidades e limites dessas formas de organização social e suas relações com os contextos institucionais nos quais operam.

(Recebido para publicação  
em maio de 1999)

#### Notas

1. Entre os mais destacados estão Rostow (1960), Kuznets (1965) e Furtado (1965).
2. Brenner (1986) e Barry (1989).
3. Eccles e Bradach (1989), Leifer (1985), White (1994).
4. Spath (1993), Schmitz (1995), Humphrey (1995a) e Franks (1994).
5. Anderson, Dennis (1982).
6. ILO (1972), Sethuraman (1977), PREALC (1974).
7. Para uma análise mais completa sobre a origem do termo “setor informal” e as diferentes interpretações, ver Peattie (1987, 1981), Buechler (1992), Cacciamali (1983), Portes (1994).
8. Alguns trabalhos são PREALC (1974,1978), Mezzera (1988), Carbonetto (1985).
9. O conceito de marginalidade foi desenvolvido na América Latina sob o paradigma marxista do desenvolvimento capitalista assimétrico. A transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países com altas taxas de crescimento populacional produz um exército de mão-de-obra de reserva formado por trabalhadores que não podem ser absorvidos pelo setor moderno da economia. Os marginalizados são os pobres urbanos, em sua maioria migrantes, artesãos pré-capitalistas e trabalhadores domésticos (Quijano, 1974). Esse conceito foi criticado por diminuir o papel desses marginalizados na sociedade urbana (Perlman, 1976).
10. Sengenberger e Pyke (1991).

11. Standing (1989), Roberts (1989).
12. Franks (1993).
13. Portes (1994).
14. Schmitz e Musych (1994) e Spath (1993).
15. Algumas dessas funções são “abastecimento de produtos e serviços de baixo custo para os trabalhadores do setor formal, alocação de uma variedade de trabalhos de produção e marketing através de subcontratação, abastecimento de matéria-prima e colocação de produtos no mercado por empresários informais e por trabalhadores contratados irregularmente” (Portes e Schauffler, 1993, p. 49).
16. O setor informal é ainda explicado como produto da incapacidade do setor formal de absorção de toda a oferta de mão-de-obra. A novidade desse argumento é que a falta de emprego no setor formal é explicada como a causa inicial que teve conseqüências muito mais complexas nas conexões entre esses dois setores: apoio funcional ao setor moderno e a criação de novos nichos no mercado de trabalho. Em vez de um quadro com dois setores bem separados, a articulação estrutural enfatiza a idéia de dois setores em relação de dependência e subordinação.
17. Como as “maquiladoras”. O quadro que surge dessas análises das relações de subcontratação é a de uma pirâmide hierárquica com um pequeno número de empresas grandes no ápice e um número crescente de empresas cada vez menores.
18. Portes e Castells (1989, p. 12) generalizaram essa constatação sem explicitar o tipo de relação que estudaram.
19. Peattie (1980).
20. Stark (1989) e Benton (1994). Essa crítica está dirigida à definição de Portes e Castells da economia informal como um “processo de geração de renda definido por uma característica: a não regulação pelas instituições da sociedade, em um contexto legal e social no qual outras atividades similares estão reguladas”. (Portes e Castells, 1989, p. 12).
21. Rakowski (1994, nota n.1, p. 48).
22. Para uma exposição crítica deste enfoque, ver Friedland e Alford (1991).
23. Williamson (1993).
24. Um dos primeiros estudos sobre pequenos negócios com base na perspectiva do custo de transação é Ben-Porath (1980).
25. Humphrey (1995).
26. Franks (1993), *Political Economy and Government*, Harvard University.
27. Esse estudo adota o conceito de “setor informal” somente para delimitar o objeto de estudo: empresas com cinco ou menos empregados no comércio e na indústria e serviços não profissionais. Não discute sistematicamente as implicações teóricas e metodológicas do conceito, apesar de mencionar as contradições e problemas com a perspectiva da informalidade.
28. O autor assume uma distinção radical entre grupos expressivos e instrumentais, comportamentos altruístas e egoístas, e como conseqüência desta distinção, conclui que os atores no estudo são egoístas e racionais, e as atividades econômicas instrumentais, pois encontram vantagens em suas ações e não somente manifestações altruístas e expressivas. Como ele explica, a categoria geral de racionalidade instrumental não deve ser so-

mente uma pressuposição teórica, mas uma categoria descritiva. Esse tema será discutido mais adiante.

29. Individualismo metodológico é um tipo de explicação que considera os indivíduos como os constituintes últimos do mundo social; a fonte primária de todos os arranjos sociais. Todo fenômeno social deve ser explicado pelos indivíduos, suas características, objetivos, crenças e ações.
30. Para uma discussão interessante sobre os limites da teoria da escolha racional para explicar a ação coletiva, ver Putnam (1993, p. 166).
31. Essa proposição não significa coesão nas orientações, nas percepções, nos objetivos e visões de mundo. Ao contrário, essa visão sugere tolerância com a ambigüidade, a diversidade, e superposição de diferentes princípios de coordenação, interesses que competem e redes de relações que se cruzam. Para melhor discussão sobre essa literatura, ver Stark e Grabher (1997), Stark (1990), Galison (1997), White (1995, 1992), Padgett e Ansell (1993), Somers (1994, 1993), Emirbayer e Goodwin (1994), Latour (1988).
32. Um estudo muito interessante sobre os significados sociais do dinheiro foi desenvolvido por Zelizer (1997).
33. Ação econômica pode ser ação social, ou seja, ação que está orientada para outros atores. Se a ação econômica é social, o ator toma em consideração o comportamento dos outros, e isso pode ocorrer quando: (1) os atores assumem que outros respeitarão o seu controle sobre os bens econômicos – poder de disposição – o qual é socialmente aceito; (2) o ator considera os desejos futuros dos outros atores para definir sua própria pauta de consumo; e (3) a produção está orientada para os desejos futuros dos outros atores (Weber, 1978, p. 63).
34. A ordem econômica é definida como constituída por relações, grupos e organizações e não por indivíduos isolados. As relações econômicas, os grupos econômicos e organizações são entendidas como regularidades de ações individuais interdependentes (a satisfação de expectativas e orientações de ações).
35. Confiança pessoal é definida como um conjunto de expectativas comuns constantemente renovadas que dependem de familiaridade e, portanto, têm alcance restrito, ao passo que o sistema formal de confiança é constituído por meios de comunicação generalizados e impessoais. Weber associa o surgimento da confiança universal com a consolidação das seitas puritanas no Ocidente (a comunidade superior de fé).
36. Essa estratégia é definida como “a integração dos abastecedores de matéria-prima nos processos de desenho e produção, e o treinamento dos trabalhadores para supervisionar e eliminar (quando seja possível) os defeitos. Essa estratégia elimina os estoques nos processos produtivos, reduz o tempo para mudanças de modelo, melhora a qualidade e reduz os desperdícios” (Sabel e Piori, 1984, p. 40).
37. Essa estratégia está dirigida para “substituir a produção dirigida para a diminuição dos custos de produção de produtos estandardizados pela produção orientada para a diversificação dos produtos e satisfação das expectativas específicas dos clientes (*Idem*, p. 40).
38. *Principles of Economics* (1986).
39. Existe uma ampla literatura sobre os distritos industriais, “clusters” e as organizações em redes na Europa e Estados Unidos. Outros estudos não mencionados neste texto são Saxenian (1994), Brusco (1982) e Best (1990).

40. Alguns desses estudos são de Humphrey (1995), Schmitz e Musyck (1994), Pederson (1994), Tandler (1997), Spath (1993), Amorim (1993), Tewari (1996).
41. John Humphrey (1995).
42. Liedholm (1987), UNDP (1988), Spath (1993), Stewart (1989), Schmitz e Musyck (1994), Uzzel (1994), Franks (1993).
43. Schmitz e Musyck (1994).
44. Uzzel (1994), Tandler (1997), Schmitz (1995 a e b).
45. Tandler e Amorim (1996), Nadvi e Schmitz (1994), Humphrey (1995), Tewari (1996), Cawthorne (1995), Knorringa (1994), Tavara (1993), Rabbellotti (1995).
46. Schmitz (1995a).
47. Tandler e Amorim (1996), Humphrey (1995).
48. Alguns exemplos são Harrison (1994), Amin e Robins (1990), Brown e Hamilton e Medoff (1990).

### Bibliografia

- Amin, A. e Robins, K.  
 1990 "Industrial districts and regional development: limits and possibilities". In: Pyke, B. e Sengenberger (org.), *International Districts and Inter-firm Cooperation in Italy*. Geneva, International Institute for Labour Studies.
- Amorim, Monica  
 1993 Lessons on demand: Order and Progress for small firms in Ceara's Brasil. Tese de Mestrado, Boston, MIT.
- Anderson, Dennis  
 1982 "Small Industry in Developing Countries: A Discussion of Issues". *World Development*, 10 (11).
- Bagnasco, Arnaldo e Charles Sabel  
 1995 *Small and Medium Size Enterprises*. London, Pinter.
- Barry, Sarah  
 1989 "Social Institutions and Access to Resources". *Africa*, 59:1.
- Ben-Porath, Yoram  
 1980 "The F-Connection:Families, Friends and Firms in the Organization of Exchange". *Population and Development Review*, 6, n.º 1.
- Benton, Lauren  
 1994 "Beyond Legal Pluralism: Towards a New Approach to Law and the Informal Sector". *Social and Legal Studies*, 3.
- Best, Michael  
 1990 *The New Competition: Institutions of Industrial Restructuring*. Cambridge MA, Harvard University Press.

- Biggart, Nicole e Hamilton, Gary  
 1992 "On the Limits of a Firm-Based Theory to Explain Business Networks: Western Bias of Neoclassical Economics". In: Nohria, N.º e Eccles, R. (orgs.), *Networks and Organizations*. Harvard Business School Press.
- Brenner, Robert  
 1986 "The Social Basis of Economic Development". In: Roemer, J. (org.), *Analytical Marxism*. Cambridge University Press.
- Brown, Charles, James Hamilton e James Medoff  
 1990 *Employers Large and Small*. Cambridge MA, Harvard University Press.
- Brusco, Sebastiano  
 1982 "The Emilian Model: Productive Decentralization and Social Integration". *Cambridge Journal of Economics*.
- Buechler, Judith-Maria  
 1992 "The Informal Sector Revisited: Thoughts on a Misleading Dichotomy". *Anthropological Association*. December.
- Cacciamali, Maria Cristina  
 1983 *Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas.
- Carbonetto, Daniel  
 1985 "Notas sobre la Heterogeneidad y el Crecimiento Economico de la Region". In: Berger, M. e Buvinic, M. (orgs.), *El Sector Informal en los Paises Andinos*. Quito, Ildes.
- Cawthorne, Pamela M.  
 1995 "Of Networks and Markets: The Rise and Rise of a South Indian Town, the Example of Tiruppur's Cotton Knitwear Industry". *World Development*, vol.23, n.º 1.
- Chandler, Alfred  
 1990 "The Enduring Logic of Industrial Success". *Harvard Business Review*, março/abril.
- Cheng-shu, Kao  
 1996 "Personal Trust" in the Large Businesses in Taiwan: A Traditional Foundation for Contemporary Economic Activities". In: Hamilton, G. (org.), *Asian Business Networks*. New York, Walter de Gruyter.
- Coase, Ronald H.  
 1952 "The Nature of the Firm". In: G.I. Stigler e K.E. Boulding (orgs.), *Readings in Price Theory*. Homewood Ill. Irwin.
- De Soto, Hernando  
 1989 *The Other Path*. New York, Harper e Row.
- Eccles, Robert e Bradach, Jeffrey L.  
 1989 "Price, Authority, and Trust: From Ideal Types to Plural Forms". *Annual Review of Sociology*, 15.

- Emirbayer, Mustafa e Goodwin, Jeff  
 1994 "Network Analysis, Culture, and Agency". *American Journal of Sociology*, 99/6.
- Franks, Jeffrey  
 1994 Collective Action in the Informal Sector of Developing Countries: Rational Choice Approach (Bolivia). Tese de doutorado, Departamento de Economia, Harvard University.
- Friedland, Roger e Robert Alford  
 1991 "Bringing Society Back in: Symbols, Practices, and Institutional Contradictions". In: Powell e DiMaggio (orgs.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. The University of Chicago Press.
- Furtado, Celso  
 1965 "Capital Formation and Economic Development". In: Agarwala, A.N. (org.), *The Economics of Underdevelopment*. New York, Oxford University Press.
- Galison, Peter  
 1997 *Image and Logic: A material Culture of Microphysics*. University of Chicago Press.
- Geertz, Clifford  
 1992 "The Bazaar Economy". In: Granovetter e Swedberg (orgs.), *The Sociology of Economic Life*. Boulder, Westview Press.
- Granovetter, Mark  
 1995 "The Economic Sociology of Firms and Entrepreneurs". In: Portes, A. (org.) *The Economic Sociology of Immigration*. New York, Russel Sage Foundation.  
 1992 "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". In: Granovetter e Swedberg (orgs.), *The Sociology of Economic Life*. Boulder, Westview Press.  
 1990 "The Old and New Economic Sociology: A History and an Agenda". In: Friedland, R (org.), *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. New York, Aldine de Gruyer.  
 1984 "Small is Bountiful: Labor Markets and Establishment Size". *American Sociological Review*, 49.
- Hamilton, Gary  
 1996 *Asian Business Networks*. New York, Walter de Gruyter.
- Harrison, Bennett  
 1994 "The Small Firms Myth.". *California Management Review*. Primavera.
- Hirschman, Albert  
 1986 *Rival Views of Market Society*. New York, Vicking.
- Humphrey, John  
 1995 "Industrial Organization and Manufacturing Competitiveness in Developing Countries". *Special Issue of World Development*, 23 (1).
- Humphrey, John e Hubert Schmitz  
 1996 "The Triple C Approach to Local Industrial Policy". *World Development*, vol.2, 4, n.º 12.

- ILO  
1972      Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment. Documento de trabalho, Genebra.
- Knorringa, P.  
1994      "Lack of Interaction Between Traders and Producers in the Agra Footwear Cluster". In: Pederson *et al* (orgs), *Flexible Specialization: The Dynamics of Small-scale Industry in the South*. London: Intermediate Technology Publications.
- Kuznets, Simon  
1965      "Underdeveloped Countries and the Pre-industrial Phase in the Advanced Countries". In: Agarwala, A.N. (org.), *The Economics of Underdevelopment*. New York, Oxford University Press.
- Latour, Bruno  
1988      *The Pasteurization of France*. Cambridge, Harvard University Press.
- Lazerson, Mark  
1988      "Organizational Growth of Small Firms: An Outcome of Markets and Hierarquies". *American Sociological Review*, vol. 53.
- Leifer, Eric M.  
1985      "Markets as Mechanisms: Using a Role Structure". *Social Forces*, 64 (2).
- Levy, Brian  
1991      "Transactions costs, the size of firms and industrial policy". *Journal of Development Economics*. Vol. 34, n.º 1/2.
- Liedholm, C. e Mead, D.  
1987      Small-scale Industries in Developing Countries: Empirical Evidence and Policy Implications. Documento de Desenvolvimento Internacional n.º 9, Michigan State University.
- Lindenberg, Siegwart  
1995      "Complex Constraint Modeling (CCM): A Bridge Between Rational Choice and Structuralism". *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)* 151-1.
- Marshall, Alfred  
1986      *Principles of Economics*. London, Macmillan.
- Marx, Karl  
1990      *Capital: a critique of political economy*. New York, Penguin Books.
- Mezzera, Jaime  
1988      "Excedente de Oferta de Trabajo y Sector Informal Urbano". In: Berger, M. e Buvinic, M. (orgs.), *Mujer en El Sector Informal*, Quito, ILDIS.
- Mohr, Duquenne  
1997      "The Duality of Culture and Practice: Poverty Relief in New York City, 1888-1917". *Theory and Society*, 26.

- Nadvi, K. e H. Schmitz  
 1994 Industrial Clusters in Less Developed Countries: A Review of Experiences and Research Agenda. Documento de Trabalho 339, Institute of Development Studies, University of Sussex.
- Nelson, Richard  
 1994 "Evolutionary Theorizing about Economic Change". In: Smelsen, N e Swedberg, R. (orgs.) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Hussel Sage Foundation.
- OIT  
 1972 *Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment*. Genebra.
- Padgett, John e Christopher Ansell  
 1993 "Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434". *American Journal of Sociology*, 98.
- Peattie, Lisa  
 1987 "An Idea in Good Currency and How it grew: The Informal Sector". *World Development*, vol.15, n.º17, julio  
 1981 "What is to be Done with the Informal Sector?" A Case Study of Shoe Manufacturing in Colombia". In: Safa, H. (org.) *Towards a Political Economy of Urbanization*. New Delhi, Oxford University Press.  
 1980 "Anthropological Perspectives on the Concepts of Dualism, the Informal Sector, and Marginality in Developing Urban Economies". *International Regional Science Review*, vol.5, n.º 1.
- Pederson, P. O. et al  
 1994 *Flexible Specialization: The Dynamics of Small-scale Industry in the South*. London, Intermediate Technology Publications.
- Perlman, Janice  
 1976 *The Myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*. Berkeley, University of California Press.
- Portes, Alejandro  
 1994 "The Informal Economy and Its Paradoxes". In: Smelsen, N. e Swedberg, R. (orgs.) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Hussel Sage Foundation.
- Portes, Alejandro e Manuel Castells  
 1989 *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore, M.D., The John Hopkins University Press.
- Portes, Alejandro e Richard Schauffler  
 1993 "Competing Perspectives on the Latin American Informal Sector". *Population and Development Review*, 19:1, Março.
- PREALC - OIT  
 1978 *Sector Informal Urbano: Funcionamento e Politicas*. Santiago.  
 1974 "La Política de Empleo en America Latina". *Trimestre Economico*, vol.41, n.º 164.

- Putnam, Robert D.  
1993 *Making Democracy Work*. New Jersey, Princeton.
- Quijano, Obregon A.  
1974 "The Marginal Role of the Economy and the Marginal Labor Force". *Economy and Society*, 3 (4).
- Rabelloti, R.  
1995 "Is There an "Industrial District" Model: Footwear Districts in Italy and Mexico Compared". *World Development*, vol. 23, n.º 1.
- Rakowski, C.A.  
1994 *Contrapunto*. New York, SUNY Press.
- Roth, Guenther  
1996 Global Capitalism and Multiethnicity - Max Weber then and Now. Manuscrito.
- Roberts, Bryan  
1989 "The Other Working Class: Uncommitted Labor in Britain, Spain, and Mexico". In: Khon, M.L. (org.), *Cross-National Research in Sociology*. Sage Publications.
- Rostow, W.W.  
1960 *The Stages of Economic Growth*. Cambridge at the University Press.
- Sabel, Charles  
1994 "Learning by monitoring". In: Smelsen, N. e Swedberg, R. (orgs.), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Russel Sage Publication.  
1986 "Changing Models of Economic Efficiency and Their Implications for Industrialization in the Third World". In: O'Donnell, G. (org.), *Development, Democracy and the Art of Trespassing*.
- Sabel, Charles and Jonathan Zeitlin  
1996 "Historical Alternatives to Mass Production: Politics, Markets and Technology in Nineteenth-Century Industrialization". In: Swedberg, R. (org.), *Economic Sociology*. Glos, UK, El Elgar Publication.
- Sabel, Charles e Michael Piori  
1984 *The Second Industrial Divide: Possibilities for prosperity*. New York, Basic Book.
- Saxenian, AnnaLee  
1994 *Regional Advantage: Culture and Competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge, Harvard University Press.
- Schmitz, Hubert  
1995a "Collective Efficiency: Growth Path for Small-Scale Industry". *The Journal of Development Studies*, vol. 31, n.º 4.  
1995b "Small Shoemakers and Fordist Giants: Tale of a Supercluster". *World Development*, vol. 23, n.º 1.
- Schmitz, Hubert e Bernard Musych  
1994 "Industrial District in Europe-Policy Lessons for Developing Countries?". *World Development*, 22 (6). June.

- Sengenberger, Werner e Frank Pyke  
 1991 "Small Firm Industrial Districts and Local Economic Regeneration: Research and Policy Issues". *Labour and Society*, 16-1.
- Sethuraman, S. V.  
 1977 *The Urban Informal Sector in Developing Countries. Employment, Poverty and Environment*. Geneva, International Labour Office.
- Siu-lun, Wong  
 1996 "Chinese Entrepreneurs and Business Trust". In: Hamilton, G. (org.), *Asian Business Networks*. New York, Walter de Gruyter.
- Smith, Adam  
 1976 *The Wealth of Nations*. University of Chicago Press.
- Somers, Margaret  
 1994 "The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach". *Theory and Society*, 23.  
 1993 "Citizenship and the Place of the Public Sphere: Law, Community, and Political Culture in the Transition to Democracy". *Social Science History*, 16, 4.
- Spath, Brigitte  
 1993 *Small Firms and Development in Latin America*. Geneva, International Institute for Labour Studies.
- Standing, Guy  
 1989 "The British Experiment: Structural Adjustment or Accelerated Decline?". In: Portes e Castels (orgs.), *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore, The John Hopkins University Press.
- Stark, David  
 1990 "Work, Worth and Justice". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, November, n.º 85.  
 1989 "Bending the Bars of the Iron Cage: Bureaucratization and Informalization in Capitalism and Socialism". *Sociological Forum*, 4, December.
- Stark, David e Grabher, Gernot  
 1997 *Restructuring Networks in Post-Socialism*. Oxford University Press.
- Stark, David e Bruszt, Lazlo  
 1998 *Postsocialism Pathways*. Cambridge University Press.
- Stewart, F.  
 1989 "Macro Policy Mechanisms: New Trends". In: Gosser, A e Teszler (orgs.), *Small Enterprises, New Approaches*. The Hague: Ministry of Foreign Affairs, Netherlands Development Cooperation.
- Stinchcombe, Arthur  
 1986 "Rationality and Social Structure". In: *Stratification and Organization: Selected Papers*. Cambridge, Cambridge University Press.

- 1993 From Survival Activities to Industrial Strategies: Local Systems of Interfirm Cooperation in Peru. Dissertação de doutorado, Amherst, MA, University of Massachusetts.
- Tendler, Judith  
1997 *Good Government in the Tropics*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- Tendler, Judith e Monica Amorim  
1996 "Small Firms and Their Helpers: Lessons on Demand". *World Development*, vol. 24, n.º 3.
- Tewari, Meenu  
1996 When the Marginal Becomes Mainstream Understanding the Sources and Organization of Small Firm Growth in Ludhiana's Industrial Regime. Tese de doutorado, Departamento de Economia, MIT.
- UNDP *et al.*  
1988 Development of Rural Small Industrial Enterprises: Lessons from Experience. United Nations.
- Uzzel, Douglas  
1994 "Transaction costs, Formal Plans and Formal Informality: Alternatives to the Informal Sector". *Contrapunto*. New York, Suny Press.
- Weber, Max  
1978 *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press.
- Williamson, Oliver  
1993 "Calculativeness, Trust, and Economic Organization". *Journal of Law and Economics*, 36, Abril.  
1981 "The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach". *American Journal of Sociology*, 87.
- White, Harrison  
1995 "Social Networks can Resolve Actor Paradoxes in Economics and in Psychology". *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)*, 151/1.  
1994 "Where Do Markets Come From?". In: Swedberg, R. (org.), *Economic Sociology*. Glos, UK, E. Elgar Publication.  
1992 *Identity and Control*. Princeton University Press.
- Zelizer, Viviana  
1997 *The Social Meanings of Money*. New York, Basic Books.
- Zeitlin, Jonathan.  
1989 "Local Industrial Strategies". *Número especial de Economy and Society*, vol. 18, n.º 4.
- Zucker, Lynne G.  
1986 "Production of Trust: Institutional Sources of Economic Structure". *Research in Organizational Behavior*, 8, Greenwich, JAI Press.

*Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica*

O objetivo principal do texto é revisar a literatura sobre industrialização local e pequenas empresas. Este ensaio analisa as principais contribuições das teorias da informalidade, da escolha racional, dos custos de transação e da nova sociologia econômica para a compreensão dos princípios organizacionais através dos quais indivíduos e famílias definem e controlam seus bens, desenvolvem meios e mobilizam recursos para criar e expandir suas atividades econômicas. O ensaio indaga até que ponto existe uma interpretação e explicação adequada para as diferenças entre as produções em pequena escala tanto em termos dos processos organizacionais quanto dos resultados econômicos. Este ensaio sugere que o marco da informalidade, as perspectivas da escolha racional e dos custos de transação não dão conta de importantes aspectos dos processos organizacionais e que o enfoque da nova sociologia econômica oferece uma perspectiva promissora para avançar nossa compreensão desse importante fenômeno econômico.

**Palavras-chave:** pequenos negócios; redes de relações econômicas; industrialização local; sociologia econômica

**Abstract**

*Small businesses, Local Industrialization, and Networks of Economic Relations: A Review of the Literature in Economic Sociology*

This review of the literature on local industrialization and small businesses as worldwide phenomena analyzes the main contributions of informality, rational choice, and transaction cost theories, as well as of the new economic sociology. It examines how each has advanced our understanding of the organizing principles that individuals and families use in defining and controlling their assets and in developing means and mobilizing resources for creating and expanding their economic activities. The essay questions the adequacy of any existing interpretation or explanation of the differences found in the organizing processes and economic performance of small-scale production. It is argued that the informality, rational choice, and transaction cost perspectives miss important issues of organizing processes and that the new economic sociology offers a promising approach in analyzing this economic phenomenon.

**Keywords:** small businesses; networks of economic relations; local industrialization; economic sociology



## Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura\*

*Celina Souza  
Márcia Blumm*

No Brasil, os temas governo e poder locais têm estado presentes em algumas linhas de pesquisa e em muitos trabalhos nos quais o município é o foco central de análise. No entanto, esses trabalhos e pesquisas pouco discutem, conceitual e teoricamente, a questão da autonomia política local.<sup>1</sup> O entendimento do conceito de autonomia política local requer, primeiro, o mapeamento das teorias sobre governo local, para, depois, aprofundar a discussão sobre seus elementos constitutivos e propostas para sua mensuração.

Seguindo a tradição iniciada por Tocqueville, Thomas Jefferson e Stuart Mill, de valorização do governo local no sentido da expansão da democracia, várias teorias foram concebidas buscando explicar seu papel e seus objetivos. No entanto, os governos locais de que falam as teorias mais tradicionais estão passando por transformações que também requerem mudanças nos enfoques teórico e analítico. Assim, alguns países estão evoluindo de um sistema de governo local para um sistema de governança local, que envolve um conjunto complexo de organizações de origem pública, privada e não-governamental. Neste sentido, o tema da autonomia política local adquire maior relevância, na medida em que passa a se dis-

tinguir ainda mais claramente do conceito de governo local.

A pesquisa sobre o urbano e o local no Brasil poderia avançar para além do seu estágio atual, com a incorporação do conceito de autonomia política local, considerado essencial para guiar estudos específicos sobre os municípios brasileiros, assim como estudos comparativos em um país marcado por altas heterogeneidades. Além do mais, países altamente heterogêneos como o Brasil podem contribuir para testar conceitos e teorias desenvolvidos em territórios onde essas diferenças são menos marcantes.

Este trabalho realiza uma revisão da literatura que trata do conceito de autonomia política local, sem, contudo, pretender esgotá-la, mas sim mapear parte do estado da arte sobre o tema, esperando que esta revisão possa ser útil para futuras pesquisas, especialmente as de caráter comparativo. Temas como federalismo, poder local, descentralização e política urbana, embora mantenham estreita relação com o conceito de autonomia local, são mais abrangentes do que o conceito aqui discutido, razão pela qual não serão diretamente abordados. Busca-se, tão somente, mapear as possibilidades e as limitações do conceito de autonomia local para

---

\* As autoras agradecem ao Prof. Marcus André Melo pelos comentários.

as pesquisas que busquem investigar o espaço de manobra (ou o poder relativo) das elites locais quando assumem o poder político em um dado espaço territorial.

O texto está dividido em três seções. Na primeira, é feita uma revisão das teorias normativas e empíricas sobre o governo local. Na segunda, trata-se especificamente da autonomia política local, destacando-se a diferença entre este conceito do de autonomia do governo local, ao tempo em que também se analisa seus limites e se apresentam algumas propostas para sua mensuração. Por último, faz-se uma sucinta revisão das principais abordagens analíticas sobre o governo local no Brasil após a redemocratização.

#### **Abordagens Teóricas sobre Governo Local**

No atual contexto de pressões por mudanças no papel do Estado e dos governos, pressões essas geradoras de reformas político-institucionais, econômicas e administrativas, importantes desafios estão sendo colocados aos governos locais. Esses desafios estão promovendo um aumento da produção teórica sobre o governo e as políticas locais, embora, conforme afirma Goldsmith (1990), o governo local como instituição política esteja recebendo menor atenção teórica do que outras esferas de governo.

Pode-se dividir as teorias sobre governo local em duas categorias: as normativas e as empíricas. São teorias normativas aquelas que partem de normas preestabelecidas, voltadas para prescrições e recomendações, ou seja, as que se concentram no que "deve ser". Já as teorias empíricas resultam do conhecimento adquirido através de estudos sobre experiências ocorridas.

O papel do governo local varia em cada época e circunstância, de acordo com os atores que participam da definição da cena política e as funções exercidas pelo Estado no qual o governo local está inserido. Além dis-

so, cada município é único, dada a complexa combinação de fatores sociais, demográficos, políticos e econômicos presentes em cada um. Portanto, qualquer estudo sobre governo local requer a identificação inicial desses fatores.

Governo local e poder local não se confundem. O primeiro conceito será objeto desta seção, e o segundo é tributário dos estudos baseados na *community politics*, ou poder político local, iniciados há mais de 40 anos pelo trabalho pioneiro de Hunter (1953). Os estudiosos do poder local na tradição de Hunter preocupam-se em investigar como uma comunidade é governada pelos seus líderes e qual o grau de democracia que se estabelece nessa relação.<sup>2</sup> Assim, a questão central à qual os que aplicam a concepção de poder local buscam responder diz respeito à dinâmica política de uma dada comunidade dentro de um sistema político local, com menor atenção à relação entre a dinâmica política local e a regional, nacional ou internacional.

A partir dessas considerações iniciais, o trabalho discute as teorias normativas e empíricas sobre governo local.

#### **Teorias Normativas sobre Governo Local**

As teorias normativas sobre governo local são aqui apresentadas a partir da produção britânica sobre o tema, já que a mesma exerceu grande influência sobre a concepção dos governos locais no mundo Ocidental em geral, e no Brasil em particular. Stoker (1996) divide em três fases o desenvolvimento da literatura normativa sobre o governo local na Inglaterra: a dos primeiros defensores, a dos reformadores do pós-guerra e a dos localistas.<sup>3</sup>

Na fase dos primeiros defensores, Stoker identificou três argumentos normativos em defesa do governo local. Primeiro, o governo local estimula a participação política; se-

gundo, permite a distribuição eficiente dos serviços; e, por último, expressa uma tradição de oposição ao governo centralizado. Essa corrente é tributária do pensamento de Stuart Mill, que defendia a importância do governo local a partir de dois argumentos. O primeiro seria o de que as instituições políticas locais eram essenciais para um sistema de governo democrático porque ampliavam a oportunidade de participação e favoreciam a educação cidadã para a prática da política e do governo, ou seja, a participação junto aos governos locais ajudaria os cidadãos na escolha de seus representantes e na decisão sobre alocação dos recursos públicos.<sup>4</sup> O segundo argumento de Stuart Mill era o de que, no cotidiano da administração, as instituições locais geralmente levavam vantagens, ou seja, seriam mais eficientes na provisão de serviços.

A segunda fase, ainda seguindo a classificação de Stoker (1996), foi a dos reformadores do pós-guerra. Diante da expansão do Estado do Bem-Estar, o centro das análises sobre governo local passou a ser como conciliar o papel desses governos com as necessidades do novo formato do Estado. Desses debates resultou o forte compromisso assumido em defesa do governo local autônomo, então considerado como uma instância de governo virtuosa. O argumento a favor do governo local era o de que o mesmo tinha sido um elemento fundamental na expansão do Estado do Bem-Estar e que, portanto, se modernizado e se adquirisse maior autonomia, seria a esfera mais adequada para a realização dos compromissos do Estado do Bem-Estar.

A terceira fase, a dos localistas, é representada pelos trabalhos de Jones e Stewart (1985), que reforçaram o argumento de que o governo local tem melhores condições para alocar os recursos públicos de acordo com as necessidades locais por estar mais próximo da comunidade. Segundo esses autores, a importância do governo local é ser local, o

que lhe assegura maior proximidade com a população e aumenta sua capacidade para responder às demandas locais. Além disso, o governo local permite maior influência da comunidade em suas decisões, sendo mais receptivo e mais passível de cobrança (*accountability*) do que os demais níveis de governo. Esses autores também afirmam, em termos normativos, que o governo local é a expressão da difusão do poder político, sendo importante para uma sociedade livre, pois limita a concentração de poder.

Apesar da ênfase normativa nas vantagens do governo local, os localistas apontam necessidades de reformas nessa esfera de governo. Jones e Stewart (*idem*) recomendam, por exemplo, a introdução, na Grã-Bretanha, da representação proporcional nas eleições locais e o aumento da proporção dos recursos locais no financiamento dos serviços, a fim de assegurar maior *accountability*. Apesar de reconhecerem a necessidade de algumas mudanças, Jones e Stewart defendem as estruturas de governo local com autonomia, com o argumento de que

“[...] há ineficiência no governo local, há autoridades locais que são irresponsáveis às pressões locais e há burocracias locais que buscam seus próprios interesses. Mas, mesmo onde tais acusações são feitas e justificadas, elas são possíveis justamente por causa da grande visibilidade do governo local. O sistema é aberto e fornece corretivos para que seus defeitos sejam revelados” (1985, p. 19).

Assim, essa corrente prefere as imperfeições das instituições locais frente à alternativa do centralismo. Por fim, em comparação à fase dos reformadores do pós-guerra, os localistas enfatizam menos a contribuição dos governos locais para a distribuição mais eficiente dos serviços, para ressaltar seu valor político *vis-à-vis* um governo centralizado.

Essas três fases da literatura normativa britânica podem ser sintetizadas como a de-

fesa dos governos locais pela maior possibilidade de participação política, maior controle social, distribuição mais eficiente dos serviços, valor político positivo e virtuoso e maior proximidade do cidadão.

Talvez uma das melhores críticas às teorias normativas sobre o governo local tenha sido feita por Pierre (1990), com os seguintes argumentos. Primeiro, nessas teorias são encontrados argumentos freqüentes a favor do governo local eleito, tornando difícil o debate sobre seus vícios e virtudes, já que o ponto de partida é pré-fixado. Segundo, um dos problemas básicos enfrentados pelo governo local é a dupla responsabilidade a ele conferida pelo governo nacional. Por um lado, os governos locais são concebidos como veículos de democracia local, fornecendo serviços adequados às necessidades e condições locais, sendo o seu objetivo principal a democracia. Por outro lado, os governos locais constituem o braço local do aparelho administrativo do Estado Nacional, executando políticas em áreas prioritárias, e aí seu objetivo principal é a eficiência burocrática. Assim, por definição, os governos locais enfrentam diretamente o dilema (ou a contradição?) entre democracia e eficiência burocrática.

Duas outras teorias também de cunho normativo tratam do governo local, embora tributárias de marcos teóricos mais abrangentes. São elas: a escolha pública (*public choice*), que se apóia nos postulados da chamada Nova Direita (ou neoliberalismo), e a concepção do Estado Dual, que toma a análise marxista como ponto de partida.

A teoria da escolha pública defende o governo mínimo em todos os níveis, inclusive no local. Prega também a fragmentação do governo em agências que devem competir entre si, sendo que os impostos devem estar diretamente relacionados aos serviços que são prestados, para que o contribuinte possa avaliar o custo-benefício. Os teóricos da escolha pública, conforme analisa Do-

wding (1996), suspeitam da democracia representativa por várias razões. Uma delas seria derivada do Teorema de Arrow, o qual demonstra que alguns sistemas eleitorais podem resultar em vencedores "arbitrários" ou "injustos". Isto significa que o resultado das eleições pode não representar a preferência da maioria, o que desafia a confiança depositada nos procedimentos democráticos para a tomada de decisões coletivas. Outro argumento é que o conjunto de políticas adotadas pelos partidos eleitos nem sempre é adequado às necessidades locais devido às coalizões construídas para se vencer as eleições. Para a teoria da escolha pública, os cidadãos podem melhor expressar suas preferências exercendo o direito à "saída" (*exit*), que implica mudar de município para buscar aquele que melhor atenda suas demandas (*voting with your feet*), em lugar do direito à "voz" (*voice*), que implica participação política. Para que haja o direito à "saída", é necessária a criação de vários pequenos municípios. Essa proposta é inspirada no modelo proposto por Tiebout (1956) para as regiões metropolitanas, onde consumidores-eleitores teriam melhores serviços com custos mais baixos se houvesse a) competição entre prestadores de serviços e b) a possibilidade do consumidor-eleitor escolher o município que melhor atenda suas preferências. Segundo seus defensores, essa alternativa tornaria o *mix* serviços *versus* impostos mais eficiente e democrático que a opção pela participação política, ou seja, pelo direito à "voz".

Na perspectiva do Estado Dual ou Política Dual, cujo principal formulador é Saunders (1986), o governo local é o resultado de uma divisão de trabalho dentro do Estado, onde as funções deste (acumulação ou produção *versus* legitimação ou consumo) tendem a se localizar em esferas diferentes de governo, a primeira na esfera central, a segunda na local.<sup>5</sup> Cada uma dessas funções tem um estilo político distinto, a primeira mais corporativa, a segunda mais competitiva,

assim como também são influenciadas por ideologias opostas, a primeira pela prevalência dos compromissos com a preservação da propriedade privada, a segunda com a prestação de serviços públicos.

### **Teorias Empíricas sobre o Governo Local**

Goldsmith (1996) classificou o governo local em três tipos e vislumbrou a existência de um quarto tipo, delineado mais recentemente, a partir de evidências empíricas. O primeiro tipo é aquele em que o governo local se baseia em um sistema de relações de clientelismo e de tutela entre líderes e liderados. A principal função dos líderes políticos locais nesse tipo de governo é distribuir benefícios específicos para indivíduos ou grupos de indivíduos, em troca de votos.

O segundo tipo de governo local é o econômico-desenvolvimentista, no qual a função do governo é promover o crescimento econômico local e estabelecer as condições necessárias para que as forças do mercado possam operar de maneira irrestrita, mas não sem regulação. O principal dever dos governos locais é promover a saúde econômica de suas comunidades.<sup>6</sup> O local, visto como uma máquina de crescimento, apresenta certas características. Primeiro, há um consenso entre a elite dirigente, tanto a pública como a empresarial, de que o crescimento econômico é um objetivo desejado. Segundo, o crescimento está relacionado não só com o uso do solo e suas mudanças, mas também com o tipo de atividade econômica que acontece nesse solo. Terceiro, as cidades terão que reagir rapidamente a essas mudanças, bem como, na prática, terão pouca influência sobre os investimentos que elas serão capazes de atrair.

O terceiro tipo é o do Estado do Bem-Estar, em que o governo local, principalmente no pós-guerra, atua primordialmente na

provisão de uma ampla variedade de bens de consumo coletivo.

O quarto é aquele em que o governo local tem como função estimular o consumidor a buscar diferentes alternativas de provisão de serviços, pela variedade de oferta, baseados na competição e na concorrência entre prestadores de serviços públicos locais.

Goldsmith (1996) conclui que a tipologia acima apresentada se refere a tipos ideais no sentido weberiano e o que os governos locais em geral combinam diferentes aspectos dos diferentes tipos, apesar de haver, em cada um, uma ênfase dominante.

Outra tipologia que parte de bases empíricas e que merece ser explorada é a proposta por Hesse e Sharpe (1991), com três tipos de governo local, agrupados de acordo com o grau de autonomia em relação ao centro. O primeiro tipo é o anglo-saxão, em que o governo local é uma criação estatutária e não constitucional. No entanto, o governo local possui um alto grau de autonomia em relação ao centro no que se refere ao cotidiano de suas atividades. Os governos locais pertencentes a esse grupo possuem *status* legal e político limitado, porém desfrutam de certa liberdade nas tarefas cotidianas que estão no rol de suas competências. Estão inseridos nesse grupo a Grã-Bretanha, Irlanda, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e os Estados Unidos.

O segundo tipo é o francês, em que o governo local possui *status* constitucional, mas depende de apoio e coordenação das agências do governo central para a provisão de serviços. Nesse grupo os governos locais têm *status* legal e competência limitados, mas essa limitação pode ser apenas aparente, pois alguns governos podem possuir alto *status* político. A razão de ser dos governos locais desse grupo é mais política do que administrativa, ou seja, assumem relevantes questões relativas à identidade comunitária e não ao *self-government*. Apesar de seu *status* constitucional, os governos

locais desse grupo são tutelados pelas agências do governo central, que exercem o controle em seu nome. Incluem-se nesse grupo França, Itália, Bélgica, Espanha, Portugal e, até certo ponto, Grécia.

O terceiro tipo é composto pelos países escandinavos, junto com Alemanha, Holanda, Suíça e Áustria. Nesses países, o governo local tem competência funcional geral e alguns poderes estatutários, sendo o mais descentralizado dos três. O governo local possui alto *status* constitucional, relativa autonomia e grande independência financeira, sendo responsável por algumas funções do Estado do Bem-Estar. Outra diferença desse grupo está na ênfase colocada na questão da democracia local *per se*, o que significa que o governo local possui competências que são maiores ou estão acima dos seus poderes estatutários. Suas origens remontam à tradição prussiana do século XIX, refletindo, na prática, o princípio da subsidiariedade, hoje tão caro à Comunidade Européia.

Apesar da importância da tipologia desenvolvida por Hesse e Sharpe (1991) para fins de classificação dos governos locais em relação à noção de autonomia, ela nos dá poucas indicações sobre os principais valores que conformam e sustentam os distintos sistemas de governo local. Uma abordagem que tenta suprir esta lacuna é a de Page e Goldsmith (1987), que inclui variáveis como valores religiosos; processos temporais diversos em relação à urbanização e à adoção de políticas de bem-estar; e localização de qualificação técnica.

O conhecimento das teorias normativas e empíricas do governo local é, pois, o passo inicial para o melhor entendimento do conceito de autonomia política local, o qual busca investigar a capacidade das elites dirigentes de perseguir, nos territórios locais, seus objetivos sociais, econômicos, políticos e administrativos.

## A Autonomia Política Local na Literatura

Torna-se necessário, primeiro, diferenciar autonomia local de autonomia do governo local. Ambos os conceitos são, em geral, tratados como sinônimos e assim aparecem, muitas vezes, nos estudos sobre o local.<sup>7</sup> Observa-se hoje duas tendências teóricas e analíticas sobre o tratamento dos governos locais e de sua autonomia. Uma, mais pluralista, defende o governo local como a instituição e o fortalecimento de suas iniciativas. Outra, influenciada pelo referencial da escolha pública, reivindica um novo papel para o governo local voltado para a defesa dos consumidores e para a minimização da atividade governamental *per se*. Segundo essa última linha de argumentação, a tarefa dos governos locais seria expor os serviços locais à competição do mercado e, em alguns casos, substituir a provisão pública do serviço pela provisão privada. Assim, busca-se introduzir elementos do setor privado no governo local com o fim de aumentar a autonomia local, mas não a autonomia do governo local. Já para o pensamento mais pluralista, buscase a expansão da autonomia do governo local. Tal distinção, raras vezes feita, é fundamental para se guiar as pesquisas sobre autonomia local.

Existem diversos conceitos sobre o que seja autonomia local. White III (1976) chama a atenção para o fato de que conceitos como autonomia e coordenação só podem ser discutidos mediante uma definição política, e não administrativa, da palavra "local". Portanto, o componente político é essencial à avaliação da autonomia local.

King e Pierre (1990) definem autonomia local como sendo a capacidade dos governos locais para formular e incumbir-se de políticas públicas sob a sua competência, independentemente de considerações externas. Assim, o domínio do governo nacional é desafiado, como também os parâmetros

conceituais que assumem que o governo local está inevitavelmente limitado por responsabilidades sociais de bem-estar social. Neste conceito, os fatores que restringem a autonomia política local são a incapacidade do governo local de se tornar uma instituição política e a existência de restrições externas.

Boyne (1993), em seu estudo sobre a autonomia local no País de Gales, trabalha com o conceito de Wolman e Goldsmith (1990), que é a liberdade para exercer escolhas na agenda política local, aliada à capacidade de influenciar o bem-estar dos cidadãos locais.

Segundo Roffman (1990), o conceito de autonomia expressa-se em três dimensões distintas, porém convergentes. São elas: a político-institucional, como expressão do poder político real, representando a cidadania local e expressando as forças políticas e sociais locais; a econômico-financeira, em que os municípios precisam dispor de recursos necessários ao desenvolvimento das ações municipais, que estarão respaldadas na receita fiscal local, sem depender do direcionamento do governo central; e, por fim, a de prestação de serviços, na qual a divisão da prestação de serviços entre as três esferas de governo é sintoma da intenção ou não de resgate da autonomia municipal. O problema desse conceito é que são listadas condições ideais para que os governos locais desfrutem de autonomia, mas, como se verá adiante, essas condições são insuficientes para a existência ou não de autonomia política local.

Já Page (1982) define inicialmente autonomia como a capacidade dos governos locais de tomar decisões sobre os serviços por eles oferecidos, sem a interferência do centro. Posteriormente, Page (1991) amplia esse conceito ao incorporar dois novos elementos de análise: localismo e centralismo. O localismo desdobra-se em dois níveis: o jurídico, ou legal, e o político. O localismo político é por ele definido como a capacida-

de das elites políticas locais de influenciar as arenas decisórias nacionais nas questões que afetam os interesses da localidade. O localismo político assume duas formas: a) relação direta entre os políticos locais e a burocracia nacional; e b) influência indireta nas arenas decisórias nacionais via organizações coletivas de abrangência nacional. Quanto maior a influência dos interesses locais nas políticas nacionais, maior o grau de localismo político. Assim, na Europa desfrutariam de localismo político as administrações locais da Itália, Espanha e França, enquanto as da Grã-Bretanha, Noruega, Dinamarca e Suécia seriam classificadas como integrantes do modelo de centralismo político, devido à pouca penetração das elites locais nas arenas decisórias nacionais.<sup>8</sup>

A autonomia política local também pode ser considerada do ponto de vista constitucional, que, de acordo com Aguiar (1995, p. 39) “consiste em governo próprio, com representantes escolhidos livremente pelos municípios, mediante pleito direto e secreto, realizado simultaneamente em todos os municípios”. Este conceito mostra-se excessivamente restritivo ao considerar tão-somente a forma de escolha dos governantes locais. Pesquisas empíricas têm mostrado à exaustão que a liberdade de escolher os representantes não garante que o governo local eleito terá espaço ou intenção de implementar as políticas demandadas pelos eleitores, caso os próprios eleitores conseguissem demonstrar com clareza suas preferências.

Para Souza (1996) a autonomia política local pode ser entendida de diversas formas. Sob o ponto de vista tributário, apesar de a literatura sobre descentralização fiscal apresentar reservas quanto ao rigor da mensuração do grau de descentralização/centralização dos recursos públicos, alguns fatores podem ser observados nos governos locais, indicando ou não sua autonomia. Esses fatores seriam, por exemplo, liberdade para alocação e administração dos recursos próprios

os. Sob o ponto de vista jurídico, a autonomia pode ser entendida como a capacidade que têm ou não os governos locais para legislar sobre assuntos de sua jurisdição. O confronto dessas características com o caso brasileiro, feito através de estudos empíricos, mostra que apesar de os municípios brasileiros possuírem hoje um alto grau de autonomia tributária e jurídica, muitos ainda carecem de autonomia política propriamente dita. Essa autonomia é conceituada como a capacidade dos governos municipais de definir e implementar uma agenda política e de políticas públicas própria, mesmo que minimamente. Essa capacidade distinguiria partidos e grupos políticos divergentes no espaço local.

Todavia, é necessário aprofundar o conteúdo das restrições à autonomia local, que não se limitam a fatores eminentemente políticos.

#### **Limites e Restrições à Autonomia Política Local**

Gurr e King (1987) classificam as restrições à autonomia política local em dois tipos. O primeiro considera as restrições econômicas e sociais, derivadas de fontes variadas, e o segundo as impostas por níveis superiores de governo. De acordo com essa lógica, o governo local é criado para interferir positivamente no bem-estar de seus cidadãos, porém essa capacidade é sujeita a diversas restrições. Essas restrições podem estar relacionadas à realidade da economia local, às condições sociais da população, à capacidade de arrecadar receita tributária própria, ao papel das elites que afetam as decisões políticas ou, ainda, às restrições legais e políticas impostas por níveis superiores de governo.

Pierre (1990) classificou as restrições à autonomia local de acordo com o grau de condicionantes externas. A primeira condi-

cionante está relacionada aos poderes estatais e à configuração do aparato de implementação, ou seja, à política do Estado.<sup>9</sup> A segunda restrição seria a influência que interesses organizados profissionalmente exercem sobre a burocracia local, pressionando-a com demandas corporativas, em detrimento de demandas universalistas. Uma terceira restrição estaria relacionada ao desenvolvimento ou declínio industrial nacional e local. E, por último, a influência de políticas nacionais sobre o governo local, como, por exemplo, programas de descentralização ou centralização, aumentando ou diminuindo a autonomia.

Portanto, a partir de fatores determinantes como restrições econômicas, os governos locais podem sofrer interferências externas sobre a agenda política local, refletindo em uma redução de sua autonomia.

#### **A Mensuração da Autonomia Política Local**

Como discutido acima, a autonomia local envolve variáveis políticas e econômicas. Se a autonomia local é dependente das ações e das políticas centrais e internacionais, bem como dos interesses políticos e econômicos e da capacidade do governo local, a avaliação da autonomia local é uma tarefa complexa, porém necessária.

Pierre (1990) sugere critérios para avaliação baseados nas teorias dominantes sobre o governo local. Esses critérios seriam a economia política local, as relações entre o centro e o local, as ações políticas exercidas pela comunidade, a capacidade institucional para aumentar a democracia local e para decidir políticas públicas, e, por fim, a capacidade de o governo local mobilizar recursos para ações que porventura sejam bloqueadas pela comunidade empresarial local. Esses critérios oferecem uma estrutura tentativa de análise do poder dentro e fora do governo local, além de considerar tanto os fatores políticos

como os econômicos, assim como a dinâmica entre eles.

Kuroda (1975) também apresenta um método para se calcular a autonomia local em termos comparativos. Primeiramente, diz ele, é preciso reconhecer a área de atuação de cada esfera de governo. Existem três principais áreas de atuação dos governos nacionais e locais: a) áreas nas quais apenas o governo nacional tem jurisdição, como, por exemplo, política exterior e política monetária; b) áreas em que todas as esferas compartilham a tomada de decisões e oferecem serviços aos cidadãos; e c) áreas em que os governos locais têm poder exclusivo para a tomada de decisões. A fórmula que o autor oferece para medir o tamanho da autonomia local é a seguinte:

$$\text{Formato de um governo local no Estado-Nação} = \frac{\Sigma(\text{GGL}) - \Sigma(\text{SGN})}{\text{GTGN}}$$

Onde:

GGL → Gasto do Governo Local;

SGN → Subvenções do Governo Nacional;

GTGN → Gasto Total do Governo Nacional em um determinado ano fiscal.

A soma dos gastos dos governos locais em um Estado-Nação em relação ao gasto total do governo nacional deve fornecer uma estimativa razoável da autonomia do governo local. Porém, as nuances da autonomia são sutis e difíceis de serem capturadas quantitativamente. A fórmula proposta por Kuroda pode ser o ponto de partida para a realização de estudos comparativos sobre governos e políticas locais. O enfoque é menos em como os governos locais agem *vis-à-vis* suas competências e mais nos recursos investidos nos serviços públicos locais. A fórmula requer, ainda, a inclusão do estado-membro, o qual, em países federais,

muitas vezes concorre com os municípios na prestação de alguns serviços.

Na área de investigação sobre as relações entre o centro e o local, Boyne (1993) oferece uma metodologia baseada nas dimensões dos limites centrais sobre a autonomia local. Quando o centro procura influenciar o governo local em uma direção específica, a autonomia agregada é limitada, e quando o centro determina que todos os governos locais caminhem para uma posição de gasto comum, a autonomia individual é restringida.

Ao combinar as dimensões desses dois tipos de autonomia, Boyne possibilita a discriminação conceitual e oferece uma forma empírica de distinguir os governos locais. Essas dimensões geram quatro possíveis combinações. A primeira, seria quando o governo local possui liberdade no seu comportamento agregado, frente às limitações impostas pelo governo central, e os municípios, individualmente, estão sob pouca pressão para o provimento de serviços semelhantes a outros municípios; a segunda combinação seria quando a autonomia agregada do governo local é alta, mas o centro limita a diversidade de políticas locais; a terceira seria quando a autonomia agregada do governo local é limitada, por exemplo, por leis que definem um teto máximo para os gastos locais, porém os municípios podem ampliar esse limite através de outras fontes. Uma quarta e última possível combinação é quando tanto a autonomia agregada como a individual do governo local são baixas, isto é, a atividade local restringe-se a tarefas determinadas centralmente.

O autor coloca que o método mais direto para medir os limites impostos pelo governo central sobre a autonomia local é comparar os objetivos do governo central com o comportamento local. Porém a avaliação desses limites possui alguns problemas. O primeiro seria quanto à própria definição de limitação, para tentar separar as decisões

“espontâneas” das decisões “pressionadas”, quando se avalia o impacto das políticas centrais sobre a autonomia local. O segundo, é lembrar que o governo central é apenas uma das muitas pressões sobre as decisões locais. E, por último, ambos os tipos de autonomia, a agregada e a individual, *deveriam ser incluídos em uma análise empírica de limitações centrais*, pois o que se observa em muitos estudos é que certos autores têm se preocupado somente com a autonomia agregada, enquanto outros, em estudos empíricos, tendem a examinar apenas a autonomia individual. Para Boyne, uma avaliação completa de autonomia local deveria examinar ambos os aspectos.

Esta revisão das teorias do governo local e do conceito de autonomia política local permite mapear, a seguir, parte da produção brasileira sobre o tema. Assim, pode-se agora perguntar por que caminhos andam as pesquisas sobre o papel e o grau de autonomia dos nossos municípios após a redemocratização.

#### **Abordagens Analíticas sobre o Governo Local no Brasil<sup>10</sup>**

Os estudos que tratam do papel histórico do governo e das políticas locais no Brasil tiveram início na década de 1930 e podem ser agrupados em três conjuntos. O primeiro enfatiza a hegemonia da política local e dos grupos privados na estrutura de poder no Brasil. Dentre os trabalhos que compõem este conjunto, destaca-se o estudo clássico de Victor Nunes Leal (1986), que focalizou o município para explicar o poder dos coronéis sobre a esfera local. Uma das grandes e inúmeras contribuições de Nunes Leal a esse debate foi ter diferenciado o município, como instituição, dos coronéis, os seus “patrões”, quando ambos eram até então tratados como um mesmo fenômeno.

O segundo conjunto é aquele que ressalta o papel principal que o governo central

sempre desempenhou na política brasileira. Nesse conjunto, o trabalho clássico é o de Raymundo Faoro (1958). O terceiro conjunto é composto por aqueles que argumentam que a polarização existente no debate central *vis-à-vis* o local era apenas aparente. Os autores desse grupo (Ames, 1987; Bursztyn, 1985; Medeiros, 1986 e Schwartzman, 1988) identificam uma forte interdependência dos níveis central e local, a qual gera uma mútua legitimidade, ou seja, ambos os níveis se apóiam para assegurar sua legitimidade. Souza (1997), embora reconhecendo essa interdependência, argumenta que ela está agora relativizada, devido à nova correlação de forças promovida pela redemocratização e pela descentralização ocorridas no país.

A redemocratização e a elevação do *status* jurídico, político e financeiro do município geraram uma proliferação de estudos sobre essa esfera de governo. Sem pretender mencionar toda a produção das duas últimas décadas, pode-se apenas afirmar que esses estudos caminharam por avenidas muito ricas e diversificadas. Existem trabalhos que enfocam o papel de partidos políticos mais progressistas na gestão da cidade (p. ex., Couto, 1995); ressaltam os constrangimentos à autonomia política local de muitos municípios brasileiros em função da heterogeneidade do país (p. ex., Souza, 1996, 1997); investigam a relação entre o governo municipal e seus legislativos (Andrade, 1998); analisam instrumentos como o orçamento participativo para a construção da cidadania (p. ex., Jacobi e Teixeira, 1996); chamam a atenção para o papel do município na chamada guerra fiscal (Melo, 1996); selecionam as “cidades que dão certo” (Figueiredo e Lamounier, 1996); e analisam as preferências alocativas dos municípios após a redemocratização (Rezende, 1997).<sup>11</sup>

Pelo fato de o Brasil ser um país marcado por fortes desigualdades econômicas, sociais e regionais, essas desigualdades resultam em um quadro de alta heterogeneida-

de, que se reflete, obviamente, nos governos locais. Assim, qualquer pesquisa sobre governo local que se faça em um país como o Brasil não pode prescindir de estudos empíricos. Somente estes, aliados a pesquisas comparativas, podem captar essa heterogeneidade e contribuir para as teorias e conceitos acima discutidos, os quais foram desenvolvidos em contextos de maior homogeneidade. Além do mais, estudos empíricos e comparativos são a base do reconhecimento de valores fundamentais pertencentes a cada comunidade e a cada governo, que os fazem diferentes entre si.

No entanto, se a produção nacional sobre os governos locais é ampla e diversificada, o mesmo não se pode dizer sobre trabalhos que “olham” o município com a preocupação de analisá-los a partir do conceito de autonomia política local.

Mas, a experiência brasileira pode ser ilustrativa da discussão acima apresentada sobre o conceito de autonomia, pelas seguintes razões. Primeiramente, a autonomia municipal sempre foi um tema que preocupou nossos juristas. Conforme Batley (1984), no Brasil, como em outros países latino-americanos, há um compromisso constitucional com o princípio da autonomia municipal. Esse compromisso implica, aparentemente, um papel forte e independente para o governo local. Analisando a posição dos municípios brasileiros no regime militar, Batley conclui que, naquele período, apesar das garantias constitucionais, o papel e a posição do governo local tinham mudado em resposta aos requerimentos do desenvolvimento econômico e às necessidades políticas do regime. Essas mudanças acarretaram restrições políticas impostas ao nível local pelo nível central, limitando sua autonomia. Apesar da existência de restrições financeiras, Medeiros (1986) demonstrou, no entanto, que os estados e municípios tiveram papel importante de legitimadores do regime militar no Brasil.

O governo local brasileiro é uma importante instituição política, sendo o município a mais antiga instituição que sobreviveu à Colônia. Além disso, os municípios brasileiros, especialmente após a Constituição de 1988, possuem uma margem relativa de liberdade para determinar a alocação de seus recursos próprios e para financiar e administrar seus recursos, refletindo em uma autonomia tributária. Esses municípios, também, fazem parte do pacto federativo junto com os estados, tendo constituições próprias (as leis orgânicas), o que aponta para uma relativa autonomia político-jurídica, especialmente se comparado com outros municípios de países em desenvolvimento.

Porém, apesar de sua importância como instituição política e sua relativa autonomia, nem todos os municípios brasileiros possuem condições econômicas capazes de prover, minimamente, as condições de sobrevivência de suas populações, necessitando, assim, de ajuda financeira externa. Ajuda financeira externa obviamente limita a autonomia política propriamente dita. Apesar disso, poucos estudos apropriam-se do referencial conceitual sobre autonomia política local para entender os constrangimentos existentes nesses milhares de municípios que lutam pela sobrevivência. Por outro lado, a utilização desse conceito também poderia ampliar o nosso entendimento sobre as causas das dificuldades por que passam os municípios melhor situados economicamente, tais como São Paulo.

### Considerações Finais

Entre os argumentos utilizados pelas teorias de base normativa para a defesa do governo local e da autonomia política, encontram-se as oportunidades que o mesmo oferece para a realização da democracia e da participação social; a distribuição de serviços de acordo com as necessidades locais, em razão de sua proximidade com a comuni-

dade; e a existência de um poder difuso em contrapartida ao poder centralizado. Esses argumentos, juntamente com os contextos econômicos, sociais e políticos existentes em cada país, motivaram uma ampliação da literatura sobre governo local, originando diferentes correntes teóricas e, conseqüentemente, diferentes visões sobre o papel dos governos locais. Já as abordagens teóricas baseadas em estudos empíricos constroem seus referenciais a partir de categorias correspondentes à realidade econômica, social e política de cada momento histórico, o que leva à conclusão de que a questão da autonomia política local será sempre dependente desses processos.

O tema da autonomia política local abarca significados diversos e até contraditórios. Enquanto uns visam à introdução de elementos privados no setor público, outros

estão interessados em ampliar a esfera de poder de decisão do governo e da sociedade locais.

A discussão sobre a autonomia local assume importância, não só pelos aspectos analisados acima, mas também para buscar entender melhor os problemas enfrentados pelos gestores das nossas cidades, assim como abrir mais espaço para pesquisas comparativas. Ademais, as pesquisas brasileiras, se baseadas nas construções teóricas e conceituais acima revistas, podem contribuir, com o viés da heterogeneidade, para aprofundar formulações teóricas construídas em países onde as desigualdades econômicas, sociais e regionais são menores do que no nosso.

*(Recebido para publicação  
em julho de 1999)*

#### Notas

1. No contexto deste trabalho, autonomia não é entendida, obviamente, no seu sentido literal, mas sim no sentido derivado da concepção do Estado como uma organização que, legitimamente, controla um dado território e um conjunto demográfico e que, por isso, pode formular e perseguir objetivos que não são simplesmente o reflexo das demandas de grupos de interesse ou de determinadas classes sociais. Como Skocpol (1995) nos ensina, autonomia é a capacidade dos Estados de implementar objetivos oficiais, especialmente em oposição aos interesses de grupos sociais poderosos ou quando circunstâncias socioeconômicas recalcitrantes assim exijam.
2. Alguns trabalhos realizados no Brasil aplicam a metodologia da pesquisa de lideranças (ou de elites) desenvolvida por Hunter. Ver, por exemplo, Daniel (1988), Medeiros e Souza (1993) e Reis e Cheibub (1996).
3. Para classificações diversas da aqui apresentada sobre as teorias do poder e do governo locais, ver Pickvance e Preteceille (1991) e Pierre (1990). Para uma excelente síntese das controvérsias teóricas sobre poder local, ver Castro (1988).
4. Pateman, citado por Goldsmith (1990), conclui que é difícil diferenciar se Stuart Mill foi realmente a favor da participação em nível local ou de um eleitorado "educado", melhor capacitado para apreciar o valor dos membros da elite local, que seriam escolhidos para os cargos públicos.
5. Saunders não se considera um autor marxista. No entanto, sua visão da política local, conforme acima explicitada, é eminentemente estruturalista. Ademais, autores como Pickvance e Preteceille (1991) argumentam que a tese sobre o Estado Dual ou a Política Dual tem um ponto de partida marxista.

6. Para um relato da experiência do governo local britânico nessa área, ver Bennet (1993).
7. A própria definição da arena onde a política local se materializa é controversa. Muitos autores relutam ou até mesmo rejeitam a expressão política local, preferindo política (no sentido de *politics*) urbana. Sobre esse debate, ver Cochrane (1996) e Dunleavy (1980).
8. Para uma aplicação desse conceito ao caso brasileiro, ver Blumm (1999) e Souza (1997).
9. Conforme Rhodes *apud* Pierre (1990), os estudiosos têm superestimado os aspectos institucionais das relações centro-local e subestimado a importância das redes verticais de relações que se estabelecem na esfera local.
10. Como mencionado anteriormente, esta seção busca situar o conceito de autonomia em relação aos trabalhos realizados no Brasil, não pretendendo discuti-lo frente aos demais conceitos a ele associados, como federalismo, descentralização, poder local, entre outros. Sobre a história do movimento municipalista no Brasil, bem como as controvérsias sobre o papel do governo local, ver Melo (1995).
11. A revista *São Paulo em Perspectiva*, 10(3), 1996, da Fundação SEADE, foi inteiramente dedicada ao tema do município e do governo local. Ver, também, Fachin e Chanlat (1998).

### Bibliografia

- Aguiar, Joaquim Castro  
1995 *Competência e Autonomia dos Municípios na Nova Constituição*. Rio de Janeiro, Editora Forense.
- Ames, Barry  
1987 *Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin America*. Berkeley, University of California Press.
- Andrade, Regis de Castro (org.)  
1998 *O Processo de Governo no Município e no Estado: Uma Análise a Partir de São Paulo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Batley, Richard  
1984 "Central-local Relations and Municipal Autonomy in Brazil". *Local Government Studies*, May/June, pp.51-67.
- Bennet, Robert  
1993 "O Desenvolvimento Econômico Local: Teoria e Prática no Caso da Grã-Bretanha". In: Lodovici, E. S. e Bernareggi, G. M. (orgs.) *Parceria Público-Privado*. São Paulo, Summus, volume II, pp. 9-78.
- Blumm, Márcia  
1999 "Autonomia Política Local: As Relações entre o Poder Executivo de Salvador e o Congresso Nacional, 1993 a 1996". Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, UFBA, Salvador, mimeo.
- Boyne, George. A  
1993 "Central Policies and Local Autonomy: The Case of Wales". *Urban Studies* 30 (1), pp. 87-101.

- Bursztyn, Marcel  
1985 *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Vozes.
- Castro, Maria Helena G. de  
1988 "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico". *BIB* 25, 1.º semestre, pp. 56-82.
- Cochrane, Allan  
1996 "From Theories to Practices: Looking for Local Democracy in Britain". In: King, Desmond e Stoker, J. (eds.), *Rethinking Local Democracy*. London: Macmillan, pp. 193-213.
- Couto, Claudio  
1994 *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Daniel, Celso  
1988 "Poder Local no Brasil Urbano". *Espaço & Debates* 24, pp. 26-39.
- Dowding, Keith  
1997 "Public Choice and Local Governance". In: King, Desmond e Stoker, J. (eds.) *Rethinking Local Democracy*. London: Macmillan, pp. 50-66.
- Dunleavy, Patrick  
1980 *Urban Political Analysis*. London, Macmillan.
- Fachin, Roberto e Chanlat, Alain (orgs.)  
1998 *Governo Municipal na América Latina: Inovações e Perplexidades*. Porto Alegre, Editora da Universidade/ Editora Sulina.
- Faoro, Raymundo  
1958 *Os Donos do Poder: A Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Editora Globo.
- Figueiredo, Rubens e Lamounier, Bolívar  
1998 *As Cidades que Dão Certo: Experiências Inovadoras na Administração Pública Brasileira*. Brasília, MH Comunicação.
- Goldsmith, Mike  
1990 "Local Autonomy: Theory and Practice". In: King, Desmond e Pierre, Jon (eds.) *Challenges to Local Government – Part 1 – Theoretical Perspectives*. London, Sage Publications, pp. 15-36.  
1996 "Normative Theories of Local Government: A European Comparison". In: King, Desmond e Stoker, J. (eds.), *Rethinking Local Democracy*. London, Macmillan, pp. 174-192.
- Gurr, Ted R. e King, Desmond  
1987 *The State and the City*. Chicago/London, University of Chicago Press/Macmillan.
- Hesse, J. e Sharpe, L. J  
1991 *Local Government and Urban Affairs in International Perspective*. Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft.

- Hunter, F.  
1953 *Community Power Structure*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Jacobi, Pedro e Teixeira, Marco A. Carvalho  
1990 "Orçamento Participativo: Co-Responsabilidade na Gestão das Cidades". *São Paulo em Perspectiva* 10 (3), julho-setembro, pp. 119-128.
- Jones, George e Stewart, J.  
1985 *The Case for Local Government*. London, George Allen & Unwin.
- King, Desmond e Pierre, Jon (eds.)  
1990 "Introduction". In: King, Desmond e Pierre, Jon (eds.) *Challenges to Local Government*. London, Sage Publications, pp. 1-14.
- Kuroda, Yasumasa  
1975 "Levels of Government in Comparative Perspective: Conceptual and Operational Considerations". *Comparative Political Studies*, 40 (3), pp. 430-440.
- Medeiros, Antônio Carlos de  
1986 *Politics and Intergovernmental Relations in Brazil, 1964-1982*. New York, Garland.
- Medeiros, Antônio Carlos de e Souza, Celina  
1993 "Gestão do Território versus Estrutura de Solidariedade e Autoridade". *Revista de Administração Pública*, 27 (3), julho-setembro, pp. 37-49.
- Melo, Marcus André  
1995 "Municipalismo, Nation-building e a Modernização do Estado no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 23, pp. 70-89.  
1996 "Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': Efeitos Perversos da Descentralização". *São Paulo em Perspectiva*, 10 (3), julho-setembro, pp. 11-20.
- Nunes Leal, Victor  
1986 *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil* (5.ª ed.). São Paulo, Ed. Alfa-Omega,
- Page, E. C.  
1982 "The Value of Local Autonomy". *Local Government Studies*, 8 (4), pp. 21-42.  
1991 *Localism and Centralism in Europe: The Political and Legal Bases of Local Self-government*. Oxford, Oxford University Press.
- Page, E. C. e Goldsmith, M. (eds.)  
1986 *Central and Local Government Relations*. London, Sage.
- Pickvance, Chris e Preteceille, Edmond  
1991 *State Restructuring and Local Power: A Comparative Perspective*. London, Pinter Publishers.
- Pierre, Jon  
1990 "Assessing Local Autonomy". In: King, Desmond e Pierre, Jon (eds.) *Challenges to Local Government – Part 1 – Theoretical Perspectives*. London, Sage Publications, pp. 37-54.

- Reis, Elisa P. e Cheibub, Zairo  
 1996 "Bureaucratic Elite, Political Culture and Democratization in Brazil". In: Asmerom, Haile K. e Reis, Elisa P. (eds.), *Democratization and Bureaucratic Neutrality*. Houndmills/Nova York, Macmillan/St. Martin's Press.
- Rezende, Flávio da Cunha  
 1997 "Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994)". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 40 (3), pp. 413-444.
- Roffman, Alejandro  
 1990 "El Proceso de Descentralización en América Latina: Causas, Desarrollo, Perspectivas". *Revista do CLAD*, pp.19-45.
- Saunders, Peter  
 1986 "*Social Theory and the Urban Question*" (2.<sup>a</sup> ed.). London, Hutchinson.
- Schwartzman, Simon  
 1988 "*Bases do Autoritarismo Brasileiro* (3.<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro, Campus.
- Skocpol, Theda  
 1995 "Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research". In: Skocpol, T. e Campbell (eds.), *American Society and Politics: Institutional, Historical, and Theoretical Perspectives*. Nova York, McGraw Hill.
- Souza, Celina  
 1996 "Reinventando o Poder Local: Limites e Possibilidades do Federalismo e da Descentralização". *São Paulo em Perspectiva*, 10 (3), julho/setembro, pp. 38-52.  
 1997 *Constitutional Engineering in Brazil: The Politics of Federalism and Decentralization*. London/Nova York, Macmillan/St. Martin's Press.
- Stoker, G.  
 1996 "Introduction: Normative Theories of Local Government and Democracy". In: King, D. Stoker, G. (eds.), *Rethinking Local Democracy*. London, Macmillan, pp. 1-27.
- Tiebout, C.  
 1956 "A Pure Theory of Local Expenditures". *Journal of Political Economy*, 64, pp.
- White III, Lynn T.  
 1976 "Local Autonomy in China during the Cultural Revolution: The Theoretical Uses of an Atypical Case". *The American Political Science Review*, 70, pp. 470-491.
- Wolman, H. e Goldsmith, M  
 1990 "Local Autonomy as a Meaningful Analytic Concept". *Urban Affairs Quarterly*, 26, pp. 3-17.

## **Resumo**

### *Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura*

O trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre autonomia política local, buscando contribuir para as pesquisas sobre municípios e governos locais que se realizam no Brasil. A partir da separação entre teorias normativas e empíricas sobre o governo local, o texto analisa o conceito de autonomia política local, bem como seus elementos, limitações e formas de mensuração. Argumenta-se que estudos e pesquisas baseados no conceito de autonomia política local podem contribuir para o melhor conhecimento da realidade local em um país marcado por heterogeneidades. Além do mais, a experiência brasileira também pode ser importante para “testar” teorias e conceitos elaborados a partir da realidade de países mais homogêneos.

**Palavras-chave:** governo local; autonomia local; administração pública local

## **Abstract**

### *Local Political Autonomy: A Review of the Literature*

This review of the literature on local political autonomy is meant as a contribution to the research on municipal and local government in Brazil. Based on the separation of normative and empirical theories of local government, the text analyzes both the concept of local political autonomy itself as well as its elements, limitations, and forms of measurement. It is argued that studies and research on this concept may contribute to a better understanding of local reality in Brazil, which is a nation characterized by heterogeneity. Moreover, the Brazilian experience may also be an important way of ‘testing’ theories and concepts developed within the reality of more homogenous countries.

**Keywords:** local government; local autonomy; local public administration



## Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional\*

Fabiola Rohden

### Introdução

Este artigo pretende analisar a produção de alguns autores brasileiros<sup>1</sup> que escreveram em torno da primeira metade do século XX sobre a formação nacional, seja a partir da constituição de um poder público ou de nossas origens quanto à família. O objetivo principal é trazer à tona o modelo de família que estão concebendo como fundamento da organização social da Colônia. A preocupação com as concepções de família não procura apenas a comparação de suas descrições, mas cumpre um outro propósito. Veremos que, para aqueles autores, a ordem pública no Brasil dos primeiros séculos só se sustentava pela sua relação com a ordem privada. Nesse sentido, tentar desvendar os princípios organizadores da família é também descortinar algumas indicações para a compreensão do que era a relação entre ordem pública e privada para os autores em questão.

Pretendo também demonstrar que, ao fazerem remissão a esses princípios organizadores, os autores estão concebendo o que poderíamos chamar de um código de orientação moral, um padrão de honra, que estaria operando na Colônia. Esse conjunto de valores hierarquizados, de orientações definidas pela sociedade, que regulam os compor-

tamentos de indivíduos e grupos, definiria a dinâmica social daquele período. A proposta, então, é fornecer indícios sobre esse código, esse conjunto de referências que aparece nas descrições dos autores tratados sobre a família colonial, e que nas suas análises governava também as origens de nossas relações políticas.

### Entre o Poder Privado e o Poder Público

Em um primeiro momento vou enfocar algumas concepções mais gerais dos autores, procurando identificar suas principais definições sobre a relação entre família e Estado ou privado e público. Sugiro que se pode falar em um diagnóstico mais geral que é comum a todos os autores. Trata-se da afirmação de que no Brasil colonial a família ocupava múltiplas funções, desde a base econômica, a organização social, até as relações políticas, em contraste com um Estado ainda inoperante ou ineficaz. É claro que o detalhamento de como se dava esse processo ganha cores diferenciadas entre os autores, e é isto que procurarei demonstrar, mas a questão mais geral lhes é comum. Por outro lado, as diferenças tornam-se mais claras quando se passa do diagnóstico para a ex-

\* Agradeço as sugestões e comentários de Moacir Palmeira à versão original deste trabalho.

plicação. Nesse caso, distintos fatores são evocados para preencher o modelo analítico de cada um. Um último plano seria o das proposições elencadas de acordo com sua compreensão sobre o melhor caminho para o desenvolvimento sociopolítico da nação. Este último não será objeto da análise feita aqui, na medida em que o que interessa mais diretamente é o quadro composto sobre um dado momento de nossa história. Vamos, então, a esse quadro.

Oliveira Vianna (1973) diz que nos primeiros séculos de nossa civilização o Estado pouco acompanhava a expansão territorial empreendida pelos colonizadores. Já a partir daí, tornou-se cada vez mais clara a distância entre poder privado governado pelos interesses particulares e poder público, estatal, no controle e administração do vasto território que se constituía. Esses colonizadores, agrupados em torno da família e de forma mais abrangente conformando os grupos ou clãs, através da unidade de produção doméstica caracterizada na grande propriedade rural, passam a edificar o que seriam as bases da estrutura social da Colônia. Para o autor, em função da capacidade de auto-subsistência e de uma produção econômica autonomizada, a grande propriedade é capaz de permanecer isolada e conter agrupadas em torno de si todas as outras relações sociais. Essa independência econômica exerce uma “função simplificadora” sobre toda a estrutura daquela população, restringindo a consolidação de um comércio mais amplo e o surgimento de uma classe burguesa, impedindo a instauração de um processo industrial e não dando chances para a formação de núcleos urbanos, o que poderia repercutir no surgimento de classes politicamente organizadas. Desse modo, o poder dos grandes senhores territoriais permanece quase absoluto, não encontrando restrições efetivas que lhe façam frente. Governa a família, os parentes, os escravos e a massa de trabalhadores livres que também são seus depen-

dentos. A estes, diante da inexistência de outras instituições que ofereçam algum tipo de garantia de sobrevivência e mínimos direitos de justiça e defesa, só cabe assegurar-se da proteção de um senhor rural. A solidariedade de clã é a única forma de organização social a que os indivíduos podem recorrer. A ausência do poder público faz com que Oliveira Vianna veja nos clãs territoriais e no poderio de seus senhores o meio que garantiu a difícil e precária estabilidade da Colônia, indicando assim que o poder privado assumia e cumpria as funções que idealmente seriam atribuídas ao poder público. Desse modo, aponta para o que nos interessa mais diretamente aqui, que são códigos morais baseados na família e no privado, gerenciando as relações públicas ou políticas.

Em *Casa-Grande e Senzala* Gilberto Freyre fornece elementos para se pensar a relação entre público e privado muito mais pelo lado de dentro, pelo lado da família. O autor compõe o que ele próprio chama de uma “história íntima”, redesenhando valores e costumes que cimentaram as relações sociais no Brasil colonial. Apesar de seu olhar para dentro, é também a família a grande responsável pela função de organização daquela sociedade. Seu predomínio como modelo fundamental de relações é tão englobante que estende seus princípios por todo o tecido social. Para ele, a casa-grande foi o “centro de coesão patriarcal e religiosa”. Essas unidades constituíam os “pontos de apoio para a organização nacional”. E, além disso:

“A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o *tigre*, a touceira de bananeira, o

banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo)” (Freyre, 1995, p. liii).

Diante de tão variadas funções, a família, encarnada na casa-grande, tinha mais poder sobre o território nacional do que qualquer outra instituição, mesmo o Estado, a quem os senhores de engenho afrontavam com facilidade, ou a Igreja, especialmente depois de vencidos os jesuítas: “Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a Colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos.” (*idem*, p. lvii)<sup>2</sup> E continuando: “A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres.” (*idem*, p. lii) Freyre mostra, assim, o grande alcance dos proprietários rurais como donos de tudo e fontes de poder.

Sérgio Buarque de Holanda não está interessado em discutir diretamente a relação entre família e Estado ou descrever apuradamente o modo de vida da família colonial brasileira. O que lhe preocupa é a formação do tipo social brasileiro, suas origens, suas características e seu comportamento social. E aí, neste plano, é que entram fundamentalmente os valores e costumes da família impregnados em todas as formas de relação social do brasileiro. O autor explica que desde a nossa herança ibérica vem a “cultura da personalidade”, a valorização da autonomia de cada homem e, em decorrência, a “frouxidão da estrutura social”, a “falta de coesão” que nos caracteriza (Holanda, 1984, pp. 4-5). Uma falta só suprida por uma solidariedade calcada nos sentimentos e não nos interesses. Nossas relações sociais são fundadas em uma base emotiva e foram as relações domésticas “o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (*idem*, p. 106). Esse excesso de privatismo, que caracterizou o Estado brasileiro no passado, quando diante das instituições públicas só pode ser prejudicial. Para o autor, a relação entre

família e Estado é de descontinuidade e oposição, marcando o contraste entre princípios institucionais diferenciados:

“O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século décimo nono. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução da Família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência” (*idem*, p.101).

Essa diferenciação nítida de princípios entre família e Estado também é explicitada por Nestor Duarte. Ocorre, principalmente, porque a ordem estatal tem por meta básica o exercício do poder de mando e governo, enquanto a família só o exerce secundariamente, em função de seus interesses próprios. A Igreja, que para Nestor Duarte (1966, p.14) aparece como uma força concorrente às outras duas, também só detém o poder em virtude da atividade religiosa e dos objetivos da comunidade eclesial, e não como um fim em si mesmo. Além disso, a família insere-se na ordem restritiva, do grupo fechado, exclusivista, enquanto o Estado pretende abranger o poder sobre todas as outras esferas sociais. Estado, Igreja e família têm naturezas diferentes, são movidos por princípios contraditórios — uma afirmação bem

distinta daqueles que percebem na integração das famílias um germe do Estado. E, em termos semelhantes ao texto de Sérgio Buarque de Holanda, a família concentra pessoas a partir do laço sentimental, antagonizando-se com o Estado:

“Em face do Estado, quando este a absorve ou limita a potestade doméstica, a família começa a desencadear uma força de resistência e de oposição. Porque o seu espírito é mais vivo e intenso do que o do Estado, com um fundamento sentimental que aquele desconhece, ela prepara e arma indisfarçáveis antagonismos à vida pública, opondo o homem privado ao homem público com tal sentimento dialético que os torna irreconciliáveis” (*idem*, pp. 15-16).

Esclarecido esse antagonismo, o autor passa a caracterizar a família da Colônia, levando em conta a origem portuguesa, eminentemente particularista e comunal, a organização econômica de “caráter feudal” e independente do Estado, e a grande extensão territorial. Mais uma vez é a família que assume e monopoliza todas as formas de relação social em função de sua capacidade de expansão e autonomia e da singular fraqueza do Estado. Enquanto a vida social da Colônia se define pelas “relações civis”, pelo “convívio do homem com o homem” e trocas particulares, o Estado permanece fraco, distante e incapaz de “treinar o indivíduo para os mistérios e os sentimentos próprios da vida pública”, largando-o à sua livre iniciativa (*idem*, p. 46). É bom chamar a atenção para o fato de que o que se opõe à ordem pública na Colônia não é simplesmente a família, mas toda uma complexa forma de vida social, representada nas disputas, conflitos, hierarquias, que vai além dos meros interesses individuais. É muito mais uma composição de interesses variados formando uma outra forma de ordem pública. Além disso, muitas vezes, o Estado torna-se mesmo desnecessário (Duarte, 1966, p. 59) já que a organização social é garantida pela ordem privada (*idem*, pp. 70-71), ou, então, faz alianças com

o poder privado, até se sujeitando a ele. É o que Nestor Duarte fala sobre a paz da Colônia, assegurada por um compromisso do Estado com a casa-grande:

“Ele lhe transfere o poder que pode transferir, consente que lhe retire quase toda a oportunidade de interferência no governo da Colônia, enquanto ela, por sua vez, o apoiará assim, porque de acordo com o sentido de seus interesses. [...] Mas a aliança que constitui esse notável equilíbrio da Colônia e que explica a sobrevivência de uma sociedade eminentemente fracionária e tão pouco solidária, batida de tantos contrastes, essa aliança é uma retirada do Estado da arena social, ou a sua sujeição integral aos interesses da casa-grande” (*idem*, p. 72).<sup>3</sup>

Um último ponto que merece ser incluído aqui é a própria referência de Nestor Duarte a alguns dos autores que estou tratando, do ponto de vista do sentido explicativo de suas obras. Afirmando a necessidade de explicitar as razões por que prepondera na sociedade colonial o privatismo como forma de organização social, diz que os autores não foram muito longe. Na sua opinião, Oliveira Vianna trata do problema sem ir a fundo, não sistematizando o fato dentro de seu estudo da sociedade brasileira. Já Gilberto Freyre teria centralizado sua obra na “história íntima” do brasileiro, sem notar as devidas repercussões que o familismo teve na história política da Colônia. Sérgio Buarque de Holanda teria o mérito de relacionar família e ordem pública e mesmo o de defini-las em termos de essências diferenciadas. Contudo, para Nestor Duarte, Holanda não chegou a sistematizar e alargar o problema, o que Duarte define como o objetivo central de sua obra, considerando especialmente o campo político.

O livro de Costa Pinto sobre lutas de famílias no Brasil, de certa forma, investe no aprofundamento da questão, pelo menos a partir de uma de suas expressões fundamentais. Trata dessas lutas considerando a relação entre a ordem privada e a ordem pública.

A partir de fatores já citados pelos outros autores, como a discrepância entre território econômico e território político e a importância da iniciativa privada na colonização do Brasil, revê a multifuncionalidade da família patriarcal, incluindo nela a função jurídica (Pinto, 1980, pp. 22-23). Para o autor, a organização social da Colônia caracteriza-se, entre outras coisas, pelo gerenciamento da ordem legal através dos julgamentos e sanções baseados nos clãs familiares e suas disputas, fazendo da vingança privada a principal forma de sanção do período. Posteriormente, há um momento de passagem gradual do governo da família para o do Estado sobre os conflitos, momento em que a vingança passa então a ser considerada como um crime. Isto quando o Estado ganha algum tipo de fortalecimento e sai da situação de subordinado ao poder dos potentados. Porque, nos primeiros séculos, apesar das tentativas de hierarquização e organização de órgãos, poderes, cargos e funções de governo, o que prepondera é o poder de mando das famílias:

“[...] o posso, quero, e mando dos potentados, o impulso natural de defesa da plebe rural que a leva a abrigar-se à sombra dos poderosos, a arbitrariedade e a venalidade, quando não a submissão dos magistrados aos donos da força, o isolamento das povoações, desorganizam a administração, obrigam-na a distender-se, dispersando-se, pela latitude imensa” (*idem*, p. 32, ênfases do autor).

Assim como para outros autores, o *pater-familias* era o ponto irradiador de “força estável” durante a Colônia, o que concentrava os laços sociais possíveis e existentes. Agora, ao que parece discutindo com Oliveira Vianna, Costa Pinto discorda que a ordem social conseguida na Colônia, carente de poderes institucionalizados ou formalizados, fosse decorrência da índole do povo brasileiro. Em lugar de qualidades morais, Costa Pinto (*idem*, p. 33) assegura que o que manteve algum controle sobre aquela socie-

dade foi o poder do clã patriarcal e especialmente o seu exercício da função jurídica.

Vale a pena incluir neste momento algumas observações de F. de Azevedo, especialmente pela sua capacidade de síntese dos argumentos em curso na primeira metade do século XX. Citando alguns dos autores já vistos, Azevedo insiste na família patriarcal como o alicerce do Brasil Colônia muito em virtude da sua capacidade de dilatar o seu poder, açambarcando outras organizações e tornando-as antagônicas e infensas ao Estado. A casa-grande, além de ser a expressão da ordem privada na sua persistência e solidez, significou também

“a tendência, característica do patriarcalismo, de absorver e confundir as funções sociais que, só por um longo processo, acabaram por diferenciar-se, deslocando-se da órbita de sua atração” (Azevedo, 1948, p. 66).

Abrigava um poder de coesão social que por força de sua ênfase particularista se contrapunha a um poder público unificado. E mais do que isso, representava um poder com peso diferenciado daquele do Estado. Enquanto este era “longínquo e vacilante”, aquela se desenvolvia com “uma força caudalosa” (*idem*, p. 68). A vida pública não era nada além da extensão da vida doméstica, centrada no poderio dos senhores locais, com base nos latifúndios e na família patriarcal. F. de Azevedo chega mesmo a dizer que cada família era um Estado dentro do Estado:

“Quanto mais sólida a consistência da família patriarcal e quanto maior o seu poder econômico, tanto mais forte a tendência de se concentrar cada uma delas num Estado dentro do Estado” (*idem*, p. 78).

O que esses autores nos trazem de comum, então, é uma organização pública ou uma ordem social do Brasil na Colônia baseada na preponderância da família sobre o poder público institucionalizado. Cabe agora verificar de que família estão falando, como se apresenta, em que bases, qual a sua orga-

nização interna, quais os valores que está emprestando ao espaço público.

### A Família Patriarcal

Passo agora para uma análise da descrição que esses autores fazem sobre a família patriarcal e suas relações internas e externas, procurando identificar alguns princípios fundamentais que organizam a ordem privada da sociedade colonial, uma ordem que em muito ultrapassa o seu domínio, chegando até outros lugares sociais, como o espaço público ou a relação com o próprio Estado. O que vimos até agora foi o intercurso do público com o privado constituindo a organização colonial. O que é preciso definir melhor é qual o conteúdo dessa relação — aqui estamos lidando com a concepção de um código de valores que organiza uma sociedade. Nesse sentido, é possível sugerir que esses autores estão descrevendo ou conformando, através de suas interpretações, um determinado padrão de honra em voga naquele momento histórico.<sup>4</sup> O que pretendo é destrinchar o conteúdo e o modo de operação desse código tal como se apresenta nas definições sobre família patriarcal nos autores escolhidos, procurando assim novas pistas para o entendimento da relação entre público e privado que aparece no debate sobre a Colônia e a formação do Estado no Brasil.

A importância da família patriarcal no modelo explicativo de autores que estão pensando a formação política do povo brasileiro, como Oliveira Vianna e Nestor Duarte, é bastante evidente. As indicações a respeito são tão abundantes quanto na obra de autores que pretendem pensar mais diretamente a família, como é o caso de Gilberto Freyre e Antônio Cândido, por exemplo. Em geral, os principais pontos são comuns: a dominação do senhor de terras sobre mulheres, filhos, agregados, escravos, parentes; uma moral sexual distintiva para homens e mulheres,

dando liberdade aos primeiros e reclusão às segundas; dependência dos não-proprietários; solidariedade social baseada no grupo familiar etc.<sup>5</sup> E como as definições de Freyre e Cândido são mais conhecidas, vou optar por citar uma passagem de Willems que resume o modelo de família patriarcal descrito por viajantes estrangeiros:

“O namoro é estritamente vigiado pela família, que controla, corporativamente, a conduta de seus membros. É difícil a um moço e uma moça conhecerem-se bem antes do casamento porque em geral não podem estar sós desacompanhados.<sup>6</sup> Depois do casamento o marido assume o papel de pai autoritário e dominador. Não se espera que as mulheres casadas sejam companheiras para seus maridos, mas sim que se tornem mães devotadas e boas donas de casa. Vigiadas por pais zelosos e por esposos ciumentos, as mulheres brasileiras são levadas a ajustar-se a uma vida doméstica reclusa, limitando-se, além disso, a tomar parte nas atividades religiosas da comunidade. Aos homens se permite que gozem de todas as liberdades que desejarem. Pelo chamado *padrão duplo de moral sexual* é socialmente aceitável que o homem tenha relações sexuais adúlteras ou pré-maritais enquanto que não se perdoa a mulher que a elas se entrega em condições idênticas. Finalmente, a família brasileira é caracterizada como grupo complexo e consanguíneo, mais do que como grupo conjugal, o que pode ser ilustrado pelo fato que mesmo parentes não muito próximos são unidos por forte sentimento de solidariedade” (Willems, 1954, p. 328, ênfases do autor).

Esta passagem remete a dois pontos importantes: à estruturação das relações da família em termos de casamentos, parentes e agregados; e às diferenças de gênero e à moral sexual. Vamos ao primeiro ponto.

F. de Azevedo (1948, pp. 67-68) resume bem a apresentação de pesquisas anteriores sobre o domínio da casa-grande e do *pater familias* sobre os outros membros do grupo social. O poder dos aristocratas rurais transbordava os laços de parentesco mais próximos para chegar até escravos e agregados, constituindo uma única unidade de pos-

se do patriarca. Segundo o autor, o poder despótico exercido pelos senhores de engenho sobre a mulher, os filhos, parentes, agregados e escravos só variava em termos de grau, mantendo a mesma essência e atingindo até mesmo os homens livres. Oliveira Vianna (1973, pp. 147-148) afirma que em função da ausência de qualquer outro tipo de solidariedade como a de classe ou a parental, a esses homens livres só restava aderir à solidariedade de clã e à dependência de algum potentado rural. Para Nestor Duarte o ambiente era propício para que a família colonial fosse o centro de poder, inclusive só se abrindo para uniões com outras famílias. Segundo ele, as ligações entre os parentes definiam os modos de relação interna e externa à família:

“Nesse meio, ela pode crescer e estender-se sem perigo de intercâmbios e reações com outras massas ou agrupamentos, como verdadeira autarquia fechada. Só o laço parental e doméstico definia e resumia a cooperação econômica e social. A senzala e o escravo ainda são termos da comunhão doméstica. Endogamiza-se quase e só se estende para alargar a cooperação até outra família, pelo laço parental dos casamentos cruzados, na tendência em fundir-se numa só, ainda maior e numerosa, para dar lugar a verdadeira tribo de coesão por parentesco” (Duarte, 1966, p. 68).

Já A. Cândido define a organização da família patriarcal pela sua divisão em uma dupla estrutura. A falta de mulheres brancas, o conseqüente concubinato e, principalmente, o grande número de filhos ilegítimos dos senhores rurais, que poderia colocar em perigo a solidez da família do ponto de vista de “*status* e acomodação social”, levou-os a adotar a manutenção de dois núcleos distintos: o central, irradiador de seu prestígio e poder, e o periférico, lugar de relações abertas. O primeiro era composto pela mulher e filhos legítimos e o segundo, nem sempre bem delineado, por escravos, agregados, mestiços, as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos. Desse núcleo, do qual

o proprietário rural era o senhor absoluto, derivavam os processos de socialização e integração dos membros, especialmente marcados por rígidas distinções hierárquicas. É o caso dos tratamentos de pai e mãe por *Senhor* e *Senhora* ou dos pedidos de benção incorporados ao cotidiano (Cândido, 1951, p. 294). De fato, a dominação do pai no gerenciamento da vida dos filhos é um ponto comum. Pode ser observada também nessa passagem de Oliveira Vianna, onde se nota inclusive uma simpatia do autor com a capacidade educadora e também estabilizadora do patriarca:<sup>7</sup>

“É imensa a ação educadora do *pater familias* sobre os filhos, parentes e agregados, adscritos ao seu poder. É o *pater familias* que, por exemplo, dá noivo às filhas, escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. Por esse tempo, os filhos têm pelos pais um respeito que raia pelo terror. Esse respeito é, em certas famílias, uma tradição tão vivaz, que é comum verem-se os próprios irmãos cadetes pedirem a benção ao primogênito. Noutras, as esposas chamam *senhor* aos maridos, e esses *senhoras* às esposas. O sentimento de respeito aos mais velhos e de obediência à sua autoridade tão generalizado outrora no nosso meio rural, é também uma resultante dessa organização cesarista da antiga família fazendeira” (Vianna, 1973, p. 54).

Para Oliveira Vianna (*idem*, p. 53) a estabilidade conseguida com esse tipo de gerenciamento dos laços privados faz da família fazendeira “a mais bela escola de educação moral do nosso povo”, perpassando seus valores do círculo mais fechado a outros grupos que lhe cercam. É nesse contexto que se forma o elemento nacional mais nobre e legítimo na opinião do autor, o homem do cam-

po, o matuto, moldado em costumes rústicos e austeros. Na descrição de suas qualidades podemos ver nada mais do que a conjunção de certos predicados conformando um código de valores morais, um padrão de honra:

“Há, entretanto, certos sentimentos e certos preconceitos — índices infalíveis de nobreza moral — que têm para esses desdenhados matutos uma significação medievalmente cavaleiresca. O respeito pela mulher, pela sua honra, pelo seu pudor, pela sua dignidade, pelo seu bom nome, por exemplo. Ou o sentimento do pundonor pessoal e da coragem física, que faz com que o matuto, ferido na sua honra, desdenhe, como indigno de um homem, o desagravo dos tribunais e apele, de preferência, como nos tempos da cavalaria, para o desforço das armas” (*idem*, p. 55).<sup>8</sup>

Continuando, Oliveira Vianna (*idem*, p. 55) ainda define as quatro qualidades que caracterizariam o matuto ou que “constituem o mais genuíno florão da nossa nobreza territorial”: a fidelidade à palavra dada, a probidade, a respeitabilidade e a independência moral. Quanto à primeira, descreve que para o homem colonial honrado, a observância à palavra dada vale muito mais que o registro do tabelião. Essa qualidade foi herdada tanto dos brios dos antepassados quanto é fruto do amoldamento ao meio rural, especialmente porque é um ambiente em que todos os similares em honra se conhecem, não havendo lugar para um senhor que falte com suas promessas.<sup>9</sup> Da probidade, o autor se resume a remeter à sua origem lusa e ao aprimoramento no ambiente rural — dualidade de causas recorrente — mesmo entre pobres e deserdados. Quanto à respeitabilidade, descreve que é pela condição social de muita visibilidade e destaque e por ocupar a posição de chefe que o senhor rural mantém sua força moral, sua característica de homem grave:

“Essa constante vigilância da sociedade não lhe permite condutas menos decentes, ou me-

nos airosas; obriga-o moralmente a vestir a sua atitude sob maneiras discretas e contidas, sóbrias e moderadas, de modo a manter, inquebrável, a linha da sua ascendência sobre os que o cercam” (*idem*, p. 57).

Uma atitude que vai ser reconhecida e apurada pela própria metrópole que brinda esses cavalheiros com títulos e condecorações.<sup>10</sup> E, por último, a qualidade da independência moral. Quanto a este predicado, Oliveira Vianna acrescenta além do “sangue peninsular” a fortuna e riqueza excepcionais proporcionadas pelos grandes latifúndios, o que acostumou os seus senhores a um sentimento de orgulho, sem lugar para servilismo, mesmo que fosse ao monarca. Conservam respeito ao Rei, mas sem humildade já que “não está na sua índole a obediência do cortesão” (*idem*, p. 59).<sup>11</sup>

Já citei o caráter geral da dominação dos senhores rurais, especialmente definida na educação de seus filhos, o que nos termos de Oliveira Vianna deve contribuir para conformar um homem honrado, senhor de suas posses e atitudes. Cabe voltar agora às mulheres, outro grupo diretamente subjugado aos patriarcas e decisivamente influente na manutenção de sua honra e na estabilidade da família rural. Nestor Duarte nas suas considerações sobre a família brasileira preocupa-se em definir a condição de inferioridade e sujeição da mulher na família colonial:

“Como família que já vinha formada pela época, sob o império do homem ou dos homens como centro da associação, ela por isso exaltou a autoridade do marido, chefe indisputado, austero e orgulhoso, a mandar as mulheres, relegadas para a copa e para a cozinha, numa situação de quase menores e assim tratadas, como aos filhos, sob absoluto rigor e desprezo” (Duarte, 1966, p. 68).

Gilberto Freyre trata desse assunto com bastante cuidado. Dedicou inúmeras páginas à descrição da vida das mulheres coloniais, especialmente marcada pela reclusão ao mundo doméstico e às casas-grandes (1995, p.

339) e pelo vigiar constante dos pais e maridos visando guardar o valor fundamental de sua honra, a virgindade (*idem*, p. 346). Em *Sobrados e Mucambos* define as diferenças entre os sexos, entre o total poder dos maridos e a submissão das esposas – em termos de um duplo padrão de moralidade. Afirma o caráter geral da exploração da mulher pelo homem, particularmente nas organizações de tipo patriarcal-agrário, às quais é conveniente uma extrema diferenciação entre os sexos. E continua:

“Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino.

O padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, num tipo de sociedade Católica como a brasileira, ao contato com o confessor” (Freyre, 1968, p. 93).<sup>12</sup>

A. Cândido também faz referência a duas esferas complementares de atribuições masculinas e femininas e sugere que é a partir dessa relação que se deve pensar o papel das mulheres na sociedade patriarcal brasileira. O *status* dessas mulheres deve ser observado pela função específica que ocupavam na manutenção da estrutura familiar e não por uma comparação imediata com a posição do marido. Isto seria produto de uma dual situação cultural e social que produz as diferenciações que mantêm a estabilidade do grupo:

“Trata-se de duas esferas complementares, cada qual com seu *ethos* mais ou menos diferenciado em relação ao da outra, amiúde em conflito, mas geralmente suportando-se mutuamente na manutenção de um equilíbrio sociológico

considerável” (Cândido, 1951, pp. 295-296, tradução do autor).

Apesar de concordar com a tese do duplo padrão de comportamento atribuído aos gêneros, A. Cândido distingue-se de G. Freyre especialmente por colocar nuances no seu modelo de família patriarcal. Apoiando-se mais em dados do sul do país, em contraste com o Nordeste descrito por Freyre, tenta relativizar o modelo de família deste. No caso do papel das mulheres, parece haver um desses momentos de singularização. Para A. Cândido é preciso reconsiderar a imagem de absoluta submissão da mulher na família patriarcal. Na sua opinião, provavelmente, “os escritores” têm exagerado ao defini-la como uma pessoa sem autonomia diante da prepotência do marido. Afirma que a esposa deveria ter um papel central no grupo doméstico:

“À luz da formação social no Brasil meridional, ao menos, a realidade não se adequa a essa imagem. Ainda que submetida ao marido e devendo-lhe grande respeito, e mesmo que condenada pelos costumes a um sistema de reclusão, o fato é que na condução dos assuntos domésticos a mulher desempenha papel tal que não se pode pensá-la desprovida de capacidade de comando e iniciativa” (*idem*, p. 295, tradução do autor).

Na divisão de tarefas cabia à esposa dirigir o trabalho dos escravos na cozinha, tecelagem e costura das roupas para a casa, supervisionar os trabalhos de bordados e outras artes manuais, providenciar comida, cuidar de crianças e animais domésticos, cooperar com o marido na abertura de novas fazendas, dirigir as atividades comemorativas que reforçavam as relações de parentesco etc. Um universo cultural e social próprio que não combina com a passividade e indolência atribuídas às mulheres da época. Segundo o autor, algumas vezes, essas esposas se convertiam em verdadeiras líderes, em face da perda ou incapacidade do marido para administrar a propriedade. E exer-

ciam com vigor a sua posição de chefes de família. Além disso, a própria liberalidade sexual do marido é relativizada por Cândido. Segundo ele, as mulheres eram bastante ativas nas represálias aos maridos infiéis, frequentemente recorrendo ao auxílio dos seus parentes masculinos, o que teria exigido do senhor rural técnicas institucionalizadas de transgressão que mantivessem algum respeito pelas aparências.

F. de Azevedo também descreve a mulher colonial em termos de uma “matrona autoritária”, que na faixa dos quarenta anos exerce todo o seu mando no castigo a mucamas, moleques e outros subordinados. Contudo, explica essa situação por uma reação da mulher ao excesso de dominação que a subjugava. Essa sua rispidez é quase inocentada pelo autor que a trata como uma reação natural e inconsciente diante das humilhações sofridas. Ao lado dessa reação de defesa que recai sobre filhos e escravos, só resta à mulher a força que detém pela capacidade de sedução, supervalorizada pelo autor:

“Sob o império do homem, na família patriarcal que lhe atribui, com o mando e a dignidade de chefe, a posição privilegiada de senhor, como marido e pai, a condição de inferioridade da mulher, rebaixada no conceito e no tratamento, senhora e dona de casa em relação aos filhos e à famulagem doméstica, mas quase escrava em face do senhor feudal, não se tempera nem se ameniza senão pelos seus instintos de reação e defesa e pelo poder de sedução com que, em qualquer regime social, acaba às vezes por submeter o homem à sua vontade, arrancando-lhe das mãos a autoridade e o bastão de comando [...]” (Azevedo, 1948, p. 67).

Aos olhos de Nestor Duarte (1966, p. 78) não havia muito espaço para reações femininas, já que à mulher era negada qualquer possibilidade de iniciativa e liberdade. Mais do que isso, diante de uma moral sexual de profunda desigualdade, ela só não se sentia mais aviltada porque se conformava, aceitando a legitimidade dessa moral (*idem*,

p. 79). Sua única possibilidade de fuga, ou pelo menos de conforto, era encontrada na Igreja, que a tinha, ao lado dos filhos, como focos privilegiados de inserção. Essa referência a uma moral sexual e ao papel da Igreja merece ser tratada com mais vagar.

### A Importância da Igreja

A Igreja, na opinião de Nestor Duarte (*idem*, p. 80) um poder concorrente com a família e o Estado, desde o início da Colônia investiu em uma aproximação cuidadosa com a família patriarcal. Pela natureza despótica do grande proprietário, menos afeito à submissão religiosa, sua estratégia foi a conquista da educação das crianças e do governo do comportamento feminino, dois centros mais predispostos à sua influência moral e pedagógica. Assim, conseguiu estender-se pela ordem privada e por toda a sociedade colonial, adaptando-se à hierarquia familiar sem conflitos com os senhores rurais.

F. de Azevedo também fala dessa capacidade de penetração da Igreja no mundo privado através de mulheres e crianças. À Igreja interessava a aliança com a ordem familiar, mas na sua paciência habitual, sabia que o melhor caminho não era forçar a sujeição do grande patriarca. Apresentou-se como a educadora de filhos e mulheres, passando a eles todos os sentimentos de respeito ao senhor e apego à propriedade que eram caros à família, ao mesmo tempo que pôde transmitir sua doutrina sem problemas. Educou o filho-herdeiro, com ares de gravidade, espírito de honra, capacidade de mando, e também o filho-padre que ia para seminário, e o filho-doutor, estudante em Coimbra. As mulheres, ainda crianças, também aprendiam pela voz do padre o respeito ao seu senhor. O capelão da fazenda, aliado ao senhor rural,

“era também o padre-mestre, que incutindo nas crianças de um e outro sexo, o respeito à autoridade paterna, a docilidade e a submissão,

as ia subordinando tanto à religião que professavam, como à estrutura social que a enquadrava e que a servia a capela de engenho” (Azevedo, 1948, p. 70).<sup>13</sup>

A qualidade de aliada do senhor rural que a Igreja ocupava nesse momento tinha como um de seus aspectos principais o relaxamento de uma moral sexual mais austera. Segundo Gilberto Freyre (1995, p. 355) essa flexibilidade do catolicismo que aqui herdamos já tem origem em Portugal. A Igreja já acompanhava a capacidade desbravadora do português e seu desprendimento sexual, com uma moral mais frouxa e permissiva. Aqui na Colônia, isso vai ser ainda mais agravado já que a Igreja fica incorporada na propriedade patriarcal. A capela de engenho é propriedade do senhor rural, fato que simboliza bem a necessidade de permissão dos proprietários para sua entrada no mundo colonial. Esse contexto se traduz na conformação de um cristianismo mais doce, mais íntimo, de maior aproximação entre santos e pessoas.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo também se coaduna com a maior liberdade sexual dos homens e com a restrição das mulheres. Embora oficialmente a Igreja proíba o sexo fora do casamento, na prática da Colônia fez vista grossa às aventuras dos grandes senhores.

Além disso, a capacidade de penetração da Igreja na vida íntima da Colônia fez com que seu poder fosse muito mais longe. Ela aparece como aquilo que dá a cimentação da sociedade colonial tanto em Gilberto Freyre (*idem*, p. 30) quanto em Nestor Duarte (1966, p. 50), por exemplo. Este último, aliás, confere um papel especial à Igreja na relação entre interesses públicos e privados. Já em Portugal, Nestor Duarte (*idem*, pp. 8-9) localiza o poder eclesial como concorrente e mesmo superposto ao Estado e afirma que no período da descoberta as dioceses é que governavam o povo português, mais que qualquer outra instituição. A Igreja também se apresenta como menos repulsiva ao individualismo anárquico característico das co-

munas, porque se aproxima muito mais do caráter sentimental que dá sustentação a esses grupos, assim como o sentimento produzido pelo pertencimento à família, e distante daquele exigido para o enquadramento a uma ordem pública institucionalizada, estatal (*idem*, p. 16). Já no Brasil, foi a Igreja, e não o Estado, que soube penetrar mais fundo nas almas dos colonos, dando a unidade daquela sociedade:

“Como conviria ao espírito da época, agravado na índole da sociedade portuguesa, era em nome da Igreja, da sujeição moral religiosa, que se procurava fundir e caldear a sociedade colonial. Sentimento coletivo era o religioso, como religiosa a mística coletiva que poderia imprimir um certo sentido de unidade ao homem e a seu grupo aqui formado” (*idem*, p. 50).

Nestor Duarte (*idem*, p. 51) acrescenta que se formava menos um cidadão do Estado do que “um crente mobilizado sob a bandeira de Cristo.” A Igreja, ao dar as bases para a solidariedade colonial, não pretendia dar súditos ao Rei, formar cidadãos, mas catequizar possíveis crentes para o seu rebanho.<sup>15</sup> Fala mesmo em um “dualismo jurisdicional” entre Igreja e Estado, que discutem competências e disputam poderes, expressando nada mais do que instâncias concorrentes (*idem*, pp. 51-52). Além disso, representa “a única ordem que consegue, por vezes, preencher o espaço vazio entre a família e o Estado no território da Colônia” (*idem*, p. 76), uma característica expressa muitas vezes na sua capacidade de mediadora de conflitos. É o que mostra Costa Pinto ao descrever suas intervenções nas lutas entre famílias. Lutas que só fazem sentido na medida em que é fundamental para a sociedade da Colônia a relação entre grupos ou clãs. É preciso primeiro traçar algumas considerações sobre como os autores tratados têm descrito as relações entre essas unidades, para depois falar de suas disputas, sempre lembrando que essas relações são o tipo fundamental de sociabilidade pública existente naquele período.

### As Relações entre Clãs ou Grupos Familiares

Oliveira Vianna dedica boa parte de seu trabalho a descrever o que chama de clãs rurais, uma descrição da unidade grupal calcada na propriedade territorial autônoma, que nas suas bases vai ser reproduzida por outros autores. Já quando apresenta a psicologia do tipo rural, fala na importância desses grupos familiares, especialmente pela estabilidade que refletem e pelo conhecimento mútuo que os liga, mesmo que isso signifique relações pacíficas ou violentas:

“Essa estabilidade dos grupos familiares superiores permite que se forme, no meio rural, uma trama de relações sociais também estáveis, permanentes e tradicionais. Esses grupos se conhecem mutuamente nas suas qualidades, gênios, tendências e idiosincrasias, ou tradicionalmente se odeiam” (Vianna, 1973, p. 53).

Mas, é quando define a gênese e espírito dos clãs que Oliveira Vianna aprofunda suas considerações. Afirma que nosso clã rural foi tão importante que se constitui na principal força motriz de nossa história política. Inclui não só a dimensão mais beligerante, aquela das disputas, mas também uma mais pacífica, a agregação do povo da Colônia sob a proteção do proprietário de terras. Explica que a natureza dessa capacidade não está em razões econômicas, militares ou religiosas, mas sim na necessidade de proteção daquela população indefesa diante da “anarquia branca”, reproduzida em diversas formas, como a inoperância da Justiça, sua parcialidade e facciosismo. Além dos magistrados, o poder dos senhores faz dos capitães-mores e das próprias Câmaras Municipais lugares onde reina majestosa a sua vontade (*idem*, pp. 139-143). Às classes rurais inferiores só resta a dependência da nobreza rural, expressa pelo autor como “patronagem política” (*idem*, p. 148). Aqueles que não têm terra, escravos, capangas, prestígio podem ser considerados estando fora da lei da Colônia, sem amparo ou defesa de

nenhuma instituição, completamente sujeitos aos caudilhos locais (*idem*, p. 151).

Essa capacidade de ligação entre a nobreza rural e as classes inferiores é um dos aspectos que a solidariedade social adquire para Oliveira Vianna. O outro é a falta de uma associação mais extensa que congregue grupos sociais. E aqui apresenta um sentido negativo. Para o autor, não há na Colônia elementos externos (como a possibilidade de ataques inimigos) que promovam a união entre grupos familiares. Ao lado da completa autonomia da produção agrícola e da unidade doméstica rural, nada obriga à necessidade de parcerias entre os colonos. Pode-se falar na preeminência de uma solidariedade de tipo vertical entre senhores e seus dependentes, mas na ausência de uma solidariedade de tipo horizontal que tramasse uma rede de relações mais densa e ampla.

Apesar de Oliveira Vianna (*idem*, pp. 156-158) dizer que não existiam muitas formas de cooperação entre os grupos, mas apenas rudimentos de sociabilidade, seu próprio material provoca dúvidas. Quando, por exemplo, descreve as disputas entre famílias, as competições por assumir as Câmaras Municipais ou os postos de funcionários oficiais, como juízes e capitães-mores, está mostrando que havia sim um circuito de relações sociais e políticas entre os grupos. Pode-se sugerir que, pelo menos a partir dos casamentos, a rede de relações formada entre parentes constituía algum tipo de liga social entre as famílias coloniais, uma forma de associação que não se restringia meramente ao privado mas que povoava as próprias relações públicas. Mais uma vez volta-se à temática da ordem privada ocupando o espaço público. Tanto Nestor Duarte quanto A. Cândido falam de como os laços parentais sustentavam as relações sociais da Colônia. A. Cândido (1951, p. 304) chega a dizer que é graças ao sistema de parentesco que os grupos autônomos formavam redes coesas de cooperação. Os casamentos tinham aí papel

fundamental. Eram o que mantinha a unidade do grupo em termos econômicos, privilegiando parceiros endogâmicos e assim não fracionando a propriedade, ao mesmo tempo que representavam a possibilidade de coesão e relação com outras famílias, sempre do mesmo nível.<sup>16</sup>

Para F. de Azevedo os entrelaçamentos de famílias ou engenhos contribuía para solidificar a união no interior de cada grupo doméstico e entre grandes famílias, o que acontecia especialmente através dos “perigosos” casamentos endogâmicos, uma forma de manutenção e ampliação da riqueza:

“A preocupação de alargarem o latifúndio, com o acréscimo de novas terras, e defenderem, através de gerações, os patrimônios acumulados, e ainda o próprio orgulho da aristocracia territorial, tendiam a favorecer, nesses círculos fechados, os casamentos, no interior da classe (endogamia), entre parentes ou consanguíneos, de tios e sobrinhos e de primos irmãos, com que tantas vezes, para a conservação de bens e de nobreza, se estiolavam, pelo aumento de taras velhas, famílias patriarcais” (Azevedo, 1948, p. 78).

Gilberto Freyre (1995, p. 342) também retrata os casamentos entre o grupo de parentes como uma forma de garantir a não dispersão dos bens das famílias e manutenção da pureza do sangue aristocrático. Vale chamar a atenção aqui para essa importância do sangue como atributo que simboliza a ascendência nobre ou legítima do grupo. A pureza do sangue é comumente associada à manutenção da honra da família, à sua distância social de classes inferiores e à manutenção de prestígio.

Outro aspecto importante que aparece a partir da descrição dos casamentos se refere à quase inexistência da possibilidade de escolha individual de parceiros. Ademais, o indivíduo não tem vez diante do encompasamento da família, sendo a manutenção do grupo o objetivo prioritário, e no momento da escolha do cônjuge o que deve prevalecer é a sabedoria e experiência dos mais ve-

lhos, mais aptos a reconhecerem os parceiros em condições de reforçar a estrutura coletiva.<sup>17</sup> A. Cândido (1951, pp. 297-298) sugere que o casamento era considerado um ato tão importante que não era conveniente largá-lo à vontade individual ou à satisfação de necessidades afetivas e sim deixar o grupo fazer as escolhas.

F. de Azevedo refere-se ao pouco valor do indivíduo já quando trata das vinganças privadas. As leis e os costumes patriarcais implicados nesses fenômenos estariam menos dedicados a preservar o orgulho masculino do que a manter a solidez do grupo:

“Quer se vinguem, para sustentarem os seus, quando vítimas da ofensa, quer transijam, fechando os olhos aos agravos, não consultam senão suas paixões e os interesses, não propriamente do indivíduo, mas da instituição. Por toda a parte, em que o latifúndio, com base escravocrata, favoreceu esse tipo de organização familiar, manteve-se obstinadamente a responsabilidade coletiva, que prevalece a responsabilidade pessoal, avocando-se à família o julgamento e a punição, pela vindita privada” (Azevedo, 1948, p. 80).

Mas, que lutas eram essas? F. de Azevedo diz que embora os laços entre as famílias, através do casamento, representassem pontos de união, muitas vezes se convertiam em lutas, manifestadas em ódios e represálias ou mesmo em vinganças violentas. Uma razão freqüente das brigas era a econômica, a disputa por terras. Contudo, a história dessas lutas revelaria que seus principais motivos eram as chamadas “*questões de honra*, de fundamento psico-sexual, tanto mais violentas quanto mais rigorosa a disciplina moral imposta às mulheres” (Azevedo, 1948, p. 78, ênfases do autor).<sup>18</sup> O autor ainda acrescenta:

“De fato, se considerarmos, de um lado, o lugar cada vez mais importante dado ao amor físico e o número reduzido de mulheres brancas, e, de outro, a concepção quase feudal de honra e o papel da severidade de costumes na conservação das forças que fundamentam a coesão social, será fácil compreender a extre-

ma violência que por vezes assumiam as lutas por questões de família, nos engenhos, nas cidades e, particularmente no sertão" (*idem*, pp.78-79).

A. Cândido (1951, p. 295) traz alguns exemplos que ilustram a onipotência da autoridade patriarcal no julgamento e punição de casos em que estava em jogo a honra do grupo doméstico. Contudo, é Costa Pinto (1980) que descreve com mais vagar as lutas privadas, já que dedica um livro a este tema. É interessante que sua primeira preocupação é exatamente a de definir em termos teóricos e de comparação com outras sociedades a função das lutas de família e vingança privada, para só em um segundo momento apresentar a realidade brasileira e alguns casos paradigmáticos. Na discussão mais teórica, o autor esclarece que as lutas entre famílias e a vingança privada são formas características de dar um sentido à vida social, em sociedades que ainda não evoluíram até a conformação de um Estado independente e que assuma inclusive a função jurídica. Nesse caso, em virtude da hipertrofia das funções familiares, as formas de sanção e resolução de conflitos ainda permanecem sob o juízo da família. A presença de uma sociedade de parentes é condição fundamental para o aparecimento da vingança privada. E há uma estreita relação entre essa forma de conduta e a solidariedade da família, já que o que está em jogo nessas lutas são disputas pela manutenção da honra do grupo, especialmente representada no sangue. E isso implica tanto uma solidariedade passiva (todo o grupo sofre o ataque à honra de um membro) quanto uma solidariedade ativa (todos têm obrigação de participar na vingança que restabelecerá a honra). Todos participam igualmente da honra do grupo, embora existam distinções quanto ao papel de cada indivíduo, de acordo com idade, posição social que ocupa e gênero. É claro que os chefes ou os filhos mais prestigiados pela família serão sempre os alvos principais

e também sobre eles recai mais pesadamente o dever da vingança. Já às mulheres, cuja ameaça à pureza sexual pode ser o motivo central de uma luta, cabe o papel de instigar e incentivar os homens a responder às ofensas, sempre fazendo remissão ao passado limpo e prestigioso dos antepassados que precisa ser mantido.<sup>19</sup> O que importa é a manutenção do grupo e a vingança é uma forma de manter o equilíbrio social.

No caso do Brasil, Costa Pinto trata desde os fatores que possibilitaram o reaparecimento da vingança privada até o seu momento de declínio como forma de sanção predominante. A multifuncionalidade da família rural e a dispersão e fraqueza do poder público seriam as principais causas desse reaparecimento (*idem*, p. 22). Como o que preponderava na Colônia era o poder individual e absoluto de cada senhor de terras ou de cada família, era coerente que as desavenças fossem resolvidas dentro de suas próprias leis e costumes, o que pode ser visto nos relatos das lutas entre grupos de famílias.<sup>20</sup> Desavenças que incluíam o próprio espaço público, como as Câmaras Municipais, alvos preferidos para o acirramento das diferenças. E que nem sempre chegavam ao conflito armado de fato, mas representavam uma competição através de demonstrações de força.<sup>21</sup> Contudo, quando o Estado começa a se fortalecer e a ser reconhecido como um poder paralelo pelos colonos, a vingança privada vai perdendo sua força.<sup>22</sup> No famoso caso da luta entre os Pires e Camargos, Costa Pinto enfatiza o momento de passagem, quando as duas facções passam a recorrer à autoridade dos governadores e mesmo do monarca para encerrar o conflito. É quando esses mediadores entram em jogo (e aqui se incluem também os religiosos) que a vingança violenta passa a ser recriminada e perde sua força de instituição autônoma.<sup>23</sup> Se é preciso recorrer à paz através de um poder externo é porque o poder privado já não é tão absoluto.<sup>24</sup> Apesar disso, é bom

dizer que no caso dos Pires e Camargos, a relação entre família e Estado ainda aparece como entre dois poderes fortes e concorrentes. Principalmente na transcrição dos documentos da Coroa, que o autor apresenta em anexo, vê-se como o tom das cartas de negociação para o encerramento dos conflitos é sempre de um pedido, de uma solicitação que apela para a benevolência de cada potestado rural e não o de uma imposição de um poder superior. Mais do que qualquer coisa, mostra o lugar de predominância que a ordem privada tinha na manutenção da sociedade colonial. Oliveira Vianna citando a luta que começou com Diogo Pinto do Rego e Timóteo Correia, em fins do século XVII, conclui sobre o papel do poder público:

“No meio de toda essa luta, é curioso notar a atitude das autoridades públicas, a quem incumbe a segurança da ordem social. Elas não aparecem senão como simples espectadoras do tumulto. Em regra, recuam, cautelosas e tímidas, diante desse poder formidável, que os latifúndios elaboram” (Vianna, 1973, p. 179).

### **Preeminência de uma Ordem Privada**

O que, então, resplandece na descrição desses autores, é uma preponderância do poder privado ou, pelo menos, uma abrangência das relações de cunho privado no espaço público. Isso a partir de uma multifuncionalidade da família ou da unidade doméstica e contando com uma presença rarefeita do Estado. As descrições dos autores tratados sobre a família patriarcal brasileira e a constituição de um espaço público permitem dizer que os valores que estavam organizando as relações familiares entravam em curso também em relações mais amplas que compunham o ambiente social da Colônia. Procurei demonstrar como esses clássicos de nossa literatura têm como ponto comum e fundamental a multifuncionalidade da família no período colonial, e que,

ao descreverem o funcionamento dessa dinâmica social particular, estão recorrendo ao código de orientação moral que dava cimentação àquela sociedade. Isso aparece quando descrevem a dominação do senhor de terras sobre mulheres, filhos, parentes, agregados e escravos; quando apontam para uma moral sexual baseada na distinção entre homens e mulheres, estando aí implicadas diferenças quanto à honra; quando desenham o tipo de solidariedade social estabelecida, conformada pelos laços de casamento e parentesco; quando descrevem a índole do colonizador, marcada por qualidades e atributos definidos em torno da honra ou da falta dela.

Essas características, que definem um quadro de referências culturais, aparecem de modo especial em dois outros temas. O primeiro é a Igreja, cuja intervenção no seio da família é descrita como um dos mais importantes conformadores dos valores e regras morais da época, e que pode até mesmo ser concebida como um poder concorrente à família e ao Estado. O segundo são as lutas entre clãs, narradas em termos de casamentos, questões de honra, vinganças, lutas armadas — elementos que realçam a operacionalização de comportamentos a partir de um determinado código moral e que, devido ao alcance que as relações familiares tinham naquela sociedade, rompem as fronteiras do grupo doméstico.

Era, então, em atributos como a nobreza da índole do patriarca, suas prerrogativas de defensor do grupo e senhor todo-poderoso, a submissão de mulheres, filhos, escravos, agregados, a valorização da terra, das mulheres, do sangue, do nome como coisas sagradas e intocáveis, que se baseavam também as interações dos grupos e mesmo com o poder público mais institucionalizado. A relação com o Estado pode ser paradigmática nesse sentido.

O Estado é concebido a partir de uma delegação de poderes a uma instituição que,

por princípio, deve ser abstrata e impessoal. Nesse sentido, não funciona dentro de uma lógica de trocas de bens, de relações de reciprocidade. Mas, quando se tem uma ordem social predominantemente calcada em regras que vêm do privado, da relação de dependência e fidelidade do senhor com seus subordinados ou das alianças e disputas entre grupos familiares, a aproximação com o Estado muda de eixo. Prevaleceria a expectativa de que as instituições públicas também obedecem a essa lógica de trocas recíprocas. Esse quadro parece ser predominante no panorama traçado pelos autores cotejados. Além do que já foi visto, fica particularmente claro quando revemos suas declarações sobre o problema da impessoalidade do Estado no Brasil.

Para Oliveira Vianna, diante de um pano de fundo histórico que nos distancia de um aprendizado político mais tradicional, que nos distancia do sentimento de liberdades públicas, só resta esse não reconhecimento do Estado como um poder superior e abstrato. Nossa população se sentiria humilhada e ofendida em ter que obedecer a um delegado ou outro funcionário do governo porque reconhece apenas a pessoa que ocupa o cargo e não a instituição pública em ação (Vianna, 1973, p. 256). A obediência voluntária aos representantes do poder público aparece em povos politicamente evoluídos que conseguem discriminar a diferença entre o poder público e os indivíduos que o exercem. Percebem o Estado na sua forma abstrata e impessoal, situação distinta do povo brasileiro:

*“Essa intelectualização do conceito de Estado ainda, infelizmente, não a atingimos. Temos da autoridade pública uma visão ainda grosseira, concreta, material — a visão que as suas encarnações transitórias nos dão. Não lhe elaboramos uma visão intelectual, genérica, já sem a marca das impressões sensoriais” (idem, p. 257, ênfase do autor).*

Apesar das diferenças entre os dois autores quanto a prognósticos ideais para um

Estado no Brasil, Nestor Duarte também se refere à dificuldade da constituição de um poder público livre da pessoalização. Para ele, o Estado brasileiro não tem tido vida própria, sendo sempre confundido na ação do governante. E, além disso:

*“[...] à falta de uma abstração impessoal do que seja governo, acabamos por admitir como regular a anormalidade de um Estado que é só o governante, de uma ação governamental que é só o poder pessoal do chefe do governo. Mas, é que o chefe do Estado, como pessoa e pelos seus caracteres pessoais, é a única concretização do Poder Político numa organização política sem conteúdo histórico nem espírito institucional para viver e nutrir-se de princípios e de fórmulas objetivas, como a nossa” (Duarte, 1966, pp. 118-119).*

Como vemos não é o Estado abstrato que encontra lugar na constituição de nossa história política, mas as tentativas de pessoalização do espaço público, a penetração de uma ordem criada no domínio das relações privadas, embora possa ir bem além delas, na esfera das relações políticas. A idéia da organização dos interesses individuais voltados para o bem comum em muito é ultrapassada por práticas que remetem ao familismo, ao governo da reciprocidade, à lógica do “compromisso”. Em última instância, essas práticas implicam valores e regras, padrões de comportamento, códigos morais, que são descritos no seu processo de operação. Ou seja, através do movimento de dilatação que realizam da família em direção ao Estado, do privado em direção ao público, preenchendo todos os interstícios formados pelas relações sociais na Colônia. O quadro de referências traçado pelos autores vistos constitui, assim, uma visão densa e complexa, não só da família ou das relações privadas, do Estado ou relações públicas, mas da dinâmica do conjunto de nossa formação nacional.

*(Recebido para publicação em agosto de 1999)*

## Notas

1. Considero os livros *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna (1973[1920]), *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1995[1933]), *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre (1968[1936]), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1984[1936]), *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de Nestor Duarte (1966[1939]), *Lutas de Famílias no Brasil*, de Luís de Aguiar Costa Pinto (1980[1943]), o capítulo “A Casa-Grande e a Vida Pública”, do livro *Canaviais e Engenhos na Vida Política no Brasil*, de Fernando de Azevedo (1948) e também os artigos um pouco mais recentes de Cândido (1951) e Willems (1954).
2. A esse respeito segue ainda outra passagem interessante quanto aos senhores de engenho: “[...] donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falaram sempre grosso aos representantes d’el-Rei e pela voz liberal dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da Metrópole e da própria Madre Igreja.” (Freyre, 1995, pp. 4-5).
3. Essa passagem faz notar que algumas diferenças entre os autores passam por suas propostas políticas. Por exemplo, enquanto Oliveira Vianna (1973) pretende apontar, pela trajetória da formação política brasileira, que o melhor caminho é o Estado centralizado e independente dos mandantes locais, N. Duarte (1966) também afirma a necessidade de fortalecer o Estado, mas um Estado que seja democrático e laico, e sem esquecer a “dificuldade sociológica” do povo brasileiro de se tornar cidadão, desprendido do poder privado.
4. É interessante notar que a definição desse conjunto de regras sociais se aproxima do que mais tarde viria a ser definido na Antropologia como o conceito de honra/vergonha. Autores como J. Pitt-Rivers e J. G. Peristiany centralizam os trabalhos sobre essa temática em torno da honra como um sistema de regras de conduta ou de regulamentos sociais existentes em todas as sociedades e que adquirem traços comuns na área cultural mediterrânea. Visando apontar algumas aproximações, vou indicar, em notas, conjunções da literatura tratada com esses trabalhos antropológicos. Ver: Pitt-Rivers (1971); Peristiany (1971a e 1971b).
5. Quanto às análises recentes que têm acusado esses autores de reduzirem a história da família brasileira ao modelo patriarcal, vale lembrar que: por um lado, eles estavam de fato mais preocupados em se restringir ao desenho do modelo de família que consideravam dominante (como já notava Willems em 1954) e por outro, embora com muito menos ênfase, sempre faziam referências aos outros tipos de uniões e famílias das classes inferiores e mais livres. O próprio Oliveira Vianna (1973, p. 54) contrastava a instabilidade da família da plebe rural com a estabilidade da família patriarcal. Ver Corrêa (1982) e Samara (1987).
6. Sobre descrições e permanências do namoro antigo na cultura brasileira, ver Azevedo (1981).
7. A menção ao *pater familias* como “centro irradiador de força estável” também aparece em Costa Pinto (1980, p. 27).
8. Estão presentes aí, desde a definição de um critério de diferenciação para o grupo, a sua nobreza moral, o respeito pela honra da mulher representada no pudor e pelo nome, características bem descritas no modelo de honra mediterrânea, até a valorização da

- coragem e bravura física e o desprezo pelas intervenções externas, que podem desqualificar um homem de sua capacidade autônoma de defender a honra do grupo.
9. Como aparece nas etnografias recentes sobre honra, o conceito público e a igualdade entre os pares é fundamental para a manutenção do sistema baseado na honra, assim como recorrer ao prestígio dos antepassados. Ver Di Bella (1992).
  10. É interessante que qualidades morais e precedência inclusive pela concessão de títulos são atributos que formam o duplo sentido que o conceito de honra pode ter, tal como apontado por Peristiany e Pitt-Rivers (1992).
  11. Muitos desses atributos que conformam a índole do brasileiro foram apurados na experiência das bandeiras, que mantém o caráter hierárquico e aristocrático dos clãs rurais (Vianna, 1973, pp. 101-102). As bandeiras, aliás, são um tema de destaque para esses autores, principalmente pelo seu poder de maximizar a predominância individual e os interesses privados dos grandes senhores (ver Holanda, 1984 e Duarte, 1966). Vale notar que também colocam em jogo qualidades como a bravura, a coragem, a capacidade de se arriscar em uma aventura, características comuns à honra masculina no contexto mediterrâneo.
  12. Esse duplo padrão de moralidade tão importante na definição do sistema de honra/vergonha vai ser redefinido por J. Pitt-Rivers (1977). Segundo este autor, a divisão moral que as sociedades fazem entre atributos masculinos e femininos tem a ver com a divisão moral do trabalho, a partir de uma convenção do que seriam atividades próprias de homens e mulheres. Não haveria um duplo padrão de honra mas sim um conjunto de considerações que formam um sistema de comportamento complementar entre si, centralizado na unidade da família. Apesar de os códigos morais atribuídos aos sexos se apresentarem diferenciados, o que há é um sistema unitário que organiza as relações sociais. Na área cultural mediterrânea, esse sistema se caracteriza pela responsabilização dos homens pela honra do grupo, que está baseada na pureza sexual de suas mulheres, indicando uma forte complementaridade entre a honra individual e coletiva e entre a honra de homens e mulheres.
  13. O autor ainda acrescenta que a Igreja era uma importante proprietária de terras e engenhos, o que também concorria para seu interesse em manter a estrutura da monocultura latifundiária e com base escravocrata, o que aparentemente seria contrário à sua doutrina igualitária.
  14. Sérgio Buarque de Holanda (1984, pp. 109-110) também faz referências ao velho catolicismo brasileiro como uma religião mais íntima e amolecida.
  15. Estudando as variações históricas do conceito de honra na Europa, Júlio C. Baroja (1971) aponta em uma direção semelhante. O autor mostra como a honra, nesse caso, descende de três matrizes culturais: a) o mundo clássico; b) o mundo germânico ou bárbaro; e c) o cristianismo. E explica como na Idade Média prevalece a convicção de que os homens formam uma “comunidade de fiéis”, resultado das propagações cristãs, por oposição, por exemplo, a uma “comunidade de cidadãos” que gerenciaria a época clássica.
  16. Para uma análise de diferentes tipos de laços e comportamentos de acordo com a proximidade, ver Campbell (1971). Este autor distingue entre os pastores gregos três tipos de relações: a) parentes pelo sangue — a quem se deve amor e confiança inquestionáveis; b) parentes por afinidade — em que estão implicados os matrimônios, as trocas de honra,

mas não a confiança indissolúvel; e c) os estranhos — que ocupam o lugar de quase inimigos.

17. Em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre (1968, pp. 128-129) afirma que o declínio do patriarcalismo é paralelo ao momento em que as vontades individuais passam a contar nas escolhas, provocando raptos e paixões entre moças brancas e mulatos e contra a vontade dos pais. Ao mesmo tempo é significativa a ascensão dos bacharéis, muitas vezes como centros de poder da família, indicando uma inversão da autoridade dos pais.
18. Terra e mulheres freqüentemente são apontadas como bens ou lugares sagrados, razões de disputas constantes e onde as ofensas atingem o máximo grau de afronta e perigo e provocam as reações mais violentas. Para um exemplo nesse sentido, ver Jamous (1992) sobre as disputas em uma tribo marroquina.
19. Isso é exemplar no caso de D. Inês Camargo, matrona que teve uma função essencial na briga entre Pires e Camargos (Costa Pinto, 1980). Oliveira Vianna (1973, p. 178) fala da importância de D. Angela de Siqueira nas lutas paulistas.
20. Uma justiça própria dos senhores rurais, à revelia do poder público, também é citada por O. Vianna (1973, pp. 181-182), Azevedo (1948, p. 80) e Freyre (1995, p. lx). Oliveira Vianna, inclusive, descreve o poder da força dos senhores rurais na administração de suas disputas a partir da instituição da campanagem (1973, pp. 168-171).
21. Oliveira Vianna concorda com essa tese; também fala no aspecto “teatral e imponente” das movimentações militares dos clãs rurais (1973, p. 177).
22. Esta é a interpretação sustentada por Costa Pinto. Em uma outra direção, talvez seja possível sugerir que a esse fortalecimento do Estado corresponda um crescimento da violência entre essas famílias, ligado à ilegalidade que agora vai caracterizá-las.
23. Vale dizer que em outros contextos etnográficos pode haver a institucionalização da figura do mediador nos conflitos de honra, que é atribuído de poderes tanto para julgar a honra individual quanto as questões coletivas. Ver Peristiany (1992).
24. Quanto às intervenções externas, especialmente do monarca, vale lembrar as afirmações de Oliveira Vianna (1973, p. 254) sobre o sucesso do Poder Moderador no século XIX, como o dominador dos clãs e da caudilhagem e regulador do jogo dos partidos.

### Bibliografia

- Azevedo, Fernando de  
1948 “A Casa-Grande e a Vida Pública”. In *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, pp. 65-83.
- Azevedo, Thales  
1981 “Namoro à Antiga: Tradição e Mudança”. In G. Velho e S. Figueira (orgs.), *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Campus, pp. 219-275.
- Baroja, Júlio C.  
1971[1965] “Honra e Vergonha: Exame Histórico de Vários Conflitos”. In J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 61-110.

- Campbell, J.  
1971 [1965] "A Honra e o Diabo". In J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 111-137.
- Cândido, Antônio  
1951 "The Brazilian Family". In L. Smith e A. Manchant (eds.), *Brazil Portrait of a Half Continent*. Nova York, Dryden, pp. 291-312.
- Corrêa, Mariza  
1982 "Repensando a Família Patriarcal Brasileira: Notas para o Estudo das Formas de Organização Familiar no Brasil". In M. S. K. Almeida *et alii*. *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, pp. 13-38.
- Costa Pinto, Luís de Aguiar  
1980 [1943] *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional.
- Di Bella, Maria Pia  
1991 "Name, Blood, and Miracles: The Claims to Renown in Traditional Sicily". In J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers (eds.), *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 151-165.
- Duarte, Nestor  
1966 [1939] *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Freyre, Gilberto  
1995 [1933] *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Record.  
1968 [1936] *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- Holanda, Sérgio Buarque de  
1984 [1936] *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- Jamous, Raymond  
1992 "From the Death of Men to the Peace of God: Violence and Peace-Making in the Rif". In J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers (eds.), *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 167-191.
- Oliveira Vianna, Francisco J. de  
1973 [1920] *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Peristiany, J. G.  
1971a [1965] "Introdução". In J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1-10.  
1971b [1965] "Honra e Vergonha numa Aldeia Cipriota de Montanha". In J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 139-155.  
1992 "The 'Sophron' — A Secular Saint? Wisdom and the Wise in a Cypriot Community". In J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers (eds.), *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 103-127.

- Peristiany, J. G. e Pitt-Rivers, J.  
1992 "Introduction". In J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers (eds.), *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-17.
- Pitt-Rivers, Julian  
1971[1965] "Honra e Posição Social". In J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.11-59.
- 1977 "The Moral Foundations of the Family". In *The Fate of Schechem*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 71-93.
- Samara, Eni de Mesquita  
1987 "Tendências Atuais da História da Família no Brasil". In A. M. Almeida *et alii*, *Pensando a Família no Brasil: Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, pp. 25-36.
- Willems, Emílio  
1954 "A Estrutura da Família Brasileira". *Sociologia*, vol. XVI, n.º 4, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pp. 327-340.

## Resumo

### *Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional*

O artigo analisa a obra de alguns autores clássicos de nossa literatura sobre formação nacional, tendo como objetivo principal recuperar suas interpretações sobre as interações dos domínios público e privado. Nesse sentido, ganham destaque as referências que indicam a elaboração de um padrão de honra, um código de orientação moral que perpassa a sociedade colonial desde a família e as relações entre os clãs até o Estado e as instituições políticas.

**Palavras-chave:** família; honra; relação público-privado; pensamento social brasileiro

## Abstract

### *Honor and the Family in some Classic Views of the Shaping of Brazilian Society*

This analysis of works by some classic authors addressing the shaping of Brazilian society reviews their interpretations of interactions between the public and private spheres. Special attention is focused on references indicating that a standard of honor or a code of moral guidelines was developed throughout colonial society, involving not only the family and relationships between clans but the State and political institutions as well.

**Keywords:** family; honor; public-private relations; Brazilian social thought



## Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual\*

Clarice Ehlers Peixoto

### Introdução

Desenhar o cenário bibliográfico da antropologia visual é tarefa laboriosa, pois exige repertoriar todas as formas de expressão imagética e iconográfica utilizadas nos estudos antropológicos, desde os primeiros tempos: pinturas, gravuras, fotografias,<sup>1</sup> filmes, vídeos... Missão quase impossível. Proponho, então, realizar um *travelling* de curta duração, apresentando as principais publicações internacionais sobre a relação entre a antropologia e o cinema etnográfico.<sup>2</sup> Entretanto, por mais que se reduza a montagem detalhada desse imenso cenário literário, sua duração ainda é longa. Assim, farei um *arrêt sur l'image* dos trabalhos – clássicos e contemporâneos – que considero os mais significativos.

Como no *travelling* cinematográfico, meu olhar focalizará, principalmente, o cenário constitutivo da antropologia audiovisual: o filme etnográfico como instrumento de ensino e pesquisa antropológica. Ou seja, proponho (re)ver os estudos que procuram integrar o material visual e sonoro aos escritos etnográficos e, sobretudo, à metodologia antropológica.

Assim, este *travelling* literário apresenta três momentos chave na constituição da antropologia visual. O primeiro foi a constatação da riqueza etnográfica contida nas imagens fixas ou em movimento e o interesse em introduzir os instrumentos de captação dessa informação nas pesquisas antropológicas. De resto, Marey, Regnault, Mauss, Leroi-Gourhan e Griaule muito insistiram nisso. O segundo (1950-1960) é marcado pelo crescimento do uso desse instrumental nas pesquisas antropológicas e, *a fortiori*, o relançamento da discussão metodológica sobre a “objetividade” dos dados audiovisuais e sua (in)adequação aos estudos antropológicos, um debate que gira em torno das diferenças entre filme etnográfico / filme de pesquisa / filme documentário, filme de observação e *cinéma vérité*. Finalmente, o terceiro momento surge por volta dos anos setenta com o reconhecimento do caráter científico das informações audiovisuais e a consequente criação de centros, laboratórios e comitês no interior de universidades e/ou centros de pesquisa, a proliferação de estudos e filmes etnográficos, a criação de festivais de filmes etnográficos ou documentários e a publicação de livros e revistas especializadas.

\* Agradeço a leitura atenta e os comentários de Carmem Sílvia Rial e Etienne Samain.

### Primeiros Textos e Bobinas, a Descoberta da Etnografia Fílmica

Muito já se falou do nascimento da antropologia e do cinema, de seus pais fundadores,<sup>3</sup> da pré-história do cinematógrafo, com as invenções de Etienne-Jules Marey, Eadweard Muybridge, Albert Londe, Felix-Louis Regnault, Thomas Edison, entre outros. Mas, talvez, tenham sido pouco exploradas as aplicações científicas dessas descobertas. Se Edison estava mais interessado na exploração comercial do seu kinestoscópio realizando filmes ficcionais mais do que documentais, Marey e Regnault utilizavam seus experimentos cronofotográficos para desenvolver reflexões teóricas e metodológicas sobre o comportamento humano, a locomoção em especial. Pioneiros na aplicação de novas técnicas para o estudo do homem, suas pesquisas se desenvolviam mais no campo da fisiologia humana do que no da antropologia social. De fato, foi Marey quem primeiro anunciou à *Académie des Sciences de Paris*, em 29 de outubro de 1883, a criação de um protótipo da câmara cinematográfica – o cronofotógrafo –, e talvez tenha sido essa a primeira publicação sobre o uso de imagens em estudos científicos. Assim, Marey e Regnault iniciaram essa prática reflexiva, logo adotada por aqueles que os seguiram.

Em 1895, mesmo ano da invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière, Regnault filmou com um cronofotógrafo uma mulher africana fabricando um pote de barro, três africanos ajoelhados em posição de repouso e um africano subindo em uma árvore. Essas experiências foram relatadas em artigos nos quais Regnault procurava mostrar a “utilidade das cronofotografias para a etnografia”,<sup>4</sup> (Lajard e Regnault, 1895; Regnault, 1896a, 1896b e 1897). O primeiro desses artigos tratava da origem do torno e das diversas fases dessa técnica “primitiva” de fabricação de potes de barro, analisadas a partir do trabalho desempenhado por uma mulher

*Ouolof*, durante a Exposição Universal de Paris, no pavilhão da África Ocidental. No segundo, ele faz uma análise de três grupos étnicos africanos – Ouolof, Fulani, Diola –, comparando suas posturas de repouso e suas maneiras de ajoelhar. No terceiro, estuda as diferentes formas de subir nas árvores empregadas por esses grupos.

As imagens, realizadas com a câmara cronofotográfica de rolos de filme celulóide recém-inventada por Etienne-Jules Marey, foram de fato as primeiras bobinas rodadas para trabalhos científicos. Com suas experiências, Regnault ressaltava a importância do registro visual para o desenvolvimento das pesquisas científicas e desenvolvia estudos teóricos sobre as técnicas de movimento do corpo. No seu caso específico, tratava-se de estudos de fisiologia humana comparada. Publicou inúmeros artigos em boletins de sociedades científicas e revistas especializadas francesas (Regnault, 1900, 1912, 1923a, 1923b, 1931). O pesquisador era efetivamente um entusiasta do uso das imagens:

“graças aos novos instrumentos, o cinema e o fonógrafo, o museu de etnografia pode adquirir uma importância enorme, tornando-se um laboratório indispensável para a elaboração da ciência do homem. (...) Só o cinema poderá fornecer, em abundância, documentos objetivos; graças a ele, o antropologista [termo do autor] pode, hoje, colecionar a vida de todos os povos, guardando em sua gaveta todos os atos específicos das diversas raças. Ele estudará, quando quiser, as séries de movimentos que o homem executa para se ajoelhar, subir nas árvores, observar como usam os objetos etc. Ele poderá assistir as festas, os combates, os diversos modos de comercializar, de comer, de repousar” (Regnault, 1923a, p. 880).

Considerado por muitos como o fundador do filme etnográfico,<sup>5</sup> Felix-Louis Regnault afirmava:

“até agora, a sociologia – ramo supremo e fundador da antropologia – pecou pela documentação. Pois seus documentos, por mais

honestos que sejam os pesquisadores que os forneceram, ainda são subjetivos e só têm, assim, um valor relativo. Até o presente, a sociologia só dispôs de documentos subjetivos (...) para uma ciência exata, é preciso documentos objetivos nos quais o fator pessoal desaparece. Não há dúvida de que já existem nos museus de etnografia, instrumentos, objetos utilizados pelos povos. Mas são documentos incompletos. Pois, não basta conhecer um objeto, é preciso saber como é usado. Toda a descrição deste uso é subjetiva. As fotografias, mesmo numerosas, não podem analisar completamente essa prática. Só o cinema fornece em abundância os documentos objetivos” (Regnault, 1923a, p. 880).

Essa preocupação com o registro exato de uma prática social através de um olhar objetivo está presente nos trabalhos de outros cientistas da época, cujas análises estão pautadas na ideologia positivista. Nesse sentido, a incorporação de instrumentos de medição e de observação, nos estudos das sociedades e culturas, concede à antropologia um caráter mais objetivo e, portanto, mais científico. Numa tentativa de influenciar seus colegas no emprego desses instrumentos, Regnault declara em 1923, na 47.ª sessão da *Association Française pour l'Avancement des Sciences*:

“assim será realizada a profecia de Auguste Comte, filósofo que via a sociologia como a ciência mais importante e que poderia nos fornecer uma política científica. Ela [a sociologia] seria a última de todas as ciências, o coroamento de todas as outras” (Regnault, 1923a, p. 881).

Em 1898, três anos após a invenção da câmara cinematográfica, Alfred Cort Haddon, zoólogo da Universidade de Cambridge, organizou uma expedição científica multidisciplinar ao Estreito de Torres, entre Austrália e Nova Guiné. O objetivo era documentar as práticas culturais da população local, com registros em notas descritivas, desenhos, medições antropométricas, fotografias e filmes feitos com uma câmara *Lumière*. Essas foram as primeiras bobinas rodadas durante

uma pesquisa de campo cuja “intenção era a de recolher todo tipo de informação sobre a população local – da organização social à religião, da vida cotidiana à cultura material e tecnologia” (Chiozzi, 1989, p. 5). A experiência está registrada nas imagens do filme *Aboriginals from Torres Strait* (1898) e nos seis volumes do relatório da expedição (Haddon, 1901-1903; 1904; 1907, 1908; 1912 o 1935).<sup>6</sup> Convencido de que as imagens continham informações etnográficas preciosas, Cort Haddon sugeriu aos seus colegas e alunos que empregassem a nova tecnologia nas suas pesquisas.

Esse era o período das grandes expedições científicas e também da expansão colonialista européia. Os instrumentos que captavam a imagem do Outro fascinavam pesquisadores e exploradores, mas eram utilizados com frequência para a exploração dos povos desconhecidos. Para De Brigard (1995), o filme etnográfico nasceu como um fenômeno colonialista no momento das grandes invenções tecnológicas. Outras expedições científicas européias sucedem a de Cort Haddon, registrando com pena e bobina as manifestações sociais das sociedades investigadas: Baldwin Spencer (Austrália em 1901 e 1912), Rudolf Pöch (Nova Guiné em 1904 e África do Sul em 1909), H. Tischner (Micronésia e arquipélago de Bismarck, 1908), entre outros. Em seu texto introdutório ao catálogo *Premier Contact-Premier Regard*,<sup>7</sup> Jordan (1992) apresenta um histórico detalhado das primeiras imagens etnográficas e a ficha técnica de mais de cem filmes etnográficos, inclusive os de Cort Haddon, Pöch, Spencer e do Major Reis, cujos filmes são considerados por Jordan como os primeiros filmes, de fato, etnográficos.

As viagens de Franz Boas às terras de Baffin, também nessa época, não tinham as mesmas características das grandes expedições científicas européias, embora ele sempre se fizesse acompanhar de uma pequena equipe, composta de um fotógrafo para o

registro de imagens e de um intérprete nativo, que também servia de assistente e guia. Além de observar sistematicamente, de fazer anotações de campo e registro sonoro das músicas e discursos dos Kwakiult, de coletar objetos de cultura material, Boas também fotografava. Jacknis, em seu artigo sobre as imagens fotográficas realizadas por Boas sobre a cultura esquimó, a partir de 1883, afirma:

“[Boas foi] dos primeiros antropólogos a usar a fotografia e o filme no campo, e seu trabalho se caracterizou pelo uso sofisticado de várias mídias como o registro sonoro, textos nativos, coleção de artefatos etc. Com seu treinamento em ciências físicas, Boas sempre foi ávido na aplicação das últimas tecnologias para as questões etnológicas (...) Boas foi um inovador ao elaborar as primeiras fotografias de um *potlatch* Kwakiult” (Jacknis, 1984, p. 50).

Boas estava, de fato, convencido de que a descrição e análise de certas práticas culturais só eram possíveis através do registro de imagens:

“Na minha opinião, o registro da vida indígena em cinema (...) é o mais precioso empreendimento. No estudo dos processos industriais, da dança ou de situação similar em que o conhecimento detalhado dos movimentos do corpo e o ritmo são necessários, ele só pode ser captado dessa maneira”<sup>8</sup> (Jacknis, 1984, p. 44).

Mas, se a fotografia e o desenho foram empregados por Boas, desde o início, para registrar as práticas sociais dos grupos estudados, o filme foi introduzido em suas pesquisas, pela primeira vez, em 1930, durante uma viagem ao Forte Rupert. Boas já estava com 71 anos e decidiu filmar sozinho, mesmo sem ter experiência no uso de uma câmara cinematográfica, e o fez com sucesso. Essas primeiras imagens são seqüências muito curtas principalmente sobre jogos e danças.

Nesse mesmo artigo, Jacknis analisa as principais pesquisas realizadas por Boas na costa do Pacífico, confrontando seus interesses teóricos com o uso da imagem. Franz

Boas não tinha a intenção de entrar pelos caminhos do cinema etnográfico, mas sim de criar uma metodologia de pesquisa que incorporasse os instrumentos de registro de imagens fixas e em movimento, tendo por objetivo a captação dos diferentes modos de comportamento e práticas sociais de uma dada sociedade. Por isso, as imagens em movimento que produziu nunca foram montadas. Em compensação, suas fotografias e as de seu fotógrafo O. C. Hastings, frequentemente expostas no *American Museum of Natural History* e na *Smithsonian Institution*,<sup>9</sup> fizeram parte de algumas de suas publicações como, por exemplo, *The Social Organization and Secret Societies of the Kwakiult (1897)* e *The Kwakiult of Vancouver Island (1909)*. Franz Boas é, assim, considerado não somente o primeiro pesquisador a realizar trabalho de campo antropológico mas, também, um grande incentivador do registro visual nas pesquisas etnográficas, que encorajava seus colegas e estudantes – entre eles Margaret Mead – a lançarem mão desta tecnologia (Ruby, 1991; Jacknis, 1984; Chiozzi, 1989).

Essa foi também a proposta de George Murdock, que, em 1934, realizou um longo estudo sobre dezoito povos “exóticos” espalhados pelo mundo – Tasmânico, Arundá, Samoa, Semang, Toda, Kazak (Ásia Central), Aïnou, Esquimó, Haïda da Colômbia Britânica, Crow (do oeste americano), Iroquês, Hopi (do Arizona), Astecas, Inca, Witoló (do noroeste da Amazônia), Hottentote, Ganda (de Uganda) e Daomeisano –, fixando-os em imagem (118 fotografias) para análise posterior (Murdock, 1934).

As décadas de vinte e de trinta foram célebres pelas grandes expedições científicas e explorações colonialistas que muito contribuíram para a expansão do filme documentário. Cineastas eram engajados nessas viagens para documentar os povos contatados e, principalmente, glorificar as expedições coloniais, através do registro visual.

Léon Poirier, por exemplo, durante uma expedição ao deserto saariano, financiada pela Citroën para testar uma nova peça automobilística, filmou *La Croisière noire*, filme de propaganda industrial e de exaltação à colonização francesa na África. Mas, paralelamente à realização deste filme-encomenda, ele produziu alguns curta-metragens sobre os ritos amorosos na África negra, as danças, o cotidiano das mulheres, a influência da religião muçulmana. Como diz Gauthier, “um documento sobre os colonizados ... mas, também, sobre os seus colonizadores” (1995, p. 41). Esse autor nos lembra ainda que o decênio de 1920 foi de efervescência do mundo artístico, com o surgimento de múltiplas tendências – dadaísmo, surrealismo, futurismo, construtivismo, cubismo – que se caracterizavam pela aversão ao realismo. O cinema documentário europeu e americano dessa época foi bastante influenciado pelas mitologias dos povos filmados, tornando-se conhecido como “documentário romaneado”.<sup>10</sup>

Na União Soviética, um estilo de documentário se opunha ferozmente ao cinema de ficção, conseguindo, por meio de outra forma de organização interna do filme, expressar mais facilmente as idéias através da montagem: o cinema-atualidade, de Dziga Vertov. Em 1923, Vertov publicou um artigo na revista *Lief*, dirigida por Mäiakovslá, no qual dizia:

“A partir de hoje, o cinema não precisa de dramas nem de dramas-policiais. A partir de hoje, não são mais necessárias as encenações teatrais filmadas. A partir de hoje, devemos parar de encenar Dostdievski e Nat Pinkerton. Tudo está inscrito em uma nova concepção do cine-atualidades” (Vertov, 1923).

No final dessas duas décadas, o cinema documentário adquiriu maturidade, interessando-se cada vez mais pelo documentário social e científico. Jean Painlevé, cineasta desse período, afirmou que:

“o cinema está a serviço da ciência, tornando-a mais clara e acessível a um maior número de pessoas (documentação e ensino) e multiplicando ou ampliando seus resultados (experimentação e pesquisa). Basta, doravante, apreciar as possibilidades do ponto de vista das pesquisas científicas (aperfeiçoamentos técnicos e mentais), pois, do ponto de vista pedagógico e demonstrativo, julgamos que a causa está ganha e toda discussão é supérflua”<sup>11</sup> (Painlevé apud Gauthier, 1995, p. 51).

### Primeiras Reflexões Metodológicas sobre Antropologia e Imagem

Embora nunca tenha feito uso de imagens, Marcel Mauss, em seu livro *Manuel d'Ethnographie*<sup>12</sup> convida os etnógrafos a capturarem fotográfica e cinematograficamente tudo o que for possível durante o trabalho de campo. No capítulo dedicado aos métodos de observação,<sup>13</sup> ele assinala a importância dos *métodos de observação material*, como os registros fotográfico e fonográfico. Diz ele:

“todos os objetos deverão ser fotografados, de preferência sem pose. A telefotografia permitirá a obtenção de conjuntos consideráveis. Não se deve usar os mesmos aparelhos nos países quentes e nos países frios, nem os mesmos filmes; e, a princípio, revelar o mais rápido possível” (Mauss, 1947, p. 14).

Para Mauss, a pesquisa etnográfica se caracteriza por um levantamento de dados exaustivo sobre o grupo observado. E, para isso, o pesquisador deve empregar todos os instrumentos disponíveis: diário de campo, fichas descritivas, registro filológico através da transcrição de palavras e termos nativos, registro de biografias, elaboração de cartografias, genealogias, estatísticas e coleta de objetos – já que a museografia constitui parte da etnografia através do inventário dos objetos e produtos que constituem uma civilização – e, finalmente, o registro de imagens, pois:

“só cinema permitirá fotografar a vida. Não esquecer o som. Foi possível filmar as representações dramáticas na Libéria, a transumância de tribos inteiras nas montanhas algerianas. O registro fonográfico, o registro em filmes sonoros nos permitem constatar a entrada do mundo moral no mundo material puro” (*idem*, p. 14).

Em um dos textos mais citados pelos antropólogos visuais, *Techniques du corps*, Mauss propõe, como o fizeram anos antes Marey e Regnault, que os estudos sobre comportamento humano ou o conjunto de *habitus*<sup>14</sup> do corpo sejam realizados fotograficamente e, se possível, cinematograficamente, com imagens em câmara lenta para que se possam perceber os gestos e as técnicas do corpo específicas de cada sociedade. Ele insistia no trabalho cuidadoso de registro e classificação das imagens, que deveriam não só receber anotações sobre a hora e o lugar de elaboração como também ser comentadas: “jamais se farão fotos em excesso, desde que elas sejam comentadas e exatamente situadas: hora, lugar e distância. Essas indicações deverão estar no filme e no caderno de campo” (*idem*, p. 12).

Foi seguindo essas diretrizes que vários de seus alunos adotaram o registro de imagens em suas pesquisas de campo. Dentre eles destacam-se Patrick O’Reilly e Marcel Griaule, pioneiros no uso sistemático de filmes em etnologia. Instigado por Mauss, O’Reilly filmou *Bougainville* durante sua pesquisa nas ilhas Salomão, em 1934. E Griaule, nos anos 1930, praticamente impunha o uso do filme em etnologia. Africanista, elaborou uma tese magistral sobre os Dogon (Mali) – *Masques Dogon* – cujo texto é acompanhado de um disco dos cantos e danças funerárias e fotogramas que reproduzem os movimentos da dança, retirados de seu filme *Sous les masques noirs*. Realizou, ainda, um outro filme *Au pays Dogon* que, junto com o primeiro, faz parte da filmografia clássica da antropologia.

Entretanto, não há na sua ampla bibliografia nenhuma obra dedicada ao uso e/ou análise do filme etnográfico. Existem referências aqui e ali sobre a importância do cinema etnográfico, assim como críticas aos filmes de reconstituição elaborados por Flaberty e Boas. Para ele, os filmes deveriam ser empregados unicamente para registrar “fenômenos originais e não reconstituídos”, guardando, assim, a característica dos documentos autênticos. Griaule, via no filme etnográfico “um documento exato dos fenômenos originais não reconstituídos (salvo em casos particulares)”. Nesse sentido, seria preciso distinguir entre:

“os fenômenos relativamente estáveis que se desenvolvem em um espaço previsto segundo modos comuns, por exemplo, tal técnica ou tal cerimônia não complexa, cujas fases são conhecidas e os fenômenos em movimento muito complexos e que são pouco ou quase nada conhecidos” (Griaule, 1957, p. 45).

Em seu livro *Méthode d’ethnographie*, ele define três tipos importantes de registro fotográfico para a pesquisa: (a) as fotos de objetos de uso profano ou ritual, que devem ser apresentados em seu contexto para evitar os “efeitos artísticos”; (b) as fotos de fenômenos em movimento (ritos, costumes etc.), recomendando, como Mauss, que se registre em grande quantidade, principalmente, “os momentos críticos mais interessantes”; e (c) as fotografias aéreas. Quanto aos filmes, três idéias devem presidir o seu uso ao longo da pesquisa: (a) o filme tem valor de arquivo e deve ser referido/classificado como uma ficha ou um objeto para fins de pesquisa; (b) o filme constitui um meio extremamente eficaz de ensino na formação de especialistas em pesquisa etnográfica; (c) o filme contribui, em sentido mais amplo, para o ensino público, podendo ser visto como um objeto de arte.

Assim, em seus cursos universitários, Griaule citava o filme como uma das mais importantes técnicas da etnografia e, por

isso, sempre incluiu um cinegrafista nas equipes de pesquisa de todas as missões científicas que realizou na África. Entretanto, em nenhuma publicação analisou as imagens que produziu e nem todos os seus copíons se transformaram em filmes etnográficos.

Apesar da crise econômica dos anos da guerra, nos quais diversas nações cortaram os financiamentos às instituições de pesquisa, alguns países mantiveram, mesmo que parcamente, as subvenções às missões científicas. O Museu da Austrália do Sul, por exemplo, financiou em 1934 a expedição médico-etnográfica dos doutores Hackett e Tindale, à região de Emabella. Além de examinar uma centena de australianos, fazerem fotos de frente, de costas e de perfil e rodarem mais de 600 metros de filmes sobre as cerimônias e a vida cotidiana dos aborígenes australianos, eles registraram suas músicas e cantos em fonógrafo.

No verão de 1934, o antropólogo americano Melville Herskovits estudou a vida cotidiana de uma população rural do Haiti, principalmente seus rituais religiosos de origem africana. Durante os seis meses de trabalho de campo, ele filmou aproximadamente 500 metros de película P&B de 35 mm e gravou, em cilindros de cera, os sons das atividades cotidianas, das festas, das narrativas e músicas dos diversos rituais. Herskovits seguia a tradição antropológica de Boas, para quem as imagens eram documentos de pesquisa. Assim, no terceiro livro que publicou sobre a cultura haitiana – *Myth of the Negro Past* –, afirmou que:

“as dificuldades metodológicas neste tipo de pesquisa [sobre cultura africana], são consideráveis, uma vez que os resultados com validade científica podem ser obtidos apenas através da análise de filmes de atividades rotineiras como andar, falar, rir, posturas de sentar ou, ainda, de atividades como dançar, cantar, carregar objetos pesados, trabalhar e movimentos realizados em uma diversidade de técnicas industriais (principalmente minas)” (Herskovits, 1941, p. 56).

Para Herskovits, o registro audiovisual era o instrumento que melhor captava as “verdades etnográficas” sobre as manifestações culturais de um povo. Assim, quando veio ao Brasil em 1941 para estudar os rituais de macumba e candomblé na Bahia, trouxe consigo mais de 2.000 metros de película P&B de 35mm e 200 discos para registro de som. Infelizmente, ele só conseguiu autorização para filmar em 1947, e não se sabe até hoje se filmou ou o que foi feito dessas imagens (Homiak, 1990, pp. 14-15-20).

Nessa mesma época, na recém-criada escola britânica do filme documentário, John Grierson<sup>15</sup> inaugurava o ‘documentado social’, cuja finalidade era mostrar ao público inglês os diversos tipos de trabalho exercidos pelo homem. Influenciado pelo americano Robert Flaherty, Grierson realizou *Drifters* (1929), um filme sobre a pesca do arenque no mar do Norte, no qual exalta o combate do homem contra a natureza, inspirado em *Nanook of the North*, de Flaherty (1922). O primeiro período do documentário britânico (até aproximadamente 1935) é marcado por uma interpretação mais poética do mundo do trabalho. Como diz MacDougall, “cada imagem destes documentários tinha uma significação predeterminada. Elas se articulavam entre elas como as imagens de um poema, justapostas a uma banda sonora musical ou a um comentário” (1995, p. 118). Nesse mesmo estilo, Grierson e Flaherty realizaram *Industrial Britain* (1931-33). As diferenças entre as concepções desses dois documentalistas acentuaram-se ainda mais no filme *Man of Aran* (Flaherty, 1932-1934), que encerrou a colaboração entre eles.

Um dos mais ilustres nomes da escola britânica foi o do brasileiro Alberto Cavalcanti, cujo filme *Coal Face* (1936) sobre o cotidiano dos operários das minas inglesas, ainda no gênero romantizado, tornou-se um clássico do documentário social. Mas os jovens cineastas da escola de Grierson estavam mais interessados em um novo método

de filmar que privilegiava as questões sociais, deixando em segundo plano a estética do filme: é o segundo período do documentário britânico. Incentivada por Grierson, que se tornara exigente no grau de 'realismo' dos documentários, essa geração de jovens cineastas criou, nos anos 1950, o *Free Cinema*<sup>16</sup> – uma nova forma de retratar o mundo do trabalho, caracterizada por um ponto de vista sociológico e por uma forte “objetividade científica”. Grierson foi sem dúvida o produtor de grande parte dos filmes documentários ingleses dessa época (De Heusch, 1962). Paul Rotha, um dos principais cineastas e teóricos dessa escola, publicou, em 1936, um importante livro sobre o documentário social – *Documentary Film* – no qual aponta para os dois momentos do documentário inglês classificados de “impressionista” e “realista”. O primeiro é marcadamente flahertiano, e o autor faz uma crítica veemente à concepção “romântica” e “idílica” da condição humana nos filmes de Flaherty, assim como à ausência de uma análise sociológica. O segundo, insiste na necessidade de apresentar ao público inglês os problemas sociais nacionais e internacionais, em uma perspectiva de denúncia social.

A expansão colonialista continuava atravessando oceanos e, como diz Luc de Heusch:

“os cineastas, em todos os países colonizados, acabavam apoiando, direta ou indiretamente, a colonização. A maior parte dos serviços cinematográficos<sup>17</sup> *d'outre-mer* fazia propaganda política e social através, muitas vezes, [de filmes que serviam à] da educação de base ou da educação sanitária” (Heusch, 1962, p. 43).

O reconhecimento da riqueza etnográfica contida no material imagético, impulsionou a introdução de instrumentos fotográficos e cinematográficos nas pesquisas de campo antropológicas, assim como abriu espaço para a reflexão e a proposição de uma

metodologia específica para o seu uso. Nesse sentido, não foram poucos os “manuais” criados para esse fim. Vimos acima as propostas explicitadas nas obras de Mauss e Griaule. Mas no intervalo entre essas duas publicações, André Leroi-Gourhan<sup>18</sup> publicou, em 1948, o célebre artigo “Cinéma et sciences humaines. Le film ethnographique existe-t-il?”. Nele, o autor aponta três tipos de filmes que podem ser considerados etnográficos: o filme de pesquisa, subdividido em “notas cinematográficas” e filme “organizado”, montado; o filme documentário, ou “filme de exotismo”, uma forma de filme de viagem; e o filme de *milieu*, feito sem intenção científica, mas com valor etnográfico, pois as filmagens em cenários naturais – ou seja, que excluem estúdios – mostram paisagens culturais originais como, por exemplo, um bairro popular chinês, uma rua de Nova York, uma fazenda em algum lugar do planeta. Esse artigo, publicado no momento em que iria ocupar a cadeira de etnologia da Sorbonne, inaugura um importante debate sobre as concepções da etnologia.

No mesmo ano em que Griaule lançou o livro *Méthode d'ethnographie* (1957), do outro lado do oceano, Robert Gardner, antropólogo americano, publicou o artigo “Anthropology and Film” no qual afirmava que:

“a maior vantagem da documentação cinematográfica é que a evidência dos fatos pode ser verificada por vários indivíduos tanto imediatamente quanto nos séculos seguintes e que esta evidência é direta e sem ambigüidade tornando-se uma realidade instantaneamente capturada e sem as distorções resultantes de falhas de observação e de memória ou de interpretação semântica. Estes são os meios com os quais o cinema pode ajudar a investigação antropológica” (Gardner, 1957, p. 346).

Ainda nesse texto, Gardner descreve a *Peabody-Harvard-Kalahari Expedition*, realizada em 1950 com John Marshall e sua família, em que filmaram e entrevistaram os Bushmen durante mais de dois anos. Esse

trabalho resultou numa série de filmes sobre os cinco aspectos dominantes da cultura Kung: *The Hunters*, *The Gathers*, *The Players*, *The Rhythnu* e *The Seasons*.

Mas voltemos à década de trinta. Enquanto na França, Griaule pregava e empregava as imagens nas pesquisas antropológicas, nos Estados Unidos, John Adair e Sol Worth usavam uma câmara cinematográfica para registrar o cotidiano dos Navajo, suas atividades econômicas e as técnicas que empregavam para trabalhar a prata. Adair produziu, em 1938, o documentário *Indian Silversmiths of the Southwest*, no qual comparou as técnicas e o estilo de trabalho dos Navajo com os dos Zuni. A câmara era para ele um simples instrumento de registro visual. Tempos depois, ele propôs o *bio-documentary*, que consistia numa forma subjetiva, fenomenológica de descrever o mundo, em vez de insistir em uma objetividade inexistente (Chiozzi, 1989).

Ainda nos anos 1930, Margaret Mead e Gregory Bateson integravam fotografias e filmes nas pesquisas que realizavam em Bali (1936-1939). Produziram sete quilômetros de película (16mm) que foram a origem dos seis filmes (cada um de 20 min.) que Mead montou nos anos 50 e de mais de 25.000 fotografias Leica, das quais apenas 789 serviram para a elaboração do famoso *Balinese Character. A Photographic Analysis* (1942). Segundo Heider, Mead e Bateson justificavam esse enorme empreendimento visual para “encontrar certas críticas feitas aos seus trabalhos individuais anteriores” (Heider, 1995, p. 39). Mas foi muito mais do que isso. Eles usavam as imagens para mostrar práticas, condutas e comportamentos culturalmente estereotipados, que dificilmente poderiam ser descritos em palavras. Sem dúvida, foram bastante estimulados por seus professores: Bateson foi aluno de Alfred Cort Haddon e Mead, de Franz Boas.

Entre os anos 1940 e 1950, a antropologia visual saiu de cena: poucos trabalhos

foram publicados e raros os filmes realizados no âmbito de pesquisas. Embora os motivos dessa retração ainda não tenham sido suficientemente explorados, alguns autores sugerem fatores os mais diversos. De Bri-gard (1995) atribui o fenômeno ao pequeno interesse dos antropólogos pela expressão material das diferentes culturas. Eles estariam mais preocupados em estudar os traços psicológicos e as estruturas “não-materiais”, e o cinema não acompanhava as reflexões teóricas da antropologia. Para Heider, a questão era financeira, pois filmar custa caro, e as instituições de pesquisa e universidades não dispunham de um orçamento específico para produzir ou alugar filmes, diz ele:

“apesar da disponibilidade da tecnologia cinematográfica desde a virada do século, apesar dos modelos populares, desde 1920, e talvez por problemas financeiros até 1960, a antropologia não contribuiu para o filme etnográfico de forma sistemática nas primeiras décadas” (Heider, 1995, p. 33).

Verdadeiras ou não, essas razões não impediram Margaret Mead de continuar elaborando imagens em suas pesquisas. Mas é interessante notar que seus filmes só foram montados por volta de 1950 e que a primeira obra de maior repercussão foi dedicada à fotografia. *Balinese Character*, por exemplo, tornou-se um livro clássico da antropologia visual pela originalidade em combinar fotos e textos. As imagens cinematográficas realizadas nessa mesma pesquisa só foram mencionadas no livro como uma outra forma de registro das práticas culturais balineses:

“tentamos usar câmaras fotográficas e cinematográficas para obter registros do comportamento balinês e, isto é muito diferente da preparação de um ‘documentário’ fílmico ou fotográfico. Tentamos filmar o que acontecia no seu curso normal e livremente, ao invés de seguir as normas estabelecidas e, assim, conseguir que os balineses correspondessem a estes comportamentos num contexto apropriado” (Bateson e Mead 1942, p. 49).

Inversamente aos seus colegas europeus, Mead e Bateson não propuseram uma metodologia *específica* para o uso da imagem nas pesquisas antropológicas, mas enfatizaram que o emprego de qualquer instrumento de captação de som e imagem implicava a habilidade do antropólogo em registrar, analisar e divulgar esse material. Segundo Mead, “como o uso de fotografias – e filmes – aumentou e se tomou parte fundamental nos métodos antropológicos, é preciso então que os fotógrafos tenham conhecimento de antropologia e que os antropólogos aprendam a fotografar” (Mead, 1963, p. 166). Mas não era só isso, Mead pretendia mostrar que, no caso de determinados estudos – como os de comportamento, por exemplo –, os métodos clássicos de observação e anotações em caderno de campo não eram suficientes para analisar os fenômenos sociais. Nesse mesmo artigo – “Anthropology and the Camera” –, ela propõe possibilidades de uso da fotografia e do filme na antropologia. Destaca apenas algumas destas: a câmara como caderno de notas, registrando detalhadamente todos os acontecimentos cotidianos do grupo observado; a possibilidade de observação à distância através da lente *zoom*, que permite o registro da ação (nascimento, transe, conflitos ...) sem perturbar ou interferir; a possibilidade de rever as imagens como estímulo à memória individual e coletiva; o emprego dessas imagens no ensino da antropologia.

A partir de meados dos anos 1950, a antropologia e o filme etnográfico mudam seu foco de interesse: as imagens deixam de ser simples ilustrações das situações de pesquisa, tornando-se parte constitutiva do trabalho antropológico. Tratava-se não mais de registrar o mundo exótico a partir de um ponto de vista exterior mas de apreendê-lo do interior de seu próprio desenvolvimento (De Brigard, 1995).

### **Efervescência de Textos e Imagens Etnográficas: Debate em Torno da “Objetividade” e da Cientificidade da Informação Audiovisual**

O convite de Mauss aos antropólogos para que registrassem, também em imagens, todas as manifestações cotidianas dos grupos investigados foi aceito por muitos deles, sem restrições. Os filmes passaram a fazer parte integrante dos instrumentos de pesquisa desses pesquisadores, constituindo documentos importantes dos estudos antropológicos. Essas experiências foram narradas em relatórios de pesquisa, publicadas em revistas científicas, transformadas em livros e relançaram o debate sobre as regras para a elaboração do filme de pesquisa antropológica, ou filme etnográfico.

Na Alemanha, por exemplo, o *Institut für den wissenschaftlichen Film* (IWF), pregava normas bastante rígidas para o filme de pesquisa etnográfica: imagens reais, exatas, autênticas, sem movimentos ou efeitos especiais e nenhuma interferência do antropólogo, que deveria preferencialmente ser o operador da câmara ou, pelo menos, o diretor das filmagens. Essa seria a única forma de garantir um registro “objetivo” dos fatos sociais. Tal concepção metodológica, extremamente rigorosa, inspirava-se nas ciências exatas e naturais e era aplicada igualmente na produção de filmes educativos e etnográficos.

Um dos principais mentores da metodologia do Instituto de Göttingen foi Gunther Spannäus. Em um artigo publicado, em 1956, na *Research Film*, revista do IWF, o Dr. Spannäus afirmava que o filme deveria ser empregado somente como instrumento de pesquisa, pois ele permitia a correção das falhas e de erros cometidos na observação direta. Para ele, o suporte audiovisual era indispensável nas pesquisas comparativas sobre técnicas de trabalho ou cerimônias ri-

tuais. Foi ainda no Instituto de Göttingen que Gotthard Wolf criou, em 1952, um dos maiores arquivos de filmes etno-científicos da época, a *Encyclopaedia Cinematographica*.<sup>19</sup> Nessa mesma década, a maior parte das publicações dos pesquisadores desse instituto, divulgadas principalmente na revista *Research Film*, consistia em análises de cerimônias ou de técnicas de trabalho baseadas no registro de imagens. Em 1959, o IWF publicou as suas “Regras para a documentação fílmica na etnologia e no folclore”,<sup>20</sup> que especificavam a metodologia aplicada na escola de Göttingen (De Heusch, 1962).

Na Itália, C. Caravaglios foi um dos primeiros pesquisadores a se interessar pela relação antropologia & cinema, publicando, em 1934, o artigo ‘Disco e fonofilm a servizio della ricerca folklorica’. Segundo Chiozzi (1989), os debates desenvolvidos na França e nos Estados Unidos, nos anos 1950, eram ainda desconhecidos dos pesquisadores italianos. Foi somente em 1960 que uma prestigiosa revista italiana, *Rivista Etnografica*, publicou o artigo de R. Calisi “Sulla utilizzazione del film nella ricerca etnografica”, que obteve enorme repercussão no meio antropológico, promovendo o reconhecimento da antropologia visual na Itália.

Na França, Jean Rouch – seguindo os ensinamentos de seu professor Marcel Griaule e as técnicas de filmagem de Flaherty e Vertov – tornou-se o principal representante do cinema etnográfico de seu país. Em 1952, ele fundou o *Comité International du Film Ethnographique*, no *Musée de l’Homme*, cujo objetivo era criar uma ponte entre a antropologia e o cinema. Para isso, o *Comité* deveria produzir e divulgar filmes etnográficos, analisá-los e conservá-los. Lançado neste mesmo ano, no IV Congresso Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas, em Viena, o *Comité* foi imediatamente formado por pesquisadores da Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Grécia,

Holanda, Inglaterra, Itália, Polônia, Suíça, Tchecoslováquia e Iugoslávia. Uma das primeiras iniciativas do grupo francês, foi a elaboração de um catálogo, publicado pela Unesco em 1955,<sup>21</sup> que repertoriou 106 filmes etnográficos franceses. Segundo De Heusch:

“no termo ‘etnográfico’ deve ser entendido em seu sentido amplo; ele recobre, principalmente, os filmes sobre as sociedades africanas e oceanianas mas, encontramos também filmes sobre as sociedades européias. Para alguns pesquisadores europeus, esta ‘etnografia’ da Europa se confundiria com o ‘folclore ou com as ‘tradições populares’” (De Heusch, 1962, p. 48).

Rouch dedicou-se, desde o início, a uma luta ferrenha contra os filmes que mostravam, através de uma visão etnocêntrica, “o estado primitivo” das sociedades africanas. Suas críticas aos filmes do período colonialista denunciavam a falta de autenticidade das cerimônias e rituais registrados, assim como a insensibilidade em relação aos problemas socioeconômicos dos povos africanos. Em um de seus primeiros artigos – “A propos de films ethnographiques” –, ele lança a primeira pedra de um longo debate sobre a especificidade do filme etnográfico: “que filmes são estes, que nome bárbaro os distingue dos demais?” (Rouch, 1955).

As décadas de cinquenta e sessenta foram marcadas por intenso debate sobre o uso da câmara como instrumento da pesquisa antropológica. As considerações sobre a “objetividade” desse instrumento na captação das informações estimulavam o surgimento de concepções divergentes, apoiadas na enorme e variada produção de filmes documentários europeus e americanos desse período. Apesar das discordâncias em relação aos métodos de filmagem, todos assinalavam a contribuição imensurável que as imagens traziam para a compreensão das práticas culturais dos diversos povos do planeta.

De Heusch já afirmava no início dos anos 1960, que:

“é tempo de concluir que, de uma maneira geral, a câmara não pode ser considerada como um observador sociológico objetivo, imparcial. É inútil continuar a multiplicar as exigências de não-intervenção; é vão sonhar com uma câmara invisível que registrará o fato social em seu estado nu, na sua pureza e sua espontaneidade original” (De Heusch, 1962, p. 25).

Essa reação contra o caráter objetivo do registro audiovisual baseava-se nas experiências desenvolvidas por inúmeros cineastas e pesquisadores. Worth e Adair, por exemplo, decidiram, em 1966, ensinar as técnicas de filmagem a um grupo de Navajo, composto de um homem de 55 anos e seis jovens na faixa de 17 a 25 anos. O objetivo era que registrassem seu próprio mundo, seu modo de vida. Ao assistirem conjuntamente às imagens realizadas, os Navajo distinguiam perfeitamente aquelas filmadas por Worth e Adair daquelas realizadas por eles mesmos. Provaram, com isso, que a câmara não era objetiva e que não há objetividade quando ela capta uma realidade. Na verdade, ela registra uma interpretação de seu operador sobre essa realidade. Essa experiência foi analisada no artigo “The Navajo Filmmaker A Brief Report of Some Recent Research in Cross-Cultural Aspects of Film Communication” (Adair e Worth, 1967) e no livro *Through Navajo eyes: an exploration in film communication and anthropology* (Worth e Adair, 1972).

A partir do final dos anos sessenta, observa-se uma efervescência não só de filmes vinculados à pesquisa antropológica<sup>22</sup> mas também de publicações que analisam a relação entre cinema e antropologia. Entretanto, foi o advento do *cinéma vérité* que mudou o princípio de realização do filme etnográfico, criando um novo tipo de relação entre o cineasta, as pessoas filmadas e o espectador. Sua regra básica era dar voz à pessoa filmada:

“o que as pessoas diziam (ou não diziam) e como elas o expressavam, era de importância crucial. Para que este modo de expressão fizesse efeito, era preciso mostrá-lo em seu contexto geral e não como um simples fragmento de montagem” (Young, 1995, p. 106).

De fato, o *cinéma vérité* surgiu nos anos 1920 com Dziga Vertov e o *Kino-Pravda*, mas ele só veio a ser adotado como uma nova metodologia de filmagem por volta de 1960, com o surgimento das câmaras sonoras portáteis (16mm), que além de registrar sons e gestos em sincronia davam ao cineasta maior agilidade. *Chronique d'un été* (1961), de Jean Rouch e Edgar Morin, foi o primeiro filme europeu<sup>23</sup> a utilizar essa câmara, reinaurando o estilo de Vertov. Como diz David MacDougall:

“para aqueles que começavam a realizar filmes etnográficos no momento em que o *cinéma vérité* e o *direct cinema* americano revolucionavam o filme documentário, esta abordagem nos pareceu a única possível para filmar outras culturas” (MacDougall, 1995, p. 116).

O termo *cinéma-vérité* (cinema-verdade) suscitou enorme debate: de que verdade se trata? Quem retrata a verdade dos fenômenos sociais? Chris Marker, cineasta documentarista francês, procurou relativizar o debate deslocando um hífen: *ciné-ma vérité* (cine-minha verdade). Ou seja, nos filmes etnográficos e documentários, a ‘realidade’ será sempre um “ponto de vista documentado” como dizia Jean Vigo, autor do filme *A propos de Nice* (1929).

O novo método introduzido por esse estilo de filmar abriu caminho, juntamente com o *neo-realismo italiano*, ao surgimento de outra metodologia de elaboração do filme etnográfico: o filme de observação, cujo objetivo principal é filmar um evento, um ritual, o cotidiano de um determinado grupo social, tal como teria acontecido se o cineasta não estivesse presente. Sua especificidade reside no estabelecimento de uma relação de maior proximidade entre o cineasta e a pes-

soa filmada na qual o registro e o olhar do cineasta-observador penetra na intimidade das manifestações sociais, ou seja, um olhar de dentro. Nesse jogo, simpatia e confiança são fundamentais:

“Pode ser imoral e mesmo uma traição para com a verdade, fazer um filme deste tipo com pessoas de que você não gosta. Se o diário (confissões verdadeiras) é uma forma de suicídio em literatura, o filme de observação pode ser uma forma de homicídio na tela (...). Os filmes de observação têm que ser autênticos para serem vistos. Esta autenticidade deve ser aparente” (Young 1995, p. 111).

Mais de cinquenta anos após o nascimento do cinematógrafo dos irmãos Lumière, os registros audiovisuais conquistaram, enfim, o estatuto de informação científica nas pesquisas antropológicas. Conseqüentemente, continuam a suscitar divergências sobre o caráter científico do método audiovisual, criando assim múltiplas concepções metodológicas sobre a pesquisa fílmica nas ciências sociais.

Nesse debate em torno da cientificidade do filme etnográfico, é impossível chegar a um consenso. Para Jean-Dominique Lajoux, por exemplo:

“nem todo filme etnográfico é ‘científico’: uma informação etnográfica só tem valor científico se ela se inscreve em um conjunto de reflexões que têm como objetivo principal a descoberta. É ingênuo pensar que o etnólogo pode estudar eficazmente qualquer manifestação [social] e, que o etnógrafo pode registrar qualquer fenômeno” (Lajoux, 1970, p. 328).

Olivier de Sardan em seu artigo “Où va le cinéma ethnographique?” é mais enfático, afirmando que o filme etnográfico é profundamente ambíguo: para que serve? a quem se destina? Para ele:

“Se ninguém questiona a utilidade dos meios audiovisuais na pesquisa, se todos competem no modernismo, pregando uma adaptação necessária à civilização da imagem, não existe,

no entanto, nenhuma metodologia para a utilização do cinema como *instrumento de pesquisa* nas ciências humanas. (...) Não somente a teoria está ausente mas, sobretudo, a prática é particularmente pobre e inadequada. (...) O filme aparece como um objeto de pesquisa, não como um meio de trabalho”. (Olivier de Sardan, 1971, p. 2).

Já o Instituto de Göttingen, considera que “filme científico é o registro visual permanente de um fenômeno”, uma vez que, para essa escola, toda cultura é percebida como um fenômeno social “total”. De todo modo, todos acentuam a importância de se registrar em imagens os detalhes que permitem a compreensão da informação visual e social (Chiozzi, 1989).

O debate toma corpo em 1973, no IX Congresso Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas, realizado em Chicago, no qual uma sessão foi consagrada à Conferência Internacional de Antropologia Visual. Trinta comunicações foram apresentadas e, como diz Hockings, todos os nomes chave da antropologia visual estavam presentes para discutir a importância dos instrumentos audiovisuais nas pesquisas antropológicas e sua aplicação metodológica. Os trabalhos foram reunidos no livro *Principles of Visual Anthropology* (Hockings, 1975/1995), que se tomou um clássico da antropologia visual. Nele encontramos vários artigos sobre a história da antropologia visual (De Brigard, Rouch, Balikci, Lajoux), outros sobre as diversas abordagens metodológicas (Rouch, Young, MacDougall, Lomax, Scherer, entre outros) e ainda reflexões sobre realização e formas de divulgação de filmes, fotografias, vídeos... Mas, talvez, o mais célebre desses textos seja a introdução do livro, escrita por Margaret Mead – “Visual Anthropology in a Discipline of Words” –, na qual ela afirma que, enquanto outras disciplinas (arqueologia, lingüística, musicologia) desenvolviam suas pesquisas já apoiadas nas novas tecnologias, a antropologia

logia estava ainda muito ligada às descrições verbais. Diz ela:

“no mundo inteiro, em cada ilha e continente, nos cantos mais escondidos das cidades industriais assim como nos vales distantes só acessíveis por helicópteros, os costumes e os comportamentos de maior interesse, totalmente insubstituíveis e sem possibilidades de serem reproduzidos, desaparecem enquanto os departamentos de antropologia continuam a enviar etnólogos ao campo sem equipamento, somente com lápis, caderno de notas e, talvez, alguns testes ou questionários, também chamados de ‘instrumentos’, verdadeiros expedientes da ciência” (Mead, 1975/95, p. 4).

A partir de então, as questões sobre o caráter “objetivo” do registro de imagens saíram de cena. Era consenso que a captação das informações audiovisuais eram tão seletivas quanto aquelas obtidas por meio das tradicionais técnicas antropológicas, ou seja, eram permeadas pelos vieses pessoal e cultural de seu produtor. Entretanto, mesmo se quem decide os ângulos, o foco, o lugar do microfone, as seqüências a serem filmadas etc. é o realizador/pesquisador, nem sempre o que a câmara descreve é fruto de sua decisão: o olho do operador da câmara pode estar focalizando o que acontece no primeiro plano do quadro, mas a objetiva registra, também, o que se passa no fundo do quadro. Essas informações só serão percebidas na análise das imagens.

Aos poucos, certas universidades européias e americanas começaram a introduzir as imagens nas áreas de ensino e pesquisa antropológicas, tendo como cenário principal a reflexão sobre, a relação antropologia e o filme etnográfico. O debate se voltou para uma questão básica: as representações fílmicas são interpretações ou informações? Desde então, a discussão continua em aberto. Para Marc-Henri Piault:

“os debates sobre os métodos não progridem, pois eles remetem a um objeto indefinido da antropologia que seria o Outro ou o Eu. Na verdade, a antropologia visual remete a uma

situação que deveria ser o objeto mesmo da antropologia: como é possível pensar a relação de um com o outro, do único com o múltiplo, da vida com a substância, do indivíduo com a sociedade, da sociedade com a natureza? O objetivo não é, na realidade, descrever fatos e objetos, mas refletir sobre a possibilidade de toda e qualquer relação” (Piault, 1992, p. 65).

Essa efervescência dos anos 1960-1970 teve como pólo de desenvolvimento o *Office National du Film* do Canadá (criado por Grierson em 1939, do qual Pierre Perrault foi também diretor), o *Comité du Film Ethnographique*, em Paris (com Rouch na presidência) e o grupo de Leacock-Drew, nos Estados Unidos. Segundo Gauthier, isto não aconteceu por acaso, mas:

“em três países que beneficiavam de uma boa tecnologia, de uma tradição sólida e de uma grande liberdade de movimento, limitada somente pela suspeição dos produtores econômicos. Experiência histórica – progresso técnicos<sup>24</sup> – liberdade de criação: é o outro triângulo que poderia definir este período” (Gauthier, 1995, p. 71).

E não restam dúvidas de que foi nesses países, seguidos da Inglaterra e da Alemanha, que a antropologia visual mais se expandiu e se legitimou. Com exceção da Inglaterra, os filmes etnográficos foram incentivados e financiados, nos demais países, por institutos culturais, museus ou centros de pesquisa: na França, o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e o *Institut de Recherche pour le développement* (ex-ORSTOM); nos EUA, o *Smithsonian Institution* e o *Center for Visual Anthropology*, da Universidade de South Califórnia (criado em 1982, por Timothy Asch); no Canadá, o *Office National du Film*; na Alemanha, o *Institut für den Wissenschaftlichen Film* (IWF), (Henley, 1985, p. 5).

Na Inglaterra desse período, a inexistência de institutos acadêmicos ou culturais que financiassem os trabalhos fílmicos dos antropólogos ingleses<sup>26</sup>, permitiu que a televisão britânica ocupasse esse espaço. Assim,

a partir dos anos 1970, vários canais de televisão ingleses se tomaram os principais produtores de filmes etnográficos.<sup>26</sup> De fato, no mundo inteiro,<sup>27</sup> a televisão passou a desempenhar um papel importante na produção e divulgação dos filmes etnográficos. Mais do que isso, é através dela que o antropólogo pode levar o público mais amplo à descoberta de povos e de culturas distantes. Segundo David Turton, o filme etnográfico e sua difusão televisiva facilitam:

“o acesso a outras culturas para aqueles que consideram a antropologia como uma ciência hermética. É preciso ajudar o público a realizar sua própria viagem para que ele alcance aquilo que o filósofo Gabriel Marcel chama de ‘o familiar em um coração longínquo... um distante que é também daqui’ (Turton *apud* Ginsburg, 1992, p. 72).

Os festivais internacionais de filmes etnográficos<sup>28</sup> e as revistas especializadas<sup>29</sup> em antropologia visual, criados ao longo desses anos, também desempenham o papel de divulgadores das culturas de todos os povos do planeta. São, entretanto, dirigidos, principalmente, a um público de iniciados. Nesses espaços de difusão visual e textual do filme etnográfico, encontramos uma variedade enorme de estilos de registros audiovisuais: filme de observação, filme-participação, filme ilustração, filme educativo/didático, filme de arquivo ou ainda as “notas cinematográficas”, propostas por Leroi-Gourhan. Embora elaborados através de métodos e técnicas diferenciadas, todos constituem documentos audiovisuais que expressam, mal ou bem, as questões teórico-metodológicas da antropologia visual. A principal delas gira ainda em torno da “representação”: o filme etnográfico não é mais considerado como instrumento que capta objetivamente os fenômenos sociais, ele é somente uma leitura possível, uma escolha, uma representação daquele que as produz.

As décadas de oitenta e noventa foram as mais ricas para o desenvolvimento da an-

tropologia visual na produção tanto de imagens quanto de textos. Impossível registrar neste *travelling* literário – cuja duração já ultrapassou as regras cinematográficas e editoriais – tudo o que foi produzido neste período. Assinalo, porém, que as principais questões teórico-metodológicas que nortearam a antropologia visual deste período giraram em torno das diversas experiências elaboradas com os instrumentos audiovisuais e os limites epistemológicos da representação visual (*feed-back*, Deshayes 1992; *câmara participante*, Rouch 1975/1997; *self-films* realizados pelos próprios ‘atores’, Turner 1990); dos desafios impostos pela interação com a mídia concernentes às concepções antropológicas tradicionais da relação entre o ego e o outro; da relação entre multimídia e antropologia visual. A relação entre antropologia e filme etnográfico centrou o debate dessas duas décadas na distinção entre “realidade” e “representação” (Banks 1990, Ruby 1991, Crawford 1992, Loizos 1992, Devereaux 1995, entre outros). Esses debates, que permitiam “visualizar teorias ou teorizar a visualidade” (Taylor, 1994), entraram em cena por volta dos anos oitenta, atravessaram com sucesso os anos noventa, e tudo indica que permanecerão nas telas e páginas da antropologia visual nesta passagem do milênio.

### Final do Travelling

Este *travelling* literário chega a seu final revelando passagens elaboradas em ritmo mais lento que permitem uma leitura detalhada e outras em ritmo mais acelerado, nas quais o leitor/espectador dirá que certos textos e imagens ficaram de fora do percurso. Há mais de um século a antropologia e o cinema se encontraram, muitos *travellings* e *panoramas* foram realizados desde então, este é somente um enquadramento possível.

Se desse encontro inicial surgiram as primeiras imagens dos povos desconheci-

dos do mundo ocidental, fabricadas pelos membros das grandes expedições científicas do período colonial, as “notas visuais” de Franz Boas constituíram as primeiras propostas de uso sistemático de imagens no trabalho de campo antropológico. Entretanto, nos filmes etnográficos que seguiram, produzidos até os anos sessenta, a elaboração das imagens para expressar um argumento ou traduzir uma impressão tinha forte preocupação estética. Ou seja, as imagens eram realizadas a partir de idéias pré-determinadas, pouco explorando o desenrolar “real” dos fatos sociais (MacDougall, 1995). A “realidade” dos fenômenos sociais aparece no cenário do filme etnográfico com os filmes neo-realistas italianos, principalmente, os de Roberto Rossellini (*Roma città aperta*, 1944; *Stromboli, terra di Dio*, 1949). Para ele, o neo-realismo não consistia em uma nova técnica de elaboração de filmes, mas numa maneira de perceber o mundo:

“o cinema é um modo de expressão como mil outros. (...). Não há técnica para abordar a verdade. Só uma posição moral pode abordá-la. (...) A câmara é como uma pena de caneta, é uma bobagem qualquer, não tem nenhum valor se não temos algo a dizer” (Rossellini *apud* Gauthier, 1995, p. 80).

Seus filmes influenciaram muito mais o filme etnográfico contemporâneo do que os documentários realizados até então. Pois, como diz MacDougall, “eles mostravam as questões econômicas e sociais e pareciam espelhos dos filmes que queríamos realizar sobre os eventos reais da vida cotidiana dos povos tradicionais”. Entra, assim, em cena o filme de observação apoiado na metodolo-

gia antropológica tradicional: passar um longo período com as pessoas filmadas para melhor conhecer suas práticas sociais e para que elas esqueçam a presença da câmara. Essa nova abordagem do filme etnográfico ganhou adeptos dentro e fora da antropologia. Assim, a maioria dos filmes apontados como os melhores deste final de século, do ponto de vista técnico e antropológico, foram realizados por documentaristas e não por antropólogos. Evidentemente há exceções. Mas é bem verdade que nem todos os filmes etnográficos realizados por antropólogos entram no circuito de grande difusão, na televisão e nos festivais internacionais. Muitos preferem o circuito acadêmico e universitário e ficam desconhecidos do grande público e da distribuição de prêmios...

Em suma, nem tudo depende de para quem e para quem filmamos e sim, em quem e como as imagens e os sons contribuem para a melhor compreensão do sujeito antropológico. A invenção de novas tecnologias do audiovisual levou vários antropólogos a refletirem sobre as contribuições que o filme, o vídeo, a fotografia e o multimídia trazem para o conhecimento das sociedades (Marcus 1994, Singer 1992, Turton 1992, Ginsburg 1992). Entretanto, apesar dos estímulos de Mauss, Boas, Griaule, Mead e de vários outros dos nossos “mitos antropológicos”, poucos foram aqueles que aplicaram e/ou se interessaram pela interseção entre antropologia e filme etnográfico no ensino e na pesquisa antropológica.

(Recebido para publicação  
em novembro de 1999)

## Notas

1. Sobre fotografias, esta mesma revista publicou no n.º 27, de setembro de 1988, o artigo de Miriam Moreira Leite “A Fotografia e as Ciências Humanas”. Sem dúvida, é tempo de atualizá-la mas, deixo a tarefa para os especialistas em antropologia & fotografia.
2. Um panorama da produção brasileira foi recentemente realizado por Mauro G. Koury: “A Imagem nas Ciências Sociais no Brasil: um balanço crítico”, In *BIB*, n.º 47, 1999, pp. 49-63.
3. Sobre a história paralela da antropologia e do cinema, ver *Cadernos de Antropologia e Imagem. primeiros contatos, primeiros olhares. NAI/PPCIS/UERJ*, n.º 1, 1995.
4. As traduções das línguas francesa e inglesa são de minha responsabilidade.
5. A este respeito, ver um dos mais completos artigos sobre a história do filme etnográfico, “The History of Ethnographic Film”, de Emile De Brigard, 1.ª ed. 1975 e 2.ª ed. 1995.
6. Uma análise do trabalho fílmico de Haddon pode ser encontrada no artigo de Brombead, “The Haddon rushes: the first anthropologist behind a camera” (1993).
7. Texto re-publicado em *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.º 1, 1995. NAI/PPCIS/UERJ.
8. Carta escrita a Owen Cattell (em 1932), cameraman do filme *Land of the Zuni anã community work*. In: Jacnis, 1984, pp. 44.
9. *O American Museum e a British Association for the Advancement of Science* financiaram algumas das viagens de pesquisa de Boas.
10. Os exemplos são diversos: *Nanook of the North* (1920-22) e *Moana* (1923-26), de R. Flaherty; *In the Land of the Head Hunters* (1911), de E. Curtis; *Grass* (1925) e *Chang* (1927), de M. Cooper e E. Schoedsak, entre outros.
11. Publicado em 1931 em *La Revue des vivants*. Gauthier retomou esta citação de Marcel L’Herbier, publicada In. *Intelligence du cinématographe*, 1946. (Ganthier, 1995, p. 51).
12. Vários dos capítulos que compõem este livro foram extraídos dos cursos de Mauss no Institut d’Ethnologie de l’Université de Paris, de 1926 a 1939.
13. A primeira versão desse capítulo foi publicada sob o título de “Fragment d’un plan de sociologie générale descriptive”, em *Annales Sociologiques*, série A, Sociologie Générale, fase. 1, 1934.
14. Termo empregado por Mauss (1947, p. 23).
15. Mais conhecido como cineasta, Grierson era doutor em filosofia pela Universidade de Glasgow.
16. Um dos mais conhecidos teóricos desse movimento foi Lindsay Anderson que realizou *Every Day except Christmas, 1957* e *Together, 1954-56*. Mas, o Free Cinema teve vida curta: 1956-1959.
17. Por exemplo, o Colonial Film Unit e o Office National du Film du Canada (De Brigard, 1975/95).
18. André Leroi-Gourhan foi titular da disciplina ‘pré-história’ no Collège de France e de Etnologia na Sorbonne e um grande incentivador do filme etnográfico. Um de seus livros mais consagrados é *Le geste et la parole*, ed. Albain Michel, 1965.
19. Em 1966, a Universidade da Pennsylvania criou o acervo americano da *Encyclopaedia*

- Cinematographica* e, em 1970, o Japão funda a *Encyclopadia Cinematographica*, em Tóquio. (De Brigard, 1975/95).
20. Publicado pela Association Intemationale du Cinéma Scientifique. *Research film*. Göttingen-Paris, vol. 13, 4 (3), 1959 pp. 231-241.
  21. "Catalogue des films ethnographiques français", Cahiers du centre de documentation, n.º 15, UNESCO.
  22. Em 1956, Jean Rouch realizou o primeiro fórum de filmes etnográficos no Comité du Film Ethnographique.
  23. Nos Estados Unidos, Richard Leacock foi quem primeiro utilizou essa câmara em *Primary e Indianapolis*
  24. Câmaras cada vez mais leves, silenciosas, som sincronizado, películas de alta sensibilidade que dispensam iluminação artificial etc.
  25. Foi somente nos anos 1980, que Paul Henley criou o Granada Centre for Visual Anthropology, na Universidade de Manchester, voltado para formação em antropologia visual.
  26. Por exemplo, as séries *Disappearing World* (1970), da Granada TV; *Worlds apart* (1979) e *Under de Sun* (1939), da BBC; *Strangers Abroad* (1986), da Central TV; *Body Styles* (1989) e *Native Land* (1989), da Channel 4. Todas tendo antropólogos como diretores, realizadores ou consultores.
  27. Em 1966, o canal NTV criou no Japão a série *Our Wonderful World*. Nessa época, os antropólogos japoneses ainda não se interessavam pelo filme etnográfico e foi o sucesso obtido junto aos espectadores que despertou o interesse da antropologia japonesa pela uso da imagem. (Ginsburg, 1992, p. 70).
  28. Para citar apenas os mais conhecidos: o primeiro deles foi o Festival dei Popoli de Florença, criado em 1959; surgem em seguida o Margaret Mead Festival, em Nova York, 1977; o Cinéma du Réel, Festival International de films ethnographiques et sociologiques (inicialmente chamado 'L'homme regarde l'homme') em 1978 e, quatro anos depois o Bilan du Film Edmographique, ambos em Paris; Royal Anthropological Festival em 1980; Eyes Across the Water, em Amsterdam; Royal Anthropological Festival, em Londres.
  29. *Research Film* (1952), publicada pelo Institut für den wissenschaftlichen Film de Göttingen; *Visual Anthropological Review* (1984), publicada pela Society For Visual Anthropology, University of Southem California *Visual Anthropology* (1987), publicada pela Comission on Visual Anthropology, University of Montreal; *CVA Review - bulletin d'information*, publicada pela Comission on Visual Anthropology, são as mas conhecidas.

### Bibliografia

Adair, John e Worth, Sol.

- 1967 "The Navajo Filmmaker: A Brief Report of Some Recent Research in Cross-Cultural Aspects of Film Communication', *American Anthropologist*, 69 (1), pp. 76-78.
- 1970 "Navajo Filmmakers", *American Anthropologist*, 72 (1), pp. 9-34.

- Asch, Timothy e Asch, Patsy  
 1988 "Film in Anthropological Research". In: Hockings P. e Omori Y. *Senri Ethnological Studies. Cinematography Theory and New Dimensions in Ethnographic Film*, n.º 24, pp. 165-189.
- Banks, Marcus  
 1992 "Quoi de neuf à la télévision britannique?", *CinémAction*, n.º 64, pp. 90-100.  
 1990 "The Seductive Veracity of Ethnographic Film", *Visual Anthropology Review* 6 (1).
- Bateson, Gregory e Mead, Margaret  
 1942 *Balinese Character. A Photography Analysis*. NY, The New York Academy of Sciences.
- Boas, Franz  
 1897 *The Social Organization and Secret Societies of the Kwakiult. Based upon Personal Observations and on Notes made by George Hunt*. Relatório de 1895 do US National Museum, pp. 311-738.  
 1909 *The Kwakiult of Vancouver Island*. Publicação da Jesup Expedition 5(2) e em "Memoirs" do American Museum of Natural History.
- Bromhead, Toni  
 1993 "The Haddon rushes: the first anthropologist behind a camera", In "1942-1992. Fifty Years After "Balinese Character", *Yearbook of Visual Anthropology*, pp. 7-12.
- Calisi, R.  
 1960 "Sulla utilizzazione dei film nella ricerca etnografica". *Rivista di Etnografia XIV* (61), pp. 36-58.
- Caravaglios, C  
 1934 "Disco e fonofilm a servizio della ricerca folklorica". *Rivista Intenzionale del Cinema Educativo*, VI (6), pp. 469-476.
- Crawford, Peter  
 1992 "Film as discourse: the invention of anthropological realities". In: Crawford P. e Turton D. *Film as Ethnography*. Manchester University Press, pp. 66-84.
- Crawford, Peter e Turton, David (orgs.).  
 1992 *Film as Ethnography*. Manchester University Press.
- Chiozzi, Paolo  
 1989 "Reflections on Ethnographic Film with a General Bibliography". *Visual Anthropology*, vol. 2, pp.1-84.
- De Brigard, Émile  
 1995 "The history of Ethnographic film". In: Hockings, *Principles of Visual Anthropology*, NY, Mouton de Gruyter, pp. 13-43. 1ª ed. em 1975. Republicado por De France, C. (1979) *Pour une anthropologie visuelle* Paris, Mouton ed., pp. 21-51.
- De Heusch, Luc  
 1962 *Cinéma et Sciences Sociales. Panorama du film ethnographique et sociologique* UNESCO, Rapports et documents de Sciences Sociales, n.º 16, 104 p.

- 1992 "Une expérience de feed-back", *CinémAction* n.º 64, pp. 198-200. E em *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.º 3, 1996.
- Devereaux, Leslie e Hillman, R.  
1995 *Fields of Vision*. Berkeley, California University Press.
- Gardner, Robert  
1957 "Anthropology and Film". *Daedalus*, 86, pp. 344-352
- Gauthier, Guy  
1995 *Le documentaire, un autre cinéma*. Paris, ed.Nathan
- Ginsburg, Faye  
1992 "Le rôle irremplaçable de la télévision", *CinémAction*, n.º 64, pp. 68-72
- Griaule, Marcel  
1957 *Méthode d'Ethnographie*. Paris, PUF.
- Haddon, Alfred Cort.  
1901-1903 "Physiology and Psychology". *Reports of The Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*, vol. 1.  
1904 "Sociology, Magic and religion of the Western Islanders". *Reports of The Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*, vol.11.  
1907 "The languages of Torres Straits". *Reports of the Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*, vol. 111.  
1908 "Sociology, Magic and religion of the Eastern Islanders". *Reports of The Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*, vol. VI.  
1912 "Arts and Crafts". *Reports of the Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*, vol. IV.  
1935 "General Ethnography", *Reports of the Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*, vol, V.
- Heider, Karl  
1995 "Uma história do filme etnográfico", *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.º 1 NAI/PPCIS/UERJ. Publicado originalmente em 1988, *Ethnographic Film*, University of Texas.
- Henley, Paul  
1985 "British Ethnographic Film. Recent Developments", *Anthropology Today*, 1 (1), pp.5-17.
- Herskovits, Melville  
1941 *Myth of the Negro Past*, Boston, Beacon Press.
- Hockings, Paul (org.)  
1995 *Principles of Visual Anthropology*. NY, Mouton de Gruyter. 1.ª ed. em 1975.  
1988 "Ethnographic Filming and the development of Anthropological Theory", pp.205-224. In: Hockings, P. e Omori, Y. *Senti Ethnological Studies. Cinematography Theory and New Dimensions in Ethnographic Film*, n.º 24, pp. 205-224.

- Homiak, John P.  
 1990 "The Anthropological visualization of Haiti: reflexions on the films of Melville Herskovits and Maya Deren". *CVA Review*, Spring, pp. 13-2
- Jacknis, Ira  
 1984 "Franz Boas and Photography". *Visual Communication*, vol. 10, n.º 1, pp. 1-60.
- Jordan, Pierre  
 1992 *Premier Contact-Premier Regard. Cinéma kino*. Musées de Marseille, Images en Manuvres Editions. E In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 1995, n.º 1 NAI/PPCISIUERJ.
- Lajard J. e Regnault, Felix-Louis  
 1895 "Poterie crue et origine du tour". Paris, *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, n.º 6, pp. 734-739.
- Lajoux, Jean-Dominique  
 1970 "L'ethnologue et la caméra". *La Recherche*, n.º 4, vol. 1, pp. 327-334.  
 1976 "Le film ethnographique". In: R. Cresswell and M. Godelier (eds). *Outils d'enquête et d'analyse anthropologiques*. Paris, Maspero, pp. 105- 13 1.
- Leroi-Gourhan, André  
 1948 "Cinéma et sciences humaines. Le film ethnographique. *La Revue de géographie humaine et d'ethnologie*, n.º 3. E In: *Le fil du temps*, Paris, Fayard, eds de 1983 e 1985.
- Loizos, Peter  
 1992 "Admissible evidence? Film in anthropology", In: Crawford P. e Turton D. (orgs) *Film as Ethnography*. Manchester University Press, pp. 50-65.
- Marcus, George E.  
 1994 "The modernist Sensibility in a Recent Ethnographic Writing and the Cinematic Metaphor of Montage", In: Taylor L. *Visiting Theory Selected Essays from V.A.R 1990-1994*. Routledge, Nova York/London, pp. 37-53.
- MacDougall, David  
 1995 "Beyond Observational Cinema", In: Hockings P. *Principles of Visual Anthropology*, Nova York, ed. Mouton de Gruyer, pp. 1 15-132. 1.ª ed. 1975.  
 1992 "Complicities of style". *Film as Ethnography*. Manchester University Press, pp.90-98.
- Marey, Etienne-Jules  
 1882 "Emploi des photographies partielles pour étudier la locomotion de l'homme et des animaux". Paris, *La Nature*.
- Mauss Marcel  
 1947 *Manuel d'ethnographie*. Paris, Ed. Payot.
- Mead, Margaret  
 1956 "Some uses of still photography in culture and personality studies". *Personal Character and Cultural Milieu*. D.G. Haring, NY : Syracuse University Press.  
 1963 "Anthropology and the Camera". *Encyclopedia of the Photography*. NY, Ed. W. D. Morgan, National Educational Alliance, pp. 166-184.

- 1975/1995 "Visual Anthropology in a Discipline of Words". In: Hockings, P. *Principles of Visual Anthropology*. NY, ed. Mouton de Gruyer, pp. 3-10. Ou In: De France, C. *Pour une anthropologie visuelle*, Paris, Cahiers de l'Homme, 1979, pp. 13-20.
- Mead, Margaret e Macgregor, Francis  
 1951 *Growth and Culture. A photographic study of balinese Childhood*. NY, G.P.Putnam's Sons
- Murdock, George  
 1934 "Our primitive contemporaries". *L'Anthropologie*, tomo XLI V, pp. 404-405.
- Olivier de Sardan, Jean-Pierre  
 1971 "Où va le cinema ethnographique?", *L'Ethnographie*, 65 (N. S.), pp. 1-11
- Piault Mare-Henri  
 1992 "Du colonialisme à l'échange", *CinémAction*, n.° 64, pp. 58-65.
- Regnault, Felix-Louis  
 1896a "Les attitudes du repos dans les races humaines". Paris, *Revue Encyclopédique*, pp. 9-12.  
 1896b "La locomotion chez l'homme". *Cahiers de Recherche de l'Académie* 122, pp-401  
*Archives de Physiologie, de Pathologie et de Génétique*, 8, pp-381.  
 1897 "Le grimper". Paris, *Revue Encyclopedique*, pp. 904-905.  
 1900 "La chronophotographie dans l'Ethnographie". Paris, *Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris*, 1, pp. 421-422.  
 1912 "Les musées des films". Paris, *Biologica*, n.° 2 (16).  
 1923a "Films et Musées d'ethnographie". Paris, *Comptes-rendus de la Session de l'Association Française pour l'Avancement des Sciences*, pp. 880-881.  
 1923b "L'histoire du cinéma, son rôle en anthropologie". *Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris* (V Série) 7-8, pp. 61-65.  
 1931 "Le rôle du cinéma en ethnographie". *La Nature*. 59, pp. 304-306.
- Revista CinémAction  
 1982 *Jean Rouch, un griot gaulois*, n.° 17.  
 1987 *Le Documentaire Français*, n.° 41.  
 1992 *Demain, le cinema ethnographique?*, n.° 64.
- Rotha, Paul  
 1936 *Documentary Film*. London, Faber and Faber.
- Rouch, Jean  
 1955 "A propos de films ethnographiques", *Positif. Revue du Cinéma*, 14/15.  
 1975/1995 "The camera and man". In: Hockings, P. *Principles of Visual Anthropology*. NY, ed. Mouton de Gruyer, pp.79-98. Ou In: De France, C. *Pour une anthropologie visuelle*, Paris, Cahiers de l'Homme, 1979, pp. 53-71.
- Ruby, Jay  
 1991 "Speaking For, Speaking About, Speaking With, or Speaking Alonside", *Visual Anthropology Review* 7 (2).

- Singer, André  
 1992 Anthropology and Broadcasting'. In: Crawford P. e Turton D. *Film as Ethnography*, Manchester University Press, pp. 264-273.
- Spannaus, Gunther  
 1956 "Der film als Mittel Völkerkundlicher Forschung" (O filme como auxiliar da pesquisa etnográfica). Göttingen, *Research Film*, vol. 2, n.º 4, pp. 159-163.
- Taylor, Lucien (org.)  
 1994 *Visualizing Theory. Selected Essays from V.A.R 1990-1994*. Routledge, NY/London.
- Turner, Terence  
 1990 "Visual Media, Cultural Politics, and Anthropological Practice: Some Implications of Recent Uses of Film and Video Among the Kayapo of Brazil". *CVA Review*, spring, pp. 8-12
- Turton, David  
 1992 "Anthropology on television: what next?". In: Crawford P e Turton D. *Film as Ethnography*, Manchester University Press, pp. 283-299.
- Vertov, Dziga  
 1923 "Kinoki Perevorot". *Lief*, junho. Republicado, em parte, in: *Cahiers du Cinéma*, 1963, 144, pp.32-34.
- Worth, Sol e Adair, John  
 1972 *Through Navajo eyes: an exploration in film communication and anthropology*. Bloomington, Indiana University Press.

#### Filmografia citada

- Adair, John e Worth, Sol  
 1938 *Indian Silversmiths of the Southwest*, 20 mn.
- Cavalcanti, Alberto  
 1936 *Coal Face*, GPO-Film Unit.\*
- Cort Haddon, Alfred  
 1898 *Aboriginals from Torres Strait*. Cambridge University, 10 min.
- Flaherty, Robert  
 1922 *Nanook of the North*. Revillion Frères, 70 min.  
 1934 *Man of Aran*. GPO-Film Unit, 77 min.

---

\* Fundado em 1928 como Empire Marketing Board, em 1933 passou a chamar-se General Post Office/GPO, em 1937 foi redenominado Crown Film Unit e, finalmente, entre 1939-1945: National Film Board.

- Griaule, Marcel  
 1935 *Au pays Dogon*. Musée de L'Homme, 10 min.  
 1938 *Sous les masques noirs*. Musée de L'Homme, 10 min
- Grierson, John  
 1929 *Drifters*. Empire Marketing Board/GPO-Film Unit, 37 min.
- Grierson, John e Flaherty, Robert  
 1933 *Industrial Britain*. GPO-Film Unit.
- Marshall, John  
 1952-1978 Filmes sobre os! KungThe *Hunters* (73 min.), *The Gathers*, *The Players*, *The Rhythms*, *The Seasons*. Film Study Center, Harvard University.
- O'Reilly, Patrick  
 1934 *Bougainville*, denominado posteriormente de *Popoko, île sauvage*, 38 min., prod O'Reilly.
- Poirier, Léon  
 1926 *La Croisière noire*. Ind. André Citroën, existem duas cópias: uma de 60 min. outra de 30 min.
- Rossellini, Roberto  
 1944 *Roma città aperta*. Excelsa Film, 100 min.  
 1949 *Stroniboli, terra di Dio*. Excelsa Film, 107 min.
- Rouch, Jean e Morin Edgar  
 1961 *Chronique d'un été*. Les Films de la Pléiade, 90 min.
- Vigo, Jean  
 1929 *A propos de Nice*. prod. J. Vigo, 30 min.

## Resumo

### *Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual*

Este artigo tem por objetivo retratar o cenário constitutivo da antropologia audiovisual através das principais publicações internacionais sobre a relação entre antropologia e filme etnográfico. Proponho, assim, fazer uma (re)leitura dos estudos que procuram integrar o material visual e sonoro aos escritos etnográficos, sobretudo, à teoria antropológica, apontando para preocupações metodológicas na aplicação desse instrumento na pesquisa antropológica. Esta revisão literária — realizada na forma de *travelling* cinematográfico — começa no final do século XIX, registrando as primeiras reflexões teórico-metodológicas sobre a

aplicação das imagens em movimento nas pesquisas antropológicas, atravessa o século XX fixando pesquisadores, seus textos e imagens e termina nas últimas produções/imagens deste século que findou.

**Palavras-chave :** antropologia & filme etnográfico; história da antropologia visual; metodologia audiovisual

### **Abstract**

*Anthropology and Ethnographic Films: A Travel Shot of Visual Anthropology's Literary Setting*

Through an examination of the major international publications on the relation between anthropology and ethnographic film, the article sketches the setting in which audiovisual anthropology was constructed. This (re)reading of studies that endeavor to relate visual and sound material to ethnographic writings and, primarily, to anthropological theory points to methodological concerns regarding application of the tool to anthropological research. Resembling a travel shot, this review of the literature begins in the late nineteenth century, with the first theoretical-methodological reflections on the use of moving images in anthropological research. It continues through the twentieth century, identifying researchers and their texts and images, and closes with the last productions and images of the century just ended.

**Keywords:** anthropology and ethnographic film; history of visual anthropology; audiovisual methodology



**Abreu, Regina Maria do Rego Monteiro de**

*O Historiador dos Bárbaros: A Trajetória de Euclides da Cunha e a Consagração de Os Sertões*. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 357 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Euclides da Cunha passou a ser reverenciado como o primeiro autor a escrever um “clássico” no Brasil, uma obra científica que até então só podia ser encontrada em livros estrangeiros. O objetivo da tese é descobrir como isto ocorreu. A investigação tomou como fio condutor a análise de dois movimentos sucessivos: o primeiro corresponde às condições de produção e de consagração de *Os Sertões*, nos períodos imediatamente anterior e posterior a 1902, quando o livro foi lançado; o segundo corresponde à difusão e perpetuação do valor e da atualidade da obra. Por fim, é analisado o processo de fabricação da “vida exemplar” de Euclides da Cunha e de sua transformação num “santo” venerado por uma legião de admiradores.

**Araújo, Adriano Moreira de**

*Lideranças Sindicais e Socialização Política*. Mestrado em Sociologia, IFCS, 1998, 186 pp. Orientadora: Regina Lúcia de Moraes Morel.

Constrói, através de histórias de vida de quatro líderes do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, suas trajetórias familiares, profissionais e políticas. Procura compreender em que medida os agentes, informados pelo universo de múltiplas relações sociais e por projetos de vida (que, embora percebidos subjetivamente, são produzidos no âmbito de coletividades históricas como a família, a categoria profissional, os movimentos populares, o partido etc.) se dispõem à militância sindical, escolhendo-a em um campo de outras possibilidades. As trajetórias dos quatro líderes — três presidentes eleitos a partir de 1987, em chapas articuladas em torno do novo sindicalismo, e um eleito em fins da década de 70 — são analisadas individualmente e, posteriormente, comparadas entre si. Assim, busca verificar se é possível sugerir um “perfil” dos líderes atuais. É nesse sentido que o contraponto com o líder da geração social anterior poderá evidenciar algumas distinções.

**Araújo, Clara Maria de Oliveira**

*Cidadania Incompleta: O Impacto da Lei de Cota sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil*. Doutorado em Sociologia, UFRJ/IFCS, 1999, 376 pp. Orientadora: Alice Abreu.

Analisa a introdução da política de cotas para candidaturas proporcionais no Brasil, tomando por base o processo que levou à aprovação de legislação federal e os seus primeiros resultados eleitorais. A política de cotas prevê que os partidos políticos brasileiros devem reservar um percentual mínimo de vagas para cada sexo em suas listas eleitorais proporcionais. O estudo procura inserir o tema no cenário mais amplo que envolve a problemática do acesso das mulheres à representação política, identificando o contexto mais geral no qual essas iniciativas estão inseridas. Em seguida, analisa as características do processo e os seus primeiros resultados nas eleições de 1996 e 1998. A problemática é discutida a partir da adoção de um referencial analítico que integra dimensões mais amplas do sistema político, padrões sociais que marcam o acesso à esfera da representação política e experiência de atores concretamente situados. A partir dessa perspectiva, discute em que medida tais políticas alteraram ou podem vir a alterar esses cenários; como essas diversas dimensões incidem sobre a política de cotas; e quais delas são mais relevantes para entender a experiência brasileira. Conclui indicando, entre os diversos fatores analisados, que a política de cotas tende a ter impacto limitado sobre a representação política das mulheres em países que, como o Brasil, adotam sistemas eleitorais de lista aberta.

**Assis, Erika Maria Bastos de**

*Os Arturos: Casa, Descendência e Identidade Social em uma Comunidade Negra de Contagem, MG.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 209 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Estudo dos processos sociohistóricos pelos quais os *Arturos* reinventam sua ideologia familiar e sua identidade social. A abordagem foi construída através do estudo da inserção dos *Arturos* no contexto sociohistórico regional, dos mitos e das relações familiares, dos diversos aspectos relacionados à celebração da casa e do processo de herança e transmissão. Nesta perspectiva, partiu das categorias culturais, a fim de que fosse possível a apropriação dos sentidos implícitos nas práticas dos *Arturos*, sem, no entanto, priorizar as dimensões econômica, social ou cultural de suas experiências familiares.

**Bezerra, Marcos Otavio**

*Em Nome das "Bases". Política, Clientelismo e Corrupção na Liberação de Recursos Federais.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 351 pp. Orientador: Moacir G. S. Palmeira.

O trabalho focaliza as relações, práticas e interesses articulados em torno da atuação efetiva de parlamentares orientada para a obtenção de recursos federais para o que designam como suas *bases eleitorais*. Procura mostrar como as representações, relações e práticas produzidas a partir da atuação dos parlamentares em favor de suas *bases* são constitutivas das relações políticas e do modo de operar do poder público. O trabalho visa, portanto, contribuir para o entendimento da atuação efetiva dos parlamentares, dos mecanismos sociais de liberação de recursos federais, do funcionamento da administração pública e das relações de interdependência das políticas "federal" e "local".

**Bonet, Octavio Andrés Ramón**

*Saber e Sentir. Uma Etnografia da Aprendizagem da Biomedicina.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 158 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Refere-se à aprendizagem de uma ciência, a *biomedicina*, que surge como consequência das mudanças na visão de mundo ocorridas nos séculos XVI e XVII, dando lugar a uma explicação mecanicista do mundo, e, assim, a uma visão dualista do homem. Esta visão permite perceber que a “prática biomédica” se estrutura ao redor de uma *tensão estruturante*, entre os domínios do *sabêr* (associado ao racional e ao científico) e do *sentir* (associado ao emocional e ao psicológico). Com o objetivo de analisar como se manifesta essa *tensão estruturante* no processo da aprendizagem da biomedicina, foi realizada uma etnografia de um pavilhão de Clínica Médica de um hospital público, centrando nossa observação nos médicos residentes, que começavam sua prática médica. A importância de realizar a observação em uma *residência* se dá porque aí se encontram a prática médica “vívda” e a busca da excelência pela aprendizagem, que vão configurar os dois pólos da tensão estruturante.

**Brissac, Sérgio Góes Telles**

*A Estrela do Norte Iluminando até o Sul: Uma Etnografia da União do Vegetal em um Contexto Urbano*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 148 pp. Orientador: Otávio Velho.

Apresenta a etnografia de um núcleo da União do Vegetal (UDV), religião brasileira fundada em 1961, na Amazônia, por José Gabriel da Costa e atualmente disseminada pelo território brasileiro. A UDV tem como elemento central de seu ritual a ingestão de um chá denominado *Hoasca* ou *Vegetal*, preparado com duas plantas: o cipó mariri (*Banisteriopsis caapi*) e o arbusto chacrona (*Psychotria viridis*). Esse chá, de propriedades psicoativas, é utilizado amplamente na Amazônia Ocidental, sendo também denominado *ayahuasca*, *yajé* e Daime. A pesquisa de campo foi realizada em um contexto urbano, estudando-se, em 1998, o Núcleo Alto das Cordilheiras, em Campinas, SP. Através dessa etnografia busca-se captar a estrutura matricial da UDV e seus aspectos constitutivos, que são identificados segundo um esquema triádico: o modelo organizacional, a narrativa histórica e a experiência simbólica.

**Burke, Patricia Santos Neves**

*O Jornal em Pauta: Um Estudo sobre a Coluna de Cartas dos Leitores do Jornal do Brasil*. Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 131 pp. Orientador: Otávio Velho.

A pesquisa abordou uma reflexão específica em torno do conteúdo da publicação como um todo e de cartas, publicadas ou não, contemplando também dados evidenciados em depoimentos colhidos na própria redação, bem como junto a pessoas que tiveram textos apresentados na coluna. Dentro dos limites desta abordagem, procurou-se dar espaço a uma perspectiva em que, na aproximação entre ditos leitores e jornal, fossem sublinhadas influências mútuas exercidas e laços estabelecidos entre os personagens desta relação.

**Castro, João Paulo M.**

*Não Tem Doutores da Favela, mas na Favela Tem Doutores – Padrões de Interação em uma Favela do Subúrbio Carioca nos Anos 90*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 159 pp. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

Levantar alguns elementos que possam contribuir para uma maior compreensão do subúrbio carioca, em particular das favelas nele situadas. Tem como objetivo principal tentar recuperar

uma forma de compreender as favelas cariocas dentro das lógicas internas que lhes são próprias, das suas expectativas e aspirações. O ponto de partida foi constatar que a constituição histórica da vida social é dinâmica e mutável, não existindo um modelo de organização e de comportamento constituído à revelia dos agentes e das práticas sociais. Analisa as disputas internas, enfocando, primordialmente a *Associação de Moradores da Praça* e a *Escola de Samba Mirim*. Procura mostrar a construção social das práticas e das atitudes inerentes a estes dois espaços, que leva à existência de diversas “comunidades” numa só localidade.

**Catela, Ludmila da Silva**

*Não Haverá Flores na Tumba do Passado. A Experiência de Reconstrução do Mundo dos Familiares de Desaparecidos de La Plata – Argentina.* Doutorado em Antropologia Cultural, UFRJ/IFCS, 1999, 370 pp. Orientadora: Regina Reyes Novaes.

Tomando como estudo de caso a cidade de La Plata, uma das mais afetadas pela repressão durante a última ditadura militar na Argentina (1976-1983), aborda a experiência de um conjunto de familiares de desaparecidos que compartilharam a situação limite do seqüestro e o desaparecimento de parentes. Entre a história oral e a etnografia, estuda as estratégias práticas desenvolvidas por estes indivíduos para darem sentido a um estado de violência e inversão simbólicas de seu entorno social e cultural. A partir do seqüestro, os indivíduos e grupos mergulharam em um mundo alterado pela repressão política, no qual todas as suas referências identitárias e certezas prévias foram desmanteladas. O estudo privilegia não um tempo cronológico linear, mas a recuperação de processos de construção de sentidos que, mesmo que afetados pelos “problemas” mais amplos do país em sua história recente, tem uma temporalidade e contornos específicos. Cada um dos capítulos mostra formas de fazer público um drama familiar que se tornou nacional.

**Conrado, Flávio César dos Santos**

*Cidadãos do Reino de Deus: Representações, Práticas e Estratégias Eleitorais. Um Estudo da “Folha Universal” nas Eleições de 1998.* Mestrado em Antropologia, UFRJ, 2000, 119 pp. Orientadora: Regina Reyes Novaes.

A presença pentecostal na política tem se tornado cada vez mais significativa desde sua irrupção, na década de 80, por ocasião da Assembléia Constituinte. Através da análise do jornal semanal Folha Universal no período eleitoral, buscou apreender os parâmetros de atuação político-eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus nas últimas eleições (1998). Nesse sentido, tenta compreender o fenômeno social da bem-sucedida mobilização eleitoral a partir dos recursos organizacionais e simbólicos utilizados por este grupo religioso no processo de construção da “representação política” no qual o jornal cumpre um papel central.

**Damasceno, Caetana Maria**

*Segredos da Boa Aparência (Sobre “Raça” e Gênero no Mercado de Trabalho): Análise de Entrevistas, Histórias de Vida e Literatura Autobiográfica.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Trata da construção social das desigualdades raciais no mundo do trabalho urbano por intermédio da análise da complexa combinação entre as noções de “branqueamento” e de “boa aparência”. Para realizar essa *démarche*, em uma perspectiva antropológica, explora

interpretações diferenciadas, provenientes de diferentes domínios, sobre as relações entre ascensão social, “branqueamento” e suas implicações para a negociação de identidades sociais.

**Delfino, Maria Andrea**

*Mulheres e Executivas: Trajetórias de Gênero no Brasil.* Mestrado em Sociologia, UFRJ/IFCS, 1999, 111 pp. Orientadora: Alice Rangel de Paiva Abreu.

O objetivo central do trabalho é compreender as múltiplas determinações de existência das mulheres em cargos de direção de empresas. Procurando (re)construir as trajetórias profissionais e as representações construídas sobre as mulheres executivas, reflete em que medida elas estão dotadas de práticas e propriedades comuns e, logo, existem como grupo. As entrevistas realizadas apontam para o reconhecimento do maior peso das estratégias individuais do vínculo de trabalho como elemento fundamental na construção das trajetórias sociais e do “ajuste” como prática conciliatória, que permite uma melhor articulação da carreira com a vida afetivo-familiar, elementos estes que permitem pensar as mulheres profissionais como criadoras de novas trajetórias profissionais.

**Fausto, Carlos**

*A Dialética da Predação e Familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental: por uma Teoria da Guerra Ameríndia.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 522 pp. Orientador: Eduardo B. Viveiros de Castro.

Este trabalho, uma Etnografia dos Parakanã, povo tupi-guarani da Amazônia Oriental, possui dois objetivos principais: por um lado, fornecer uma descrição geral do grupo, apresentando o material empírico coletado em dezesseis meses de pesquisa de campo; por outro, propor um modelo geral dos fenômenos de violência guerreira na América do Sul indígena. O modelo parte de três pontos bem estabelecidos: a) os sistemas ameríndios se organizam em torno da produção de pessoas, não de bens materiais; b) boa parte das cosmologias do continente associa interioridade e identidade à esterilidade, fazendo com que a reprodução generalizada do grupo dependa simbolicamente da relação com o exterior e com a alteridade; c) a predação é o principal esquema de interação com o exterior. Aceitando esses três pontos, o modelo recusa outros três, a saber: a) a subsunção da predação à reciprocidade, em especial a uma de suas formas, a troca simétrica; b) a pouca atenção dada às relações assimétricas, em particular àquelas que implicam controle simbólico; c) a não conceitualização do movimento interno entre diferentes modos de relação. Por meio do exame desses pontos, propõe-se uma alternativa em que a guerra ameríndia é pensada como um momento do processo geral de produção de pessoas. Denomina-se-o “consumo produtivo” para enfatizar, ao mesmo tempo, seu caráter destrutivo e criativo. O segundo momento desse processo é a familiarização, conversão da relação matador-vítima em relação ao senhor-xerimbabo, que é o principal esquema de controle simbólico nas terras baixas da América do Sul. Designa-se o movimento que articula esses dois modos de relação “predação familiarizante”, sugerindo-se ser este o processo geral de uma economia voltada para a apropriação de subjetividades no exterior.

**Ferraz, Iara**

*De “Gaviões” a “Comunidade Parkatêjê”: Uma Reflexão sobre Processos de Reorganização Social.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 212 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

As trajetórias dos três grupos locais reunidos atualmente em uma única aldeia, na Terra Indígena Mãe Maria (sudeste do Estado do Pará), conhecidos como “gaviões ocidentais” e, desde meados da década de 70, como “comunidade *Parkatêjê*”, são recentes se comparadas aos demais grupos Jê-Timbira (no Maranhão e Tocantins), cujo contato data de meados do século passado. A recomposição demográfica, o controle dos recursos econômicos e simbólicos, através da manipulação da identidade étnica diferenciada, vem permitindo a manutenção dos grupos locais (que atuam como frações cerimoniais e também como facções políticas bem delimitadas) reunidos na “comunidade”, com fins específicos de interação nos rituais públicos que se intensificam com a ampliação das redes de relações interétnicas. Enquanto os interesses e o desempenho dos jovens (*mekwatuwa*) parecem estar voltados para o controle de recursos (inclusive monetários) como elemento decisivo para a consolidação de alianças internas e redimensionamento das relações com agentes externos, a realização dos cerimoniais de longa duração e os jogos de flechas, que atualizam sistemas articuladores das relações sociais (como a nomeação e a amizade formal), integram a estratégia dos mais velhos nesse processo de permanente construção da sociedade.

#### **Góes Filho, Paulo de**

*O Brasil no Biotério: O IBCCF e um Jeito Brasileiro de Fazer Ciência*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 218 pp. Orientador: Federico Neiburg.

Descreve – a partir da história do Instituto de Biofísica da UFRJ, das trajetórias de seus pesquisadores e da evolução das ciências biomédicas – um processo que contribuiu para que o campo científico se tornasse autônomo na sociedade brasileira. Estuda, também, a contribuição daquela instituição para a consolidação da “comunidade científica nacional”, através da conversão ao “mundo da ciência” dos diferentes tipos de capital social de seus pesquisadores. O Instituto manteve posição de liderança no campo, contribuindo para que a produção e reprodução do conhecimento científico e de seus agentes fossem consagradas na Universidade. Para isso foram fundamentais as estratégias de seu fundador, Carlos Chagas Filho, na imposição de suas invenções e na legitimação de alguns princípios, hoje naturalizados. Entre esses destacam-se os que associam ensino e pesquisa; os que valorizam a “ciência nacional de padrão internacional” e os que separam a pesquisa de sua utilidade imediata, transformando a “qualidade” e a “excelência” nos únicos critérios legítimos de reconhecimento no campo.

#### **Guimaraens, Dinah Tereza Papi**

*A Reinvenção da Tradição: Ícones Nacionais de Duas Américas*. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 360 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Enfoca representações iconográficas nacionais e o campo intelectual acadêmico do século XIV. Aborda a Academia Imperial de Belas Artes e faz uma comparação entre as coleções do Museu Nacional de Belas Artes e do Metropolitan Museum of Art, conceituando como duas diferentes Américas criaram as bases para suas culturas nacionais. Enfoca o conceito de museu na cultura ocidental e revela qual o papel representado por estas instituições no processo de construção de suas identidades nacionais. Realiza uma abordagem histórica da exposição universal de Filadélfia de 1876, quando obras-primas da Academia foram enviadas aos Estados Unidos e o Brasil alcançou grande repercussão internacional com a viagem do

Imperador. A conclusão fala sobre a história racial dos dois países, através das representações de classe, raça e gênero.

**Heymann, Luciana Quillet**

*As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 199 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Esta dissertação toma por objeto a imbricação entre relações pessoais e política, revelada por uma fonte documental tradicionalmente desconsiderada. Trata-se de uma análise do imaginário e das práticas conformadoras de um “sistema de troca de favores”, a partir da leitura das cartas de pedidos do arquivo pessoal de Filinto Müller, acumuladas ao longo do seu exercício como chefe de polícia do Distrito Federal (1933-1942). Inicialmente foi desenvolvida uma crítica do processo de “produção” dos arquivos pessoais e uma reavaliação do valor histórico e sociológico da documentação que utilizamos. A seguir, apresenta o perfil do personagem e o cenário ao qual estas fontes estão referidas no tocante à análise propriamente dita. Em um primeiro momento debruça-se sobre as metáforas e estratégias empregadas em uma comunicação predominantemente hierarquizada e, por último, aponta na direção de uma etnografia das práticas políticas reveladas nesta correspondência, a partir de relações predominantemente horizontais e que ganham a forma de uma rede de relações pessoais centrada em Filinto Müller, mas que o ultrapassa e transcende.

**Justus, Daisy**

*A Cidade Natural – Imagens e Representações de Armação dos Búzios.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 168 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Reflexão sobre a dialética natureza x diversidade cultural em Armação dos Búzios, cidade que trata as antíteses de modo particular, aproximando-a da proposta de *featherstone* de uma terceira cultura. A pesquisa procura reconstruir a produção dos símbolos e imagens que marcaram a particularidade de Búzios, uma cidade com uma significativa presença de estrangeiros que desempenharam fundamental papel em sua história moderna, dividida entre a vocação cosmopolita e os resquícios muito fortes de provincianismo. O trabalho tem ainda dois focos primordiais: um é sobre a Rua das Pedras, palco social da *communitas* e do tipo social do aventureiro; o outro é o do papel da “arquitetura buziana” na construção da memória da cidade. Destaca o papel desempenhado, na sua concepção, por um arquiteto-empresário e a instituição de uma lei local do uso do solo, que propicia a análise teórica do ponto de vista das regras de distinção social.

**Lima Jr., Aurélio Vianna da Cunha**

*Prisão em Lajeado Pepino: Gênese e Efeitos Sociais de uma Ação Exemplar.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 298pp. Orientadora: Lygia Sigaud.

Analisa a gênese e os efeitos sociais de uma ação exemplar: a retenção, feita por um grupo de camponeses, de um funcionário das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – Eletrosul, que realizava, em julho de 1987, estudos preliminares à implantação da hidrelétrica de Machadinho, na bacia do rio Uruguai. Essa retenção, que ficou conhecida como a “prisão de Lajeado

Pepino”, foi socialmente considerada exemplar por ter apressado as negociações entre a Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB, a mediadora dos camponeses, e a Eletrosul. O resultado foi o acordo que permitiu a construção da barragem somente depois da solução da “questão social”, como prévio reassentamento e indenizações dos camponeses que seriam compulsoriamente deslocados, algo nunca visto antes em situações similares no Brasil.

**Matsinhe, Cristiano Benedito Alves**

*Biografia e Heróis no Imaginário Nacionalista Moçambicano*. Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 191 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Partindo da análise das principais correntes que discutem os processos de criação dos Estados nacionais, procura sustentar que tanto os argumentos ditos “primordialistas”, quanto os chamados “modernistas”, combinados em pesos diferenciados, são constitutivos dos discursos sobre nação e articulam-se através de complexos processos de intercâmbio e mútuas concessões. Para demonstrar isso, analisa o processo de formação das “novas nações”, com particular ênfase no caso de Moçambique, apontando para a práxis colonial portuguesa como fundadora de todo um *ethos* social que criou bases e condições para que novos agentes sociais se pensassem em termos nacionais. Toma as noções de “biografia” e de “herói”, como janelas privilegiadas para pensar a gênese da formação dos estados nacionais, procurando interpretá-las como processos de construção de identidades de sujeitos sociais que se afirmam e são reconhecidos como portadores de reivindicações nacionalistas, assim como busca entender como as figuras heróicas, arroladas enquanto paradigmas de “pessoa” e de conduta, são construídas e reproduzidas.

**Maurício, Adriano**

*Medo de Assalto: A Democracia Racial em Questão no Ônibus Público na Cidade do Rio de Janeiro*. Mestrado em Antropologia, UFRJ/IFCS, 1998. Orientadora: Yvonne Maggie.

Etnografia realizada nos ônibus públicos na cidade do Rio de Janeiro, com particular ênfase no comportamento e representações de passageiros de cores diversas. Teve como ponto de partida uma sensação subjetiva de discriminação racial ocorrida nos mesmos. Tomando inicialmente o ônibus como espaço liminar, o trabalho ressalta a estruturação social das relações sociais, em princípio impessoais, neste espaço em movimento. Através da observação direta e de entrevistas com brasileiros e negros estrangeiros usuários de ônibus públicos, procura desvendar as etiquetas e tensões que regem a sociedade dos ônibus, como, por exemplo, as regras que operam no momento das escolhas de parceiros na hora de compartilhar o assento, e as pequenas gentilezas e crueldades que caracterizam estas viagens urbanas. A pesquisa revela uma silenciosa mas forte tensão racial dentro do ônibus, que se manifesta na rejeição e na falta de solidariedade entre passageiros de cores diferentes. Mas não é só a tensão racial que o trabalho desvenda, pois revela também a tensão entre velhos e moços e entre mulheres e homens.

**Menezes, Thereza Cristina Cardoso**

*Tradição, Hospitalidade e Turismo: Um Estudo sobre Produção de Identidades em Ilhéus*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 129 pp. Orientador: Márcio Goldman.

O trabalho buscou investigar, a partir de situações relacionadas ao incremento do perfil turístico da cidade de Ilhéus (Bahia), os diversos usos retóricos de categorias como tradição e hospitalidade. Procurou destacar ainda como a criação de mercadorias turísticas torna-se um *locus* para o debate da tradição da cidade, destacando, ainda, que os estereótipos relacionados a esta tradição, quando acoplados às supostas exigências da indústria turística, constituem instrumentos para a criação de “pedagogias da hospitalidade”, que tornam possível apreciações diversas sobre o passado da cidade e sua relação com a identidade dos ilheenses.

**Monteiro, Cristiano Fonseca**

*A Trajetória da Varig do Nacional-Desenvolvimentismo ao Consenso Neoliberal. Estudo de Caso sobre as Relações entre Empresa e Sociedade.* Mestrado em Sociologia, UFRJ, 2000, 120 pp. Orientadora: Ana Maria Kirschner.

Procura demonstrar os significados inscritos na ação empresarial em dois momentos distintos da história recente do Brasil: os anos 60 e 70, sob o regime militar; e os anos 90, sob a vigência das reformas neoliberais. Foram analisadas publicações da empresa para o público externo e interno, quando se procurou perceber questões como a identidade assumida pela empresa nestes contextos, a forma como esta interpreta a sua inserção na sociedade brasileira e o público a quem a empresa dirige suas estratégias. Na primeira fase, percebeu-se que a Varig se articulou intimamente ao projeto político-econômico dos governos militares, que se traduziram numa identidade de “Varig Grande” a serviço do desenvolvimento de um “Brasil Grande”. A contrapartida deste modelo, porém, foram estratégias elitistas, privilegiando os usuários de maior poder aquisitivo no uso do transporte aéreo. Nos anos 90, prevalece a idéia de “Varig enxuta”, dentro de uma identidade de “empresa global” e “voltada para os resultados” (financeiros). As estratégias voltaram-se, em alguns momentos, para a ampliação do acesso ao mercado com aumento progressivo de descontos nas passagens, porém, ao final da década de 90, a empresa retoma a concentração do mercado no público de mais alto poder aquisitivo, como resposta às sucessivas crises vividas no período.

**Mota, Ariana Timbó**

*O Primeiro Filme de um Cineasta: Menino de Engenho, de Walter Lima Júnior.* Mestrado em Sociologia da Cultura, PPGSA/IFCS, 1999, 175 pp. Orientadora: Neide Esterici.

Walter Lima Júnior inicia sua filmografia com *Menino de Engenho* (1965), no Cinema Novo, adaptando, primordialmente, o romance homônimo de José Lins do Rêgo. O filme seria afastado de algumas das principais representações estatuídas acerca do movimento cinematográfico: as produções identificadas como tendo um caráter ideológico constituíram um traço do Cinema Novo, e *Menino de Engenho*, visto como um filme lírico, foi classificado em oposição a elas. O objetivo dessa dissertação é analisar *Menino de Engenho* como um filme diferente no contexto dessas produções; analisa como cineasta e filme com ele se relacionam, as concepções do cineasta acerca da adaptação, a recepção pela crítica de *Menino de Engenho* como um filme lírico e a interpretação de sua narrativa, em uma perspectiva comparada com linguagens e temas de filmes engajados do Cinema Novo.

**Moura, Cristina Patriota de**

*Jovens Colegas: Um Estudo de Carreira de Socialização no Instituto Rio Branco.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 100 pp. Orientador: Gilberto Velho.

A partir de trabalho de campo realizado entre janeiro e setembro de 1998 no Instituto Rio Branco, visa compreender a experiência transformadora vivida pelos neófitos da carreira de diplomata, durante o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), assim como mapear o *ethos* próprio aos diplomatas brasileiros.

**Nery, Paulo Roberto Albieri**

*Viagem, Passeio, Turismo: Estudo Comparado do Deslocamento como Valor*. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 248 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Pesquisa sobre o conjunto de valores associados na cultura ocidental moderna aos deslocamentos físico-morais cobertos por categorias tais como “viagem”, “passeio” e “turismo”. Analisa-se as implicações desse conjunto no que diz respeito ao estatuto da “imaginação” e do “prazer de viajar” no imaginário mais geral de nossa cultura. Faz uma comparação entre os desenvolvimentos desses valores no âmbito da “ideologia individualista”, portada pelos segmentos letrados das sociedades ocidentais, e os valores e formas sociais que cercam a instituição do “passeio” nas classes populares (através, neste caso, da etnografia da frequência de um pólo de lazer popular em Minas Gerais). Desenvolve, ainda, uma análise do papel das instituições de “turismo de massa” (agências de viagem) como mediadoras das diferentes “expectativas de sair” encontráveis em nossa cultura.

**Oliveira, Paulo Sérgio de**

*A Atualidade do Trabalho na Sociologia: Reavaliando a Categoria de Análise*. Mestrado em Trabalho, IFCS/UFRJ, 1999, 135 pp. Orientador: José Ricardo Pereira Ramalho.

Consiste em refletir sobre o conceito de trabalho na sociologia. Partindo das contribuições de Marx e Weber, inventaria as principais características do trabalho na modernidade, tais como: o caráter abstrato e genérico, a subordinação ao mercado, a racionalidade do tipo finalístico, a remuneração e o sentido moral e ético. Em seguida, diante das mudanças nas situações empíricas de trabalho ocorridas nos últimos 20-30 anos (como o alargamento dos serviços e a retração de postos de trabalho na indústria), lança alguns desafios interpretativos para a sociologia. Utilizando as “lentes” de Claus Offe, indaga sobre a racionalidade do trabalho em serviços e sobre o significado da expansão do Estado de Bem-Estar para a compreensão contemporânea do trabalho. Por fim, ancorados em reflexões sobre as áreas “periféricas” do capitalismo, faz alguns questionamentos sobre a aplicabilidade de estudos produzidos na Europa para o entendimento do trabalho no Brasil.

**Pacini, Alair**

*Pacificar – Relações Interétnicas e Territorialização dos Rikbakta*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 238 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira.

Descreve e analisa a “pacificação” do grupo indígena Rikbakta, realizada pela Missão Anchieta, dos jesuítas, no Noroeste de Mato Grosso, de 1957 a 1973. Os primeiros contatos pacíficos, realizados pelo Pe. Dornstauder, permitiram novas relações interétnicas e geraram movimentos sociais no vasto território “ocupado” pelos Rikbaktsa. O Pe. Dornstauder, reconhecido

como um antepassado Rikbakta, foi respaldado pela Missão Anchieta na sua ação incisiva sobre o modo de relações dos seringueiros com os Rikbaktsa. É apresentado o contexto da Missão Anchieta e são focalizadas as atividades dos diferentes Postos criados pelos missionários, espaços privilegiados de relações interétnicas.

**Pasquarelli Junior, Vital**

*A História de Dona Doninha: A Trajetória Mística, Social e Cultural da Santa que Apareceu no Sítio do Tanque Novo e de sua Intermediária.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 256 pp. Orientador: Otávio Velho.

Etnografia de uma manifestação de religiosidade popular protagonizada por uma sitiante que, em fevereiro de 1931, na zona rural do município de Poconé/MT, passou a ter visões de uma figura feminina que ficou conhecida como a *Santa*. Em torno da residência da protagonista desenvolveu-se uma aglomeração (praticamente um arraial) e o local, o sítio do Tanque Novo, tornou-se um centro de visitação: Doninha comunicava as orientações da entidade, que promovia curas, comportamentos rituais e aconselhamento moral-espiritual. A existência da aglomeração foi enredada em injunções político-oligárquicas/eleitorais no contexto regional das Revoluções de 30 e de 32.

**Pereira, Edmundo Marcelo Mendes**

*Reorganização Social no "Noroeste do Amazonas": Elementos sobre os Casos Huitoto, Bora e Ticuna.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 100 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira.

Focaliza os processos de reorganização social vividos pelos grupos indígenas usualmente conhecidos como Huitoto, Bora e Ticuna, dentro do período em que segmentos significativos foram explorados como mão-de-obra pelas empresas extrativistas da borracha, de meados do século XIX até, aproximadamente, a década de 40. Esta exploração teve na coerção, no terror, no uso, em alguns casos irrestrito, da violência nas mais variadas formas, tanto físicas quanto simbólicas, uma das molas-mestras para a sua sustentação enquanto empreendimento comercial e colonizador. Violência, no entanto, que não destruiu inteiramente essas coletividades, nem interrompeu de todo a circulação de conhecimentos e valores nos quais essas se constituem.

**Perruso, Marco Antônio**

*Velhos e Novos Conceitos no Pensamento Social Brasileiro em Transformação.* Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1999, 150 pp. Orientadora: Ana Maria Galano M. Linhart.

Análise de alguns conceitos recorrentes no pensamento social brasileiro, voltados para a compreensão dos atores sociais nacionais. Tais conceitos são "povo", "classes" e "massas", que estão presentes nas correntes autoritária e populista, bem como na antipopulista. Empreende uma revisão das trajetórias desse pensamento, centrada nesses conceitos e nos momentos de sua transformação, nos anos 60. A análise conceitual e a revisão dessas trajetórias, conjugadas, apontam para uma diversidade de significados culturais referidos a certas perspectivas sociais e institucionais presentes em nossa história. Tais perspectivas são a tradição holista-hierárquica e a liberal.

**Pinheiro, Cláudio Costa**

*Quereis Ser Escravo? Escravidão, Saberes de Dominação e Trajetórias de Vida na Cidade do Rio de Janeiro, 1808-1865.* Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 150 pp. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

O ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX experimentou maneiras muito particulares do uso da mão-de-obra escrava, que se refletiam nas formas de trabalhar e morar, e na própria percepção da função dos escravos. Esse é um período significativo na gestação de uma “complexidade” e “diversidade” urbanas, o que também coincide com o aumento da importância socioeconômica do porto carioca. Diversos fatores concorreram nesse processo, especialmente as mudanças e reordenações dos espaços físico e social (costumes, hierarquias etc.), que se seguiram à instalação da Corte portuguesa na cidade, em 1808. Pretende investigar em que medida esses elementos constroem as formas de socição senhores e escravos. Para tanto, partiu da idéia do “conflito” como um elemento estruturante dessas relações sociais, procurando observar como esse fator acabava gerando *impasses* entre os atores sociais que interagem nessas circunstâncias. A percepção desses *impasses* nos ofereceu ocasião de considerar dois aspectos: as diferentes trajetórias dos indivíduos a partir dessa situação, e as formas pensadas de gestão e controle da escravaria que habitava a urbe carioca dos primeiros 65 anos dos 1800, garantindo tanto a “paz nas famílias”, quanto a “ordem pública”.

**Renk, Arlene**

*Reprodução Social Camponesa e suas Representações. O Caso do Palmitos – SC.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 401pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Trata da reprodução social camponesa, no Oeste catarinense, num contexto de mudança social. Centra-se na análise do processo de evolução intergeracional, no qual os *colonos* valiam-se da unigenitura, e na migração dos demais filhos às *colônias novas*. Essas estratégias reprodutivas, que permitiam a alta taxa de endorreprodução, eram respaldadas pelo esquema axiológico, enfatizando a positividade da condição de *colono*. Em uma conjuntura de mudança social, acoplada à mundialização da agricultura, à descapitalização das pequenas propriedades, do fechamento das fronteiras agrícolas, há impedimento em repetir o processo anterior. Esse quadro é vivenciado enquanto *crise*. Suas diferentes expressões e manifestações são analisadas. Foram igualmente abordadas as estratégias clássicas de reprodução social e as representações e práticas presentes na conjuntura de mudança social. Enfim, as condições objetivas, por si só, não explicam a *crise*. Essa passa também pelo mecanismo da produção social da crença da condição camponesa. As ressemantizações das categorias nucleantes afetam a percepção da condição de *colono*, e da anterior sociodicéia passam à transubstanciação negativa.

**Santos, Nilton Silva dos**

*Vivendo na Cachimba. Considerações sobre Participação Política num Bairro de Curitiba.* Mestrado em Antropologia Urbana, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 94 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Procura identificar formas de participação política com a conseqüente incorporação de setores sociais anteriormente alheios ao mundo da política, em decorrência de políticas públicas

urbanas que não levam em conta a complexidade da vida sociocultural e os valores de grupos específicos. Além de revisão bibliográfica sobre movimentos sociais e antropologia urbana, realiza pesquisa de campo extensiva e entrevistas.

#### **Segala, Lygia**

*Ensaio das Luzes sobre um Brasil Pitoresco: O Projeto Fotográfico de Victor Frond (1857-1860)*. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 388 pp. Orientador: José Sergio Leite Lopes.

Estudo sobre representações do Império nos fins dos anos 1850, a partir do livro-álbum *Brazil Pitoresco*, ilustrado e organizado pelo militante republicano, o fotógrafo francês Victor Frond (1821-1881). Tenta explicar as tensões e as potencialidades desse projeto, as condições de sua formulação e realização, com a chancela da Coroa, no espaço social de produção fotográfica do Rio de Janeiro. Aborda o pioneirismo de sua viagem fotográfica através dos interiores da província fluminense e, particularmente, a documentação sobre o trabalho escravo nas fazendas de café e açúcar, princípio para uma apologia da política imigrantista, da mestiçagem, da nova colonização. Interessado em qualificar seu trabalho como “obra nacional”, vinculada à crença de uma missão civilizatória como expansão das Luzes nos trópicos, Frond explora das imagens uma situação-limite, recortando-as do pitoresco como cenas de passagem entre a ordem lusitana colonial e a do país independente, “terra de promessa” no Novo Mundo.

#### **Senra, Klinton Vieira**

*“Gente é Macaco de Onça”. Padrões de Comestibilidade de Animais nas Terras Baixas da América do Sul*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 197 pp. Orientador: Eduardo Batalha Viveiros de Castro.

Estudo sobre padrões de comestibilidade de animais entre vinte grupos indígenas das terras baixas da América do Sul. A investigação procura apoiar-se tanto em abordagens simbólico-interpretativas quanto em esquemas ecológico-materialistas para buscar dar conta da temática. Vários outros aspectos correlatos, relacionados com a rica simbologia dos animais entre os ameríndios, podem ser observados ao longo deste trabalho.

#### **Sholl, Patricia**

*Do Militante ao Voluntário: Uma Análise acerca da Participação na “Campanha contra a Fome”*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 245 pp. Orientador: Otavio Velho.

Procura explorar e discutir alguns aspectos relativos ao discurso, à prática política e à ética subjacente à chamada “Campanha contra a Fome”. Recorrendo ao método da observação participante e a várias descrições etnográficas, tenta demonstrar que o conceito de “cidadão” aqui empregado se aproximaria do perfil psicológico do “homem de bem”; a noção de democracia designaria a receita básica de um (novo) “conviver”; e a exclusão social seria tida como símbolo do mal radical. Quanto à participação, mostra que as razões que motivaram as adesões à Campanha poderiam ser interpretadas como expressão da busca pelo resgate de si próprio enquanto alguém que admira a honra, a dignidade, a compaixão e a responsabilidade.

**Silva, Alexandra Barbosa da**

*Entre a Feira e a Academia: A Questão da Legitimidade entre Cordelistas no Rio de Janeiro.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 134 pp. Orientador: Afrânio Raul Garcia Junior.

Analisa tanto a discussão sobre a legitimidade do fazer cordel quanto a preocupação surgida com o reconhecimento literário e cultural desta prática entre cordelistas no Rio de Janeiro. Neste sentido, através de levantamento bibliográfico e depoimentos de informantes, é analisado o contexto sociohistórico de constituição e desenvolvimento desta expressão cultural no Nordeste brasileiro. É dada ainda relevância à análise das trajetórias dos informantes, atentando inclusive para a sua condição de imigrantes. Por fim, são examinados – por meio de fontes escritas e orais – esforços que foram empreendidos, em diversos estados do país, com o intuito de fornecer bases institucionais ao cordel.

**Silva, Ana Claudia Cruz da**

*A Cidadania no Ritmo do Movimento Afro-Cultural de Ilhéus.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 171 pp. Orientador: Marcio Goldman.

O objetivo dessa dissertação é travar um diálogo entre os elementos presentes na concepção de cidadania dominante, que deve ser observada como um objeto historicamente construído, e aqueles que constituem as motivações dos integrantes das entidades do movimento afro-cultural de Ilhéus, Bahia, para a promoção de suas atividades denominadas “sociais”, cujo maior propósito é a busca de uma determinada modalidade de igualdade através da afirmação da diferença, de *ser negro*. Trata-se, portanto, de abordar a questão da cidadania indiretamente, objetivando perceber menos como os atores sociais concebem essa categoria do que como a vivem em seu dia-a-dia. A ênfase em uma perspectiva empírica, que toma como referência tanto as formulações quanto as práticas dos agentes sociais, pretende ser a maior contribuição desse trabalho ao debate, pois só a partir de um investimento etnográfico profundo foi possível perceber as atividades de preparação dos blocos afro para o carnaval, suas músicas, suas apresentações como promotoras de auto-estima, portanto, de cidadania.

**Silva, Regina Coeli Machado e**

*Pessoa e Trabalho: Ética e Saberes nas Organizações Industriais no Ocidente Contemporâneo.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 274 pp. Orientador: Luiz F. Dias Duarte.

As diversas construções da noção de pessoa no âmbito dos saberes organizacionais constituem o objeto desta pesquisa. Focaliza quatro escolas brasileiras de pós-graduação em administração de empresas das quais se analisou a bibliografia adotada na disciplina “Teorias Organizacionais” para controle dos dados. Foram realizadas entrevistas com professores dessas escolas e executivos de duas empresas. A pressuposição da interioridade revela-se como condição para acompanhar diversas atualizações da ideologia individualista da cultura ocidental moderna, reelaboradas no contexto das organizações industriais. Os produtores e transmissores destes saberes constroem as diversas significações da pessoa que convergem para um indivíduo “multifacetado”, “integrado” e “flexível: o *Homo Multiplex*.”

**Sorá, Gustavo**

*Brasileiras – A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 367 pp. Orientador: Afrânio Garcia.

Em torno do caso do livreiro e editor José Olympio, *pivot* da reflexão, apresenta um estudo da diferenciação da função do editor no Brasil, resgatando a biografia de um indivíduo antes reconhecido do que conhecido. A história da livraria/editora José Olympio é trabalhada a partir da montagem progressiva de teias de relações sociais entre editores, autores e outros especialistas do mundo do livro, da política, da cultura etc., interessados na formação e manipulação da categoria “público”. Entre meados da década de 20 e inícios dos anos 50 analisa a variante brasileira dos processos que diferenciam dos editores de livros como especialistas e corporação dotados de uma força e peso específicos na construção do Estado e da cultura nacionais.

**Souto Jr., José Fernando**

*Práticas Assistenciais em Sindicatos no Final dos Anos 90: A Luta Acabou ou Reinventaram a Roda?* Mestrado em Sociologia do Trabalho, IFCS/PPGSA/UFRJ, 1999, 180 pp. Orientador: José Ricardo P. G. Ramalho.

Tenta entender as análises sobre sindicalismo brasileiro, feitas pela Sociologia do Trabalho, que vincula a prestação de serviços assistenciais à estrutura sindical brasileira. Também revela como a assistência se manifesta no Sindicato dos Tecelões de Pernambuco e no SINTTEL – PE (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e Operadora de Mesas Telefônicas de Pernambuco). O estudo mostra as singularidades da assistência em cada um dos dois sindicatos, além do trabalho desenvolvido com os aposentados dessas duas categorias.

**Souza, Hilton Moreira**

*“Amigado com Fé, Casado É”:* *Formações de Redes Parentais entre os Escravos da Freguesia de Jacarepaguá, 1790-1850.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 191 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Reflete sobre a importância da formação de diversas estratégias de redes parentais desenvolvidas pelos escravos do Brasil oitocentista, que contribuíram para a estabilidade da estrutura escravista que durou mais de 300 anos (c. 1570-c.1888). Reavalia alguns mitos criados nos estudos sobre escravidão negra e relações raciais no Brasil, procurando revelar como a organização da estrutura patrimonial escravista teve efeito imediato na estabilidade das famílias escravas.

**Teixeira, Moema de Poli**

*Negros em Ascensão Social: Trajetórias de Alunos e Professores Universitários no Rio de Janeiro.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 331 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Trata de negros em ascensão social no Rio de Janeiro a partir de sua inserção como alunos e professores, na Universidade Federal Fluminense. Parte da elaboração de um perfil estatístico por cor do aluno e do professor para o conjunto da universidade, segundo os cursos oferecidos, com a finalidade de contextualizar o quadro daqueles que serão tomados como informantes da pesquisa. Trabalha comparativamente categorias de classificação de cor mediante o confronto de fontes diferenciadas de atribuições de identidade. Por meio do estudo de suas trajetórias escolares, examina os processos de escolha de carreira e sua relação com

a questão racial, vista no processo de elaboração da identidade e na abordagem das situações de discriminação e preconceito. Procura identificar o lugar da educação de nível superior na construção de projetos de ascensão social, assim como determinar os fatores que viabilizam a realização desses projetos.

**Travassos, Elizabeth**

*Os Mandarins Milagrosos: Canções do Povo e Ideologia da Arte.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 308 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Investiga a projeção de idéias e valores característicos do universo das artes sobre o objeto de estudo "Música Popular" tal como construído por artistas. São analisados textos de dois coletores de canções populares comprometidos com projetos de modernização artística no século XX: Mário de Andrade e Bela Bartók. Procura reconstruir o diagnóstico "modernista" dos "males do século" e identificar, nas motivações explícitas da ruptura proposta, questões que repercutem ou são reproduzidas nas etnografias da canção popular. Por meio do comentário das concepções de povo, nação, arte e cultura dos dois autores, tenta esclarecer a lógica do ideário que pretende fundar, na herança cultural e artística tradicional ou primitiva, uma arte moderna.

**Venancio, Ana Teresa Acatavassú**

*O Eu Dividido Moderno: Uma Análise Antropológica da Categoria Esquizofrenia.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1999, 188 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Procura analisar a importância do tema do "eu dividido" para a constituição da pessoa na cultura ocidental moderna, estudando, em particular, a presença desse tema no surgimento e desenvolvimento do saber psiquiátrico a respeito do indivíduo. O tema do eu dividido, portanto, deita raízes na noção cristã de Pessoa articulada em torno da tríade verdade/vontade/interioridade. A elaboração específica desse tema na cultura ocidental moderna se dá, então, pela reordenação dos sentidos dos elementos dessa tríade, como demonstra a constituição psiquiátrica original da alienação mental: uma interiorização do mal pela via moral em que o indivíduo aparecia cindido. Já no início do século XX a idéia moderna do eu dividido passa a ser atualizada e sustentada pelo conhecimento psiquiátrico através da criação da categoria esquizofrenia e de sua permanência até os dias de hoje.

**Viegas, Ana Cláudia Coutinho**

*Trocas, Facções e Partidos: Um Estudo da Vida Política em Araruama-RJ.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 176pp. Orientador: Gilberto Velho.

Estudo da vida política em Araruama - RJ, a partir da história de vida dos candidatos a prefeito desse município, nas eleições de 1996, e suas redes de relações sociais. Discussão da formação das famílias tradicionais, das tensões tradição/modernidade, da construção de identidade do araruanense e da relação dessas categorias com os signos dispersos nos discursos políticos e no material de campanha. Análise das relações de trocas, favores, compromissos e da formação e atuação dos partidos num contexto de política faccional.

**Vilaça, Aparecida Maria Neiva**

*Quem Somos Nós. Questões da Alteridade no Encontro dos Wari' com os Brancos.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, 425 pp. Orientador: Eduardo B. Viveiros de Castro.

Trata-se de uma etnografia dos Wari', povo de língua txaparika que habita o Oeste do estado de Rondônia, Brasil, visando compreender o modo como os Wari' concebem e se relacionam com o outro. As relações de diferentes níveis que vieram estabelecendo ao longo do tempo com os brancos serviram de fio condutor para essa reflexão, tendo como referência teórica o estruturalismo. O objetivo foi evidenciar as transformações estruturais da sociedade wari' desde o momento em que os brancos invadiram suas terras, no início deste século.



## RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO BIB

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

### BIB 5

*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

### BIB 8

*Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

### BIB 12

*Maria Teresa Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

### BIB 13

*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

### BIB 14

*Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 17

*Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

### BIB 18

*Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

**BIB 19**

*Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil".

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sonia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim* e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etno-astronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, : *Elisabeth Souza Lobo* 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo* e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil:

1980-1990"; *Guita Grin Debert*, : Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

**BIB 35**

*Sérgio Adorno*, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth".

**BIB 36**

*Maria Ligia de Oliveira Barbosa*, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975".

**BIB 37**

*Fernando Limongi*, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

**BIB 38**

*Theodore Lowi*, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

**BIB 39**

*Maria T. S. Arretche*, "Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas"; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

**BIB 40**

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Laís Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

**BIB 41**

*Gustavo Sorá*, "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt"; *Mario Grynspan*, "A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada"; *Jorge Ventura de Moraes*, "Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical"; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, "Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras".

**BIB 42**

*Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, "Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, História e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

**BIB 43**

*Sérgio Costa*, "Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo)"; *Eduardo C. Marques*, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; *Paulo J. Krischke*, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".

**BIB 44**

*Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni*, "Depoimento de Darcy Ribeiro"; *Christina de Rezende Rubim*, "Um Pedaco de Nossa História" *História* da Antropologia Brasileira"; *Gláucia Villas Bôas*, "A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão"; *Carlos Pereira*, "Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente"; *Flávia de Campos Mello*, "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates".

**BIB 45**

*Eli Diniz*, "Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente"; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, "Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol"; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, "Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)"; *Lúcio Rennó*, "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes".

**BIB 46**

*Julia S. Guivant*, "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social"; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, "Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social"; *Aloísio Ruscheinsky*, "Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos"; "Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, 'Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior'; *José Vicente Tavares dos Santos*, 'A Construção da Universidade Autônoma'; *Gilberto Velho*, 'Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica'; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, 'A ANDIFES e a Autonomia'".

**BIB 47**

*Eduardo G. Noronha*, "A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho"; *Cecília Loreto Mariz*, "A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia"; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, "A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico"; *Jawdat Abu-El-Haj*, "O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica".

**B I B**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**

**DISTRIBUIÇÃO E VENDA**

**RIO DE JANEIRO**

**Bookfast Editora Dist. e Repres. Ltda.**

Av. Marechal Floriano, 38/Gr. 504  
20071-004 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel./Fax: (021) 516-7126

**Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.**

Travessa Juraci, 37 – Penha Circular  
21020-220 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (021) 564-6869 Fax: (021) 590-0135

**Eldorado Sudeste Com. de Livros Ltda.**

Rua Gastão Penalva, 10 – Andaraí  
20540-220 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel./Fax: (021) 572-6593 / 572-8878 / 238-5542

**ALAGOAS**

**Livraria Caetés Ltda.**

Rua Cincinato Pinto, 143  
57020-050 – Maceió – AL  
Telefax: (082) 223-4063

**BAHIA**

**Grandes Autores**

Av. Adhemar de Barros, 88 – Ondina  
40170-110 – Salvador – BA  
Tel./Fax: (071) 331-2248

**Chaves Comércio de Livros e Papelaria**

Av. Dorival Caimmi, 1100  
41636-150 – Salvador – BA  
Tel./Fax: (071) 350-5775

**BRASÍLIA**

**A Casa do Livro de Brasília Ltda.**

Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS  
70393-900 – Brasília – DF  
Tel.: (061) 224-3472  
Fax: (061) 224-3387

**CEARÁ**

**Sérgio Braga Barbosa (Livr. Ao Livro Técnico)**

Rua Dom Joaquim, 54 – Aldeota  
60110-100 – Fortaleza – CE  
Tel.: (085) 219-3111  
Fax: (085) 219-3154

**ESPÍRITO SANTO**

**Representação Paulista Ltda.**

Av. Carlos Moreira Lima, 61  
29052-111 – Vitória – ES  
Tel.: (027) 227-5199 / 227-5760 / 227-5501  
Fax: (027) 235-1760

**GOIÁS**

**Gabriel Comercial de Livros Ltda. (Distr. Alternativa)**

Rua 21, 25/sala 202 B  
24030-070 – Goiânia – GO  
Tel.: (062) 229-0260 / 229-0107  
Fax: (062) 212-1035

**MINAS GERAIS**

**Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.**

Rua Sergipe, 314  
30130-170 – Belo Horizonte – MG  
Tel.: (031) 273-4000 Fax: (031) 273-3334

**JLM - Distribuidora de Livros Ltda.**

Rua da Bahia, 478/Lj. 16 – Centro  
30160-010 – Belo Horizonte – MG  
Tel.: (031) 212-1655 Fax: (031) 271-6946

**PARANÁ**

**Livraria do Chaim Editora**

Rua General Carneiro, 441  
80060-150 – Curitiba – PR  
Tel.: (041) 264-3483 Fax: (041) 263-1693

**Livraria e Distribuidora Curitiba**

Av. Marechal Floriano, 1742  
80230-110 – Curitiba – PR  
Tel./Fax: (041) 322-5455

**PERNAMBUCO**

**Berenstein Livraria Ltda.**

Av. Agamenon Magalhães, 153/lj. 228  
51300-480 – Recife – PE  
Tel./Fax: (081) 421-6667

**Poty Livros Distribuidora Ltda.**

Av. Conde da Boa Vista, 1413 – Boa Vista  
50060-003 – Recife – PE  
Tel.: (081) 423-1100 Fax: (081) 423-5088

RIO GRANDE DO NORTE  
**Poty Livros Distribuidora Ltda.**  
Rua Felipe Camarão, 609  
59025-200 – Natal – RN  
Tel./Fax: (084) 211-2001 / 211-5068

RIO GRANDE DO SUL  
**Rogil Dist. de Livros Ltda.**  
Rua São Vicente, 67  
90630-180 – Porto Alegre – RS  
Tel./Fax: (051) 335-1069  
**Wilson – Wilson Dist. de Livros Ltda.**  
Rua Demétrio Ribeiro, 845  
90010-310 – Porto Alegre – RS  
Tel.: (051) 224-3655 Fax: (051) 221-5931

SANTA CATARINA  
**Livraria Livros e Livros**  
Rua Mal. Deodoro, 191/SI. 2  
88010-020 – Florianópolis – SC  
Tel./Fax: (048) 222-1244

**TodoLivro Ltda.**  
Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro  
89010-160 – Blumenau – SC  
Tel./Fax: (047) 326-4558

SÃO PAULO  
**LCL Distribuidora de Livros Ltda.**  
Rua Manuel Correia, 728 – Vila Palmeira  
02728-050 – São Paulo – SP  
Tel./Fax: (011) 858-7270

**Livrosul Distribuidora Ltda.**  
Rua Barão de Campinas, 755 – Campos Eliseos  
01320-010 – São Paulo – SP  
Tels.: 220-5895 / 222-2706 / 222-3107

**Primeira Linha Distr. de Livros Ltda.**  
Rua Sabará, 483  
01239-011 – São Paulo – SP  
Tel./Fax: (011) 255-3852

**Pergaminho e Distribuição de Livros Ltda.**  
Av. Dr. Celso Silveira Resende, 496  
13042-030 – Campinas – SP  
Tel.: (0192) 36-3610  
Fax: (0192) 36-2561

SERGIPE  
**Abel e Santos Ltda.**  
Av. Gov. João Alves Filho, 117  
49100-000 – São Cristovão – SE  
Tel.: (079) 981-4025

A Revista BIB divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS  
Editoria da Revista BIB

Universidade de São Paulo – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116  
05508-900 – São Paulo, SP